Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2020
Índice

I – MENSAGEM DO REITOR ........................................................................................................................................... 12

II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO ........................................................................................................ 19

1. GRUPO PÚBLICO UMINHO ........................................................................................................................................ 20

1.1. Identificação do Grupo Público UMinho .................................................................................................................. 20

1.2. Breve resumo das entidades consolidadas ............................................................................................................... 21

1.2.1. Universidade do Minho ........................................................................................................................................ 21

1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho .......................................................................................... 23

1.2.3. Associação Centro de Medicina P5 ................................................................................................................... 24

1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga ..................................................................................................... 24

1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho .......................................................................................... 25

1.2.6. Centro para a Valorização de Resíduos ............................................................................................................... 26

1.2.7. Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho .......................................................... 27

1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva ...................................................................................................................... 28

1.2.9. Instituto Confúcio ............................................................................................................................................... 29

1.2.10. Centro Clínico Académico de Braga .................................................................................................................... 30

1.2.11. Centro de Computação Gráfica ......................................................................................................................... 31

1.2.12. Instituto de Design de Guimarães ..................................................................................................................... 32

1.2.13. Associação Centro Ciência Viva de Guimarães ................................................................................................. 33

1.2.14. Casa de Sarmento ............................................................................................................................................. 33

1.2.15. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros ................................................................................................. 34

1.2.16. Centro de Estudos Jurídicos do Minho .............................................................................................................. 35

1.2.17. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes .............................................................. 36

III – RELATÓRIO FINANCEIRO ................................................................................................................................... 38

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÔMICO ................................................................................................................. 39

2.1. Enquadramento macroeconômico internacional ................................................................................................... 39

2.2. Enquadramento macroeconômico nacional ............................................................................................................. 39

3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA ................................................................................................. 40

3.1. Análise orçamental consolidada ............................................................................................................................. 40

3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados ........................................................................................................ 40

3.1.2. Direitos e obrigações consolidados .................................................................................................................... 42

3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados .......................................................................................... 44

3.2. Análise econômica e financeira consolidada ......................................................................................................... 44

3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado ............................................................................................................ 45

3.2.1.1. Ativo consolidado ....................................................................................................................................... 45

3.2.1.2. Património líquido consolidado ................................................................................................................... 45

3.2.1.3. Passivo consolidado ................................................................................................................................... 46

3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada .............................................................. 46

3.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados .................................................................................................... 47

3.2.2.2. Estrutura dos gastos consolidados ............................................................................................................. 47
3.2.3. Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa ........................................... 48
3.2.4. Principais indicadores económicos e financeiros consolidados ................................................................. 49
3.3. Análise de gestão consolidada .......................................................................................................................... 51
   3.3.1. Mapas da contabilidade de gestão consolidada ............................................................................................ 51
   3.3.1.1. Resultados por atividade ......................................................................................................................... 52
   3.3.1.2. Resultados da atividade de ensino ......................................................................................................... 53
   3.3.1.3. Resultado da atividade de investigação .................................................................................................. 53
4. Capacidade de endividamento ............................................................................................................................... 55
5. Factos ocorridos após a data do balanço .............................................................................................................. 56
6. Obrigação de apresentação de contas consolidadas .......................................................................................... 56
7. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras ................................................................. 56
8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS ......................................................................................... 57
   8.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental ............................................................................... 57
   8.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas ................................................................. 58
   8.3. Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas ....................................................................................... 59
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .......................................................................................... 60
   9.1. Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 ......................................................................................... 60
   9.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020 .... 61
   9.3. Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020 ........... 62
   9.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2020 .................... 63
   9.5. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2020 ......................... 64
   9.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2020 .............................................................. 65
IV – DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO .......................................................................................... 102
10. Relatório e Parecer do Fiscal Único ................................................................................................................... 103
11. Certificação Legal das Contas Consolidadas ................................................................................................... 105
Índice de tabelas

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho ................................................................. 20
Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros ........................................................................... 22
Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros ........................................................................... 23
Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros ........................................................................... 24
Tabela 5 - Indicadores B’ACIS, em euros ........................................................................... 25
Tabela 6 - Indicadores APsi, em euros ................................................................................ 26
Tabela 7 - Indicadores CVR, em euros ............................................................................... 27
Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros ..................................................................... 28
Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros .............................................................................. 29
Tabela 10 - Indicadores IC, em euros ................................................................................ 30
Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros ................................................................. 31
Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros ............................................................................. 32
Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros ....................................................................... 33
Tabela 14 - Indicadores CCVG, em euros ........................................................................ 33
Tabela 15 - Indicadores CS, em euros ............................................................................... 34
Tabela 16 - Indicadores PIEP, em euros ........................................................................... 35
Tabela 17 - Indicadores CEJUR, em euros ......................................................................... 36
Tabela 18 - Indicadores CeNTI, em euros .......................................................................... 37
Tabela 19 - Desagregação dos recebimentos consolidados ............................................. 40
Tabela 20 - Desagregação dos pagamentos consolidados ................................................ 41
Tabela 21 - Desagregação dos direitos consolidados ......................................................... 42
Tabela 22 - Desagregação das obrigações consolidadas .................................................... 43
Tabela 23 - Indicadores orçamentais, em percentagem .................................................... 44
Tabela 24 - Estrutura do ativo consolidado, em euros ....................................................... 45
Tabela 25 - Estrutura do patrimônio líquido consolidado, em euros ................................ 45
Tabela 26 - Estrutura do passivo consolidado, em euros .................................................. 46
Tabela 27 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros ......................................... 46
Tabela 28 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros ...................................... 47
Tabela 29 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros ................................................ 48
Tabela 30 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros ............. 48
Tabela 31 - Rendimentos, em euros .................................................................................. 52
Tabela 32 – Gastos, em euros ............................................................................................ 52
Tabela 33 - Resultados, em euros ...................................................................................... 52
Tabela 34 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros ......................................... 53
Tabela 35 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros ..................................................... 53
Tabela 36 - Rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros ............................ 54
Tabela 37 - Rendimentos e gastos da atividade Interação com a Sociedade, em euros .... 54
Tabela 38 - Resultados por produtos/serviços SASUM, em euros ................................... 55
Tabela 39 - Resultados ambientais, em euros .................................................................. 55
Tabela 40 - Capacidade de endividamento, em euros ....................................................... 56
Tabela 41 - Aplicação da FAQ 42, em euros ......................................................... 67
Tabela 42 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros ........................................ 67
Tabela 43 - Vida útil do ativo fixo tangível ................................................................. 67
Tabela 44 - Vida útil das propriedades de investimento .................................................. 68
Tabela 45 - Vida útil do ativo intangível ................................................................. 68
Tabela 46 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros ... 73
Tabela 47 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros ......................... 73
Tabela 48 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros ........ 74
Tabela 49 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros .................. 74
Tabela 50 - Ativos fixos tangíveis – Adições, em euros ...................................................... 75
Tabela 51 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros ................. 75
Tabela 52 - Locações financeiras, pagamentos do período – locatários, em euros ................. 75
Tabela 53 - Locações financeiras, pagamentos futuros – locatários, em euros ...................... 76
Tabela 54 - Descrição dos contratos de locação financeira .............................................. 76
Tabela 55 - Locações operacionais – locatários, em euros .............................................. 76
Tabela 56 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros .................... 76
Tabela 57 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros ........ 77
Tabela 58 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros ........... 77
Tabela 59 - VPT das propriedades de investimento, em euros ......................................... 78
Tabela 60 - Inventários, em euros .................................................................................. 78
Tabela 61 - Movimentos do período, em euros ................................................................. 78
Tabela 62 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros ......................... 78
Tabela 63 - Rendimentos de transações sem contraprestação, em euros ............................ 79
Tabela 64 - Provisões, em euros ..................................................................................... 79
Tabela 65 - Identificação das provisões, em euros ............................................................ 79
Tabela 66 - Passivos contingentes, em euros .................................................................... 80
Tabela 67 - Investimentos financeiros, em euros ............................................................. 80
Tabela 68 - Aplicação do MEP, em euros ....................................................................... 80
Tabela 69 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros ........... 81
Tabela 70 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros ....................... 81
Tabela 71 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, em euros ......................... 81
Tabela 72 - Outras contas a receber, em euros .................................................................. 81
Tabela 73 - Caixa e depósitos, em euros .......................................................................... 82
Tabela 74 - Património líquido, em euros ....................................................................... 82
Tabela 75 - Património líquido, em euros ....................................................................... 82
Tabela 76 - Fornecedores, em euros .............................................................................. 82
Tabela 77 - Estado e outros entes públicos, em euros ...................................................... 83
Tabela 78 - Outras contas a pagar, em euros .................................................................... 83
Tabela 79 - Benefícios dos empregados, em euros ............................................................ 83
Tabela 80 - Listagem de entidades controladas ............................................................... 84
Tabela 81 - Listagem de entidades associadas .................................................................. 84
Grupo Público UMinho
Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2020

Tabela 82 - Listagem de outras entidades relacionadas ................................................................. 84
Tabela 83 - Listagem de serviços e fundos autónomos ................................................................ 84
Tabela 84 - Listagem das unidades diferenciadas ......................................................................... 85
Tabela 85 - Transações entre partes relacionadas, em euros .......................................................... 85
Tabela 86 - Resultado da atividade de ensino, em euros ................................................................. 86
Tabela 87 - Resultado da atividade de investigação, em euros ...................................................... 87
Tabela 88 - Resultado da atividade de interação com a sociedade, em euros ................................. 87
Tabela 89 - Execução do orçamento por grupo de fonte de financiamento, em euros .................... 87
Tabela 90 - Perímetro de consolidação ......................................................................................... 93
Tabela 91 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho ........................................... 94
Tabela 92 – Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros ...................... 96
Tabela 93 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros ............. 97
Tabela 94 – Entidades associadas ................................................................................................. 97
Tabela 95 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros ................................. 98
Tabela 96 – Percentagem de interesse em outras entidades ......................................................... 98
Tabela 97 – Diferimentos, em euros ......................................................................................... 99
Tabela 98 – Resultados atividades, em euros .............................................................................. 101
Tabela 99 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho ........... 101
Índice de figuras

Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido ......................................................................................... 50
Figura 2 - Rentabilidade do Ativo .................................................................................................................. 50
Figura 3 - Rentabilidade Económica ............................................................................................................... 50
Figura 4 - Margem EBITDA ............................................................................................................................. 50
Figura 5 - Solvabilidade .................................................................................................................................. 50
Figura 6 - Autonomia Financeira .................................................................................................................... 51
Figura 7 - Liquidez Geral ................................................................................................................................. 51
Figura 8 - Grupo Público UMinho .................................................................................................................. 65
## Lista de abreviaturas e acrónimos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Abreviação</th>
<th>Descrição</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2CA-Braga</td>
<td>Centro Clínico Académico de Braga</td>
</tr>
<tr>
<td>ACMPS</td>
<td>Associação Centro de Medicina Digital P5</td>
</tr>
<tr>
<td>ADB</td>
<td>Arquivo Distrital de Braga</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRAVE</td>
<td>Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave</td>
</tr>
<tr>
<td>ADSE</td>
<td>Assistência na Doença a Servidores do Estado</td>
</tr>
<tr>
<td>ADVID</td>
<td>Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense</td>
</tr>
<tr>
<td>AEDOAVE</td>
<td>Agência de Energia do Ave</td>
</tr>
<tr>
<td>AF</td>
<td>Ações de Formação</td>
</tr>
<tr>
<td>AFT</td>
<td>Ativos Fixos Tangíveis</td>
</tr>
<tr>
<td>AFTEBI</td>
<td>Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior</td>
</tr>
<tr>
<td>AMAVE</td>
<td>Associação dos Municípios do Vale do Ave</td>
</tr>
<tr>
<td>APCTP</td>
<td>Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto</td>
</tr>
<tr>
<td>APSI</td>
<td>Associação de Psicologia</td>
</tr>
<tr>
<td>Associação TECMEAT</td>
<td>Associação Centro de Competências do Agroalimentar Para o Setor das Carnes</td>
</tr>
<tr>
<td>AVEPARK</td>
<td>Parque de Ciência e Tecnologia, S.A</td>
</tr>
<tr>
<td>B2E</td>
<td>Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul</td>
</tr>
<tr>
<td>B’ACIS</td>
<td>Associação Ciência, Inovação e Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>BICMinho</td>
<td>Oficina da Inovação - Empreendedorismo e Inovação Empresarial</td>
</tr>
<tr>
<td>BIOREF</td>
<td>Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias</td>
</tr>
<tr>
<td>BLCC3</td>
<td>Campus de Tecnologia e Inovação</td>
</tr>
<tr>
<td>BLCS</td>
<td>Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva</td>
</tr>
<tr>
<td>BPB</td>
<td>Biblioteca Pública de Braga</td>
</tr>
<tr>
<td>BUILT CoLAB</td>
<td>Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro</td>
</tr>
<tr>
<td>CAF</td>
<td>Common Assessment Framework</td>
</tr>
<tr>
<td>CC</td>
<td>Conselho Cultural</td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>Centro de Computação Gráfica</td>
</tr>
<tr>
<td>CCVG</td>
<td>Centro Ciência Viva de Guimarães</td>
</tr>
<tr>
<td>CECOLAB</td>
<td>Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy</td>
</tr>
<tr>
<td>CEER</td>
<td>Council of European Energy Regulators</td>
</tr>
<tr>
<td>CEIJA</td>
<td>Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel</td>
</tr>
<tr>
<td>CEJUR</td>
<td>Centro de Estudos Jurídicos do Minho</td>
</tr>
<tr>
<td>CeNTI</td>
<td>Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes</td>
</tr>
<tr>
<td>CGA</td>
<td>Caixa Geral de Aposentações</td>
</tr>
<tr>
<td>CIBE</td>
<td>Classificador de Inventário dos Bens do Estado</td>
</tr>
<tr>
<td>CIIES</td>
<td>Centro de Investigação, Inovação e Ensino Superior</td>
</tr>
<tr>
<td>CIRC</td>
<td>Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas</td>
</tr>
<tr>
<td>CITEVE</td>
<td>Centro Tecnológico Têxtil e Vestuário</td>
</tr>
<tr>
<td>CNA</td>
<td>Concurso Nacional de Acesso</td>
</tr>
<tr>
<td>CNC</td>
<td>Comissão de Normalização Contabilística</td>
</tr>
<tr>
<td>Colab4Food</td>
<td>Laboratório Colabolaritivo de Inovação na Indústria Alimentar</td>
</tr>
<tr>
<td>CS</td>
<td>Casa de Sarmento</td>
</tr>
<tr>
<td>CTIC</td>
<td>Centro Tecnológico das Indústrias do Couro</td>
</tr>
<tr>
<td>CVR</td>
<td>Centro para a Valorização de Resíduos</td>
</tr>
<tr>
<td>DGS</td>
<td>Direção-Geral da Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>DTX</td>
<td>Laboratório Colaborativo em Transformação Digital</td>
</tr>
<tr>
<td>EA</td>
<td>Escola de Arquitetura</td>
</tr>
<tr>
<td>EBIT</td>
<td>Earnings Before Interest and Taxes</td>
</tr>
<tr>
<td>EBITDA</td>
<td>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</td>
</tr>
<tr>
<td>EBT</td>
<td>Earnings Before Taxes</td>
</tr>
<tr>
<td>EC</td>
<td>Escola de Ciências</td>
</tr>
<tr>
<td>ED</td>
<td>Escola de Direito</td>
</tr>
<tr>
<td>EE</td>
<td>Escola de Engenharia</td>
</tr>
<tr>
<td>EEG</td>
<td>Escola de Economia e Gestão</td>
</tr>
<tr>
<td>EIT</td>
<td>Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>EM</td>
<td>Escola de Medicina</td>
</tr>
<tr>
<td>EP</td>
<td>Escola de Psicologia</td>
</tr>
<tr>
<td>ESE</td>
<td>Escola Superior de Enfermagem</td>
</tr>
<tr>
<td>FAMEST</td>
<td>Footwear, Advanced Materials, Equipment’s and Software Technologies</td>
</tr>
<tr>
<td>Abreviação</td>
<td>Descrição</td>
</tr>
<tr>
<td>------------</td>
<td>-----------</td>
</tr>
<tr>
<td>FAQ</td>
<td>Frequently Asked Questions</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT</td>
<td>Fundação para a Ciência e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>FITEC</td>
<td>Fundo de Inovação, Transferência de Tecnologia e Economia Circular</td>
</tr>
<tr>
<td>FMI</td>
<td>Fundo Monetário Internacional</td>
</tr>
<tr>
<td>FSE</td>
<td>Fornecimento de Serviços Externos</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação CEER</td>
<td>Fundação Centro de Estudos Euroregionais</td>
</tr>
<tr>
<td>FURNISH</td>
<td>Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat</td>
</tr>
<tr>
<td>GG</td>
<td>Gastos Gerais</td>
</tr>
<tr>
<td>GPA</td>
<td>Gabinete de Processos Académicos</td>
</tr>
<tr>
<td>HSK</td>
<td>Exame Hanyu Shuiping Kaoshi</td>
</tr>
<tr>
<td>HSKK</td>
<td>Exame Hanyu Shuiping Kouyu Kaoshi</td>
</tr>
<tr>
<td>HSST</td>
<td>Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho</td>
</tr>
<tr>
<td>I&amp;D&amp;T</td>
<td>Investigação e Desenvolvimento Tecnológico</td>
</tr>
<tr>
<td>I3Bs</td>
<td>Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomíméticos</td>
</tr>
<tr>
<td>IAPMEI</td>
<td>Agência para a Competitividade e Inovação</td>
</tr>
<tr>
<td>IC</td>
<td>Instituto Confúcio</td>
</tr>
<tr>
<td>ICS</td>
<td>Instituto de Ciências Sociais</td>
</tr>
<tr>
<td>ICVS</td>
<td>Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>IDEGUI</td>
<td>Instituto de Design de Guimarães</td>
</tr>
<tr>
<td>IDITE Minho</td>
<td>Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho</td>
</tr>
<tr>
<td>IE</td>
<td>Instituto de Educação</td>
</tr>
<tr>
<td>IGAP</td>
<td>Instituto de Gestão e Administração Pública</td>
</tr>
<tr>
<td>IGCP</td>
<td>Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública</td>
</tr>
<tr>
<td>ILCH</td>
<td>Instituto de Letras e Ciências Humanas</td>
</tr>
<tr>
<td>INESC TEC</td>
<td>Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência</td>
</tr>
<tr>
<td>INTEGRALAR</td>
<td>Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar</td>
</tr>
<tr>
<td>IPSAS</td>
<td>International Public Sector Accounting Standards</td>
</tr>
<tr>
<td>IRC</td>
<td>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas</td>
</tr>
<tr>
<td>IRS</td>
<td>Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares</td>
</tr>
<tr>
<td>ISO</td>
<td>International Organization for Standardization</td>
</tr>
<tr>
<td>ISPG</td>
<td>Instituto do Petróleo e Gás</td>
</tr>
<tr>
<td>IVA</td>
<td>Imposto sobre o Valor Acrecentado</td>
</tr>
<tr>
<td>Lab2PPI</td>
<td>Laboratório de Paisagens, Património e Território</td>
</tr>
<tr>
<td>LOPTC</td>
<td>Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas</td>
</tr>
<tr>
<td>MCTES</td>
<td>Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</td>
</tr>
<tr>
<td>MEP</td>
<td>Método de Equivalência Patrimonial</td>
</tr>
<tr>
<td>MIRRI</td>
<td>Infraestrutura de Investigação em Recursos Microbianos</td>
</tr>
<tr>
<td>MIT</td>
<td>Massachusetts Institute of Technology</td>
</tr>
<tr>
<td>MOV BIO</td>
<td>Mobilização de biomassa de podas para valorização energética</td>
</tr>
<tr>
<td>NCP</td>
<td>Norma de Contabilidade Pública</td>
</tr>
<tr>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo</td>
</tr>
<tr>
<td>OE</td>
<td>Orçamento do Estado</td>
</tr>
<tr>
<td>OMS</td>
<td>Organização Mundial de Saúde</td>
</tr>
<tr>
<td>OPEN</td>
<td>Associação para Oportunidades Específicas de Negócio</td>
</tr>
<tr>
<td>PAE</td>
<td>Plano de Ação Estratégico</td>
</tr>
<tr>
<td>PEVE</td>
<td>Processo Extraordinário de Viabilização de Empresas</td>
</tr>
<tr>
<td>PG</td>
<td>Pós-Graduações</td>
</tr>
<tr>
<td>PIB</td>
<td>Produto Interno Bruto</td>
</tr>
<tr>
<td>PIEP</td>
<td>Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros</td>
</tr>
<tr>
<td>POCEER</td>
<td>Programa Operacional de Capacitação e Eficiência de Recursos</td>
</tr>
<tr>
<td>POOLNET</td>
<td>Cluster de Competitividade e Tecnologia Engineering &amp; Tooling</td>
</tr>
<tr>
<td>PREVAPAP</td>
<td>Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública</td>
</tr>
<tr>
<td>ProChild - CoLAB</td>
<td>Laboratório Colaborativo ProChild</td>
</tr>
<tr>
<td>PSEC</td>
<td>Prestações de Serviços Especializados à Comunidade</td>
</tr>
<tr>
<td>PSET</td>
<td>Prestações de Serviços Técnicos Especializados</td>
</tr>
<tr>
<td>PT</td>
<td>Portugal</td>
</tr>
<tr>
<td>PTAG</td>
<td>Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão</td>
</tr>
<tr>
<td>RCAAP</td>
<td>Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal</td>
</tr>
<tr>
<td>RDFGAS</td>
<td>Aproveitamento energético dos combustíveis derivados de resíduos e lamas secas</td>
</tr>
<tr>
<td>RJIES</td>
<td>Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior</td>
</tr>
<tr>
<td>RLP</td>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
</tr>
<tr>
<td>Abreviação</td>
<td>Descrição</td>
</tr>
<tr>
<td>------------</td>
<td>-----------</td>
</tr>
<tr>
<td>RNAP</td>
<td>Reposição Não Abatida aos Pagamentos</td>
</tr>
<tr>
<td>RPG</td>
<td>Recommended Practice Guideline</td>
</tr>
<tr>
<td>RT</td>
<td>Reitoria</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>Serviços de Ação Social da UMinho</td>
</tr>
<tr>
<td>SIGAQ-UM</td>
<td>Sistema Interno de Garantia da Qualidade</td>
</tr>
<tr>
<td>SMS</td>
<td>Sociedade Martins Sarmento</td>
</tr>
<tr>
<td>SNC</td>
<td>Sistema de Normalização Contabilística</td>
</tr>
<tr>
<td>SNC–AP</td>
<td>Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas</td>
</tr>
<tr>
<td>SPINPARK</td>
<td>Centro de Incubação de Base Tecnológica</td>
</tr>
<tr>
<td>SROC</td>
<td>Sociedade de Revisores Oficiais de Contas</td>
</tr>
<tr>
<td>SS</td>
<td>Segurança Social</td>
</tr>
<tr>
<td>TAG</td>
<td>Técnicos, Administrativos e de Gestão</td>
</tr>
<tr>
<td>TecMinho</td>
<td>Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento</td>
</tr>
<tr>
<td>TERM</td>
<td>Tissues Engineering and Regenerative Medicine</td>
</tr>
<tr>
<td>TICE_PT</td>
<td>Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica</td>
</tr>
<tr>
<td>UA</td>
<td>Unidade de Arqueologia</td>
</tr>
<tr>
<td>UC</td>
<td>Unidades Culturais</td>
</tr>
<tr>
<td>UD</td>
<td>Unidade Diferenciada</td>
</tr>
<tr>
<td>UE</td>
<td>União Europeia</td>
</tr>
<tr>
<td>UO</td>
<td>Unidade Orgânica</td>
</tr>
<tr>
<td>US</td>
<td>Unidades de Serviços</td>
</tr>
<tr>
<td>USAAE</td>
<td>Unidade de Serviços de Apoio às Atividades de Educação</td>
</tr>
<tr>
<td>USAPI</td>
<td>Unidade de Serviços de Apoio a Projetos de Investigação</td>
</tr>
<tr>
<td>USDB</td>
<td>Unidade de Serviços de Documentação e Bibliotecas</td>
</tr>
<tr>
<td>USGA</td>
<td>Unidade de Serviços de Gestão Académica</td>
</tr>
<tr>
<td>VARD 2015</td>
<td>Vale do Ave Região Digital, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada</td>
</tr>
<tr>
<td>VPT</td>
<td>Valor Patrimonial Tributário</td>
</tr>
</tbody>
</table>
I – MENSAGEM DO REITOR

Enquadrado pelo Plano de Ação 2017-2021 (www.uminho.pt), o Plano de Atividades encontrava-se estruturado em torno de objetivos programáticos e medidas de operacionalização correspondentes aos eixos de missão da Universidade – Educação, Investigação e Inovação, Interação com a Sociedade e Internacionalização – e às áreas de enquadramento da missão da Universidade do Minho (UMinho) – Qualidade Institucional, Qualidade de Vida nos campi e Infraestruturas e Sustentabilidade Financeira.

Entre os objetivos programáticos então fixados, cabe destacar:

a) No domínio da Educação, a exploração de novas ofertas educativas, o reforço das relações entre práticas de educação e de investigação, o aprofundamento da qualidade da formação doutoral, através da criação de uma escola doutoral, a monitorização dos percursos académicos dos estudantes, prevenindo situações de insucesso e abandono e a promoção da qualificação pedagógica dos docentes, nomeadamente em função das características dos novos públicos da Universidade e das novas tecnologias educativas;

b) No domínio da Investigação e Inovação, a melhoria da atividade científica em termos quantitativos e qualitativos, o reforço do corpo de investigadores, o aprofundamento das políticas e práticas de “ciência aberta” e a promoção da colaboração entre os centros de investigação da UMinho, assegurando a partilha efetiva de boas práticas;

c) No domínio da Interação com a Sociedade, o reforço da interface entre os centros de investigação e os contextos de apropição social do conhecimento produzido, a promoção de uma maior articulação com as autarquias e com os agentes sociais e económicos, a densificação da política cultural, o desenvolvimento de um programa editorial específico da UMinho, a valorização social e cultural do seu património e o reforço das relações interinstitucionais da UMinho nos planos da cultura e do desporto;

d) No domínio da Internacionalização, o reforço da participação da UMinho em organizações internacionais de universidades relevantes, o estabelecimento de parcerias estratégicas bilaterais com universidades de referência, o alargamento do número de estudantes internacionais em cursos conferentes de grau e dos fluxos de mobilidade incoming e outgoing de estudantes, docentes e funcionários da Universidade e o incremento da presença da UMinho em iniciativas no âmbito dos programas europeus, designadamente do Horizonte 2020 e do Erasmus+, com liderança da Universidade;

e) No domínio da Qualidade Institucional, a otimização do sistema interno de garantia da qualidade, a melhoria do sistema de avaliação dos docentes, o aprofundamento da modernização administrativa, a melhoria dos sistemas de informação e as ferramentas de gestão em uso na UMinho e o incremento da formação e a qualificação dos trabalhadores não docentes;

f) No domínio das Infraestruturas e Qualidade de Vida, a elaboração de um plano de desenvolvimento integrado dos campi, a modernização e requalificação dos espaços pedagógicos, a qualificação e valorização dos espaços exteriores dos campi, a conservação e qualificação do parque edificado e o desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade ambiental e energética.

O Plano de Atividades inclui também um conjunto de projetos institucionais transversais, com impacto em múltiplos eixos de missão da Universidade, entre os quais cabe destacar: o reforço dos corpos de docentes e de investigadores e a redução do grau de precariedade das relações contratuais, a instalação da TERM (Tissues Engineering and Regenerative Medicine) Research Hub, do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, o desenvolvimento de projetos estratégicos com financiamento e envolvimento da sociedade, o reforço da comunidad alumni e o desenvolvimento de laboratórios colaborativos.

Subjacente à concretização destes objetivos e medidas esteve sempre a necessidade de garantir para a Universidade a estabilidade e sustentabilidade financeiras.

Nos termos das disposições legais e estatutárias, apresenta-se agora o Relatório de Atividades e Contas Consolidadas relativo a 2020, que contém elementos de informação relevantes para uma apreciação que se pretende clara e objetiva da atividade desenvolvida pelo Grupo Público UMinho no ano transato.

Um balanço sobre a atividade da UMinho e do Grupo Público UMinho no período em apreço não pode ignorar o facto de 2020 ter sido um ano profundamente marcado pela crise pandémica provocada pelo novo coronavírus SARS-COV-2, que teve importantes impactos institucionais cuja ponderação é inevitável na apreciação do seu desempenho.

A pandemia deixou e continua a deixar marcas profundas no nosso viver coletivo, representando um poderoso desafio à coesão e solidariedade da nossa sociedade e à resiliência das nossas instituições. A UMinho e o Grupo Público UMinho não ficou imune a desafios de grande magnitude, a que teve que e soube responder.

Considerar, em particular, o percurso da Universidade em 2020 obriga a destacar a suspensão da atividade presencial da UMinho, tomada no dia 10 de março, como o momento mais crítico, pelas suas profundas consequências na vida...
institucional, e a reação da comunidade académica à situação que desde então vivemos como a evidência mais significativa da nossa capacidade de enfrentar dificuldades inomináveis.

Tendo como pano de fundo o desenvolvimento da crise pandémica, a Universidade do Minho continuou o seu percurso, em linha com o que havia sido definido no seu plano de atividades para 2020 e com aquilo que decorre da concretização da sua missão e objetivos, com os ajustamentos decorrentes da especificidade das circunstâncias.

Nesta nota introdutória ao Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2020 da UMinho registo alguns dos principais resultados da atividade da Universidade, resultados que podem ser aferidos com maior detalhe no Relatório de Atividades e Contas Separadas 2020.

No ano letivo de 2020-21, a Universidade colocou 3155 vagas a concurso, no âmbito do Concurso Nacional de Acesso (CNA) a licenciaturas e mestrados integrados, mais 240 que no ano anterior, aumento decorrente da resposta positiva da UMinho à proposta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) na sequência do acréscimo de candidatos ao ensino superior, desafio a que a UMinho, tendo presente a sua missão e os seus objetivos, não podia deixar de responder afirmativamente, pese embora o facto de a esta opção institucional não decorrer qualquer reforço do orçamento da Universidade.

Na 1.ª fase do CNA, ficaram preenchidas 98,4% das vagas, o que constituiu o melhor resultado de sempre da UMinho. Em 95% dos cursos oferecidos, a classificação do último candidato admitido foi superior à do ano anterior, e em 3 cursos - Medicina, Engenharia e Gestão Industrial e Engenharia Biomédica -, a classificação mínima de entrada foi superior a 18 valores. Estes resultados espelham bem a confiança dos candidatos na qualidade da oferta educativa da UMinho.

No final de 2020, a Universidade tinha inscritos cerca de 19 600 estudantes de grau, menos 100 que no ano anterior. Entre esses estudantes cerca de 2300 eram estrangeiros, o que representava uma redução de 2,5% dos estudantes estrangeiros face a 2019, uma perda verificada sobretudo nos mestrados e que é indissociável da pandemia da Covid-19 que se viveu.

Situação semelhante foi vivida nas mobilidades outgoing e incoming no âmbito do Programa Erasmus+, as quais sofreram uma quebra significativa.

No ano de 2020, a UMinho graduou cerca de 4 400 estudantes, 1 900 dos quais com o grau de mestre ou doutor. No ano letivo de 2020-21, a oferta educativa manteve-se relativamente estável face ao ano anterior, com 41 licenciaturas, 16 mestrados integrados, 104 mestrados e 58 doutoramentos. A UMinho tinha em funcionamento, em associação com outras instituições de ensino superior, 10 mestrados e 13 doutoramentos. Uma oferta educativa ampla, diversificada e com significativa expressão interinstitucional foram marca do portefólio de cursos da Universidade.

No quadro do regular desenvolvimento da acreditação dos seus cursos, a UMinho submeteu à A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), no último ano, 36 novos cursos, 33 dos quais em resultado da reorganização dos mestrados integrados nas áreas da psicologia e da engenharia; requereu ainda a acreditação de 1 doutoramento e 2 mestrados no âmbito do projeto Universidade sem Fronteiras, o mais ambicioso programa de cooperação entre as universidades da Galiza e do Norte de Portugal até hoje ensaído. No último ano, a Universidade viu ser acreditados 13 cursos novos e 78 que já se encontravam em funcionamento.

Durante o ano em apreço, no quadro de uma particular atenção à formação doutoral, na sequência da criação do Colégio Doutoral, em 2019, foram constituídos os seus órgãos de governo e de consulta e deu-se início à sua atividade.

A Universidade promoveu múltiplas iniciativas em torno dos percursos académicos dos nossos estudantes, do contacto com públicos pré-universitários até à transição para o mercado de trabalho.

Em 2020 tiveram lugar, em versão digital, as realizações Universidade de Portas Abertas e Melhor Estudante na UMinho, orientadas para estudantes de escolas e colégios do ensino secundário. O ObservatoriUM, projeto institucional orientado para a caracterização e a promoção de percursos académicos dos estudantes, desenvolveu, em 2020, um estudo longitudinal sobre prontidão de carreira, tendo os primeiros resultados servido de mote ao seminário que anualmente o ObservatoriUM realiza O Projeto Tutorias por Pares e Mentorias UMinho, orientado para a integração dos estudantes na Universidade (tutorias) e para a facilitação de transição para os contextos de trabalho (mentorias), em 2020, foi alargado aos estudantes de doutoramento, introduzindo-os em redes internacionais de investigação e inovação (mentoria internacional).

O acompanhamento de cerca de 200 estudantes com necessidades educativas especiais e a realização de ações de sensibilização da comunidade académica para as temáticas da deficiência deu corpo às políticas de inclusão que a Universidade perfaz. Com a colaboração da sua rede de alumni, a UMinho lançou um Programa de Apoio Informático a Estudantes, que permitiu providenciar a todos os estudantes carenciados meios que lhes permitissem responder às exigências colocadas pela transferência da atividade letiva para plataformas informáticas.

O evoluir da situação pandémica veio colocar no centro das preocupações institucionais a formação pedagógica dos docentes. A reedição do Docência+, curso de formação realizado on-line em parceria com a Universidade de Aveiro, e as Jornadas Interinstitucionais de Desenvolvimento Pedagógico, alargadas a várias universidades e politécnicos,
permitiram consolidar este movimento à escala nacional, com liderança da UMinho, que, em paralelo, foi aprofundando as suas relações internacionais neste âmbito. Ainda neste contexto, foi promovida mais uma edição do concurso de Projetos de Inovação e Desenvolvimento do Ensino e da Aprendizagem, aberto a todos os docentes da UMinho.

No domínio da investigação, em 2020, a UMinho teve aprovados 112 novos projetos, dos quais 15 projetos europeus, 37 projetos internacionais, 34 projetos no âmbito do PT 2020 e 26 outros projetos nacionais; o conjunto dos projetos europeus/internacionais ficou, pois, próximo de 50% do total. Os projetos financiados em 2020 têm um orçamento global de 36,7 M€. No final do ano, a Universidade tinha em desenvolvimento cerca de 650 projetos, no valor de cerca de 150 M€.

Estes projetos eram desenvolvidos por um largo corpo de docentes e investigadores, incluindo, além dos docentes, cerca de 380 investigadores contratados, 550 bolseiros e 480 bolseiros de doutoramento. Estes números representam uma alteração muito significativa relativamente aos anos anteriores, registando a Universidade, face a 2019, um crescimento de cerca de 30 investigadores contratados.

Respondendo às novas exigências colocadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no que concerne a formação dos bolseiros de investigação, a UMinho aprovou em 2020 um Curso de Formação Especializada em Fundamentos para a Investigação Científica.


Foi lançada a primeira edição do Prémio de Iniciação à Investigação Científica, que mobilizou um elevado número de centros de investigação, com o objectivo permitir aos estudantes dos cursos de formação inicial uma oportunidade de aproximação a contextos reais de investigação científica e de inserção em equipas de investigação.


No plano regulamentar, foram aprovados o Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho e o Regulamento da Carreira, Recrutamento, Contratação e Avaliação do Desempenho do Pessoal Investigador em Regime de Direito Privado da Universidade de Minho; estes regulamentos são importantes instrumentos de enquadramento e regulação da atividade dos investigadores da UMinho.

A investigação conhece na UMinho um elevado grau de internacionalização; em 2020, cerca de 50% das publicações científicas indexadas na Web of Science foram realizadas no quadro de colaborações com investigadores de outros países; a UMinho participa num elevado número de projetos internacionais, sendo cada vez maior o reconhecimento dos seus investigadores e grupos de investigação no exterior; em 2019 a UMinho teve na lista dos Highly Cited Researchers (Clarivate Analytics) dois investigadores entre os dez portugueses constantes daquela lista.

A crise pandémica afetou a mobilidade de estudantes, docentes e trabalhadores não docentes no ano letivo de 2019/2020, que conheceu diversas perturbações, tendo-se registado uma diminuição nos números de mobilidades face ao ano anterior. Já no final de 2020, a UMinho recebeu o Prémio Boas Práticas da Agência Nacional Erasmus+, por um dos seus projetos institucionais de mobilidade e viu ser-lhe atribuída a Erasmus Charter for Higher Education 2021-2027, que acredita a Universidade para o desenvolvimento da sua atividade no âmbito do Programa Erasmus+ da UE.

Em 2020, a Universidade reforçou significativamente a sua participação em redes europeias de universidades, designadamente a European University Association, o Grupo Compostela de Universidades, o Grupo Santander de Universidades e a Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste da Europa.

Materializando o eixo da sua missão de interação com a sociedade, a UMinho organizou, em 2020, um vasto número de projetos mobilizando um significativo número de membros da comunidade académica e de estruturas, de unidades culturais e diferenciadas a unidades de interface, incluindo ainda entidades integrantes do sistema científico e tecnológico nacional.

A colaboração entre a UMinho e os municípios tem, neste âmbito, particular expressão, como exemplificado nos projetos de intervenção social protagonizados pela Associação de Psicologia, o Laboratório Colaborativo ProChild - CoLab Contra a Pobreza e a Exclusão Social e o Município de Guimarães, nos projetos de recuperação do património edificado, do Teatro Jordão e Garagem Avenida, em Guimarães, e do Convento de S. Francisco de Real, em Braga, de valorização do património arqueológico, na área das Carvalheiras - Braga, de projetos educativos como o mestrado em media arts,
de disseminação da cultura e do conhecimento científico através da rede de Casas do Conhecimento que envolve oito municípios dos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

As unidades culturais e diferenciadas da Universidade do Minho promoveram, em 2020, um amplo e diversificado conjunto de projetos museológicos, expositivos, de intervenção científica e cultural, orientados para a conservação e valorização do património e a promoção do acesso a bens culturais.

A atividade da UMinho Editora (https://editora.uminho.pt/pt), que publicou 20 livros em 2020, afirmou-se como projeto vibrante de interação com a sociedade, acolhendo e editando, em acesso aberto, revistas publicadas na Universidade e livros físicos e eletrónicos, com temáticas relevantes para diferentes públicos.


A colaboração com o setor empresarial, através de projetos copromovidos, teve expressão significativa na atividade da Universidade. A parceria entre a UMinho e a Bosch continuou a 3.ª fase da sua execução, com os projetos SensibleCar, EasyRide e Factory of the Future, projetos institucionais de grande dimensão, pelo volume dos financiamentos envolvidos, dos recursos humanos qualificados envolvido e pelo impacto social e económico que deles resulta. A UMinho Exec deu continuidade à sua intensa atividade de formação de executivos e de quadros superiores.

Visando intensificar a participação direta em projetos de desenvolvimento, em articulação com entidades do setor económico e social, em 2020, a UMinho passou a integrar dois novos laboratórios colaborativos: Colab Vines & Wines, através da participação na ADVID - Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense, e BUILT CoLAB - Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, passando a oito o número de estruturas do sistema científico e tecnológico nacional deste tipo em que participa.

No quadro do desenvolvimento da sua atividade de inovação, traduzida na geração, na economia e na sociedade, de novas ideias, produtos e processos, a Universidade tem no registo de patentes um indicador importante de seu impacto. O Barómetro Inventa – Patentes Made in Portugal 2020 colocou a UMinho no topo das entidades requerentes com origem em Portugal.

No quadro da promoção do empreendedorismo, a Universidade atribuiu o selo de spinoff/UMinho a 2 novas empresas: Electron SoftView e GreenADN. São hoje mais de 40 as empresas que possuem este selo, testemunhando este número de importância que a Universidade confere a esta dimensão da sua atividade.

Ao longo do ano transato, o desenvolvimento institucional foi assegurado pela concretização de importantes iniciativas.

A Universidade prosseguiu a qualificação dos seus corpos de trabalhadores, tendo sido abertos, no ano transato, 39 posições para docentes de carreira, 16 posições para investigadores de carreira, 98 posições a termo resolutivo para investigador, 6 posições por tempo indeterminado para trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão (TAG) e 36 posições a termo resolutivo para trabalhadores TAG.

A assinatura de um contrato-programa entre a Universidade e a Escola de Medicina abriu caminho para uma nova morfologia organizacional, com as unidades orgânicas a serem dotadas de maior autonomia na gestão de recursos, requerida pelo seu nível de maturidade e complexidade da sua atividade.

A Universidade concluiu o processo de revisão da orgânica das suas unidades de serviços. Foi um trabalho demorado, não isento de tensões, que se traduziu numa transformação significativa da forma de organização e de articulação das nossas unidades de serviços partilhados, que reconhecidamente necessitavam de uma adequação às novas circunstâncias da Universidade.

A Universidade viu recertificado o seu sistema interno de garantia de qualidade, um processo logo e exigente a que a Universidade soube responder com a responsabilidade que lhe advinha de ter sido a primeira instituição nacional a ter este sistema certificado. A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior reconheceu o elevado grau de maturidade que o sistema da Universidade atingiu, apreciando-o muito positivamente, após um processo de avaliação exigente que contou com uma ampla participação das unidades orgânicas e de serviços da Universidade. Neste âmbito, foi promovido o Evento Anual da Qualidade, dedicado à discussão das novas versões dos instrumentos e mecanismos da vertente de Investigação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGAQ-UM).

Prosseguiu o trabalho de otimização dos processos organizacionais, visando a continuação da desmaterialização, a eficiência organizacional e a transparência dos circuitos de decisão, destacando-se o processo de provas públicas de mestrado e de doutoramento, bem como o processo de avaliação do pessoal técnico, administrativo de gestão (TAG).

Foram elaborados modelos de referência para abertura de concursos e fundamentação de decisões de júris relativos a carreiras docente e de investigação, bem como para a formulação e aferição de objetivos no âmbito da avaliação de trabalhadores TAG.

Prosseguiu a caracterização funcional e não-funcional das soluções informáticas atualmente em uso. Foram planeados e implementados mecanismos de cibersegurança que assegurem níveis adequados de confidencialidade, integridade
e disponibilidade de toda a informação crítica para a UMinho. Refira-se a produção de recomendações para a mitigação do risco cibernético associado à realização, por videoconferência, de provas públicas conducentes ao grau de mestre e doutor, bem como aos títulos de agregado e de especialista, e ainda de reuniões de júris de concursos para as carreiras docentes e de investigação.

Procedeu-se ao planeamento e introdução faseada de melhorias nas soluções informáticas relativas a processos académicos e à modernização das tecnologias de interação, tendo sido introduzida, no ecossistema tecnológico da UMinho, uma App para dispositivos móveis que agiliza o acesso a diversas funcionalidades do portal Académico e da Intranet da UMinho.

No plano das infraestruturas, em 2020 prosseguiu a obra de construção do edifício TERM RES Hub - Instituto Cidade de Guimarães, no AvePark. Foram concluídas as obras de beneficiamento das instalações do MIT-Portugal, em Azurém, das salas de experimentação animal e terminal, na Escola de Medicina, e das obras de conversão de um espaço exterior da Escola de Arquitetura em espaço oficial, para alojamento provisório da Licenciatura em Artes Visuais.

No decurso do ano prosseguiram os estudos prévios conducentes a um Plano de Desenvolvimento Integrado do campus de Gualtar e à beneficiamento da articulação do campus com a cidade de Braga. Em particular merece destaque o projeto relativo a uma intervenção a realizar na área norte do campus, no âmbito de um protocolo assinado com a Câmara Municipal de Braga, que envolve a reflorestação e requalificação de todo o espaço, dotando-o de condições de prática desportiva e de atividades de lazer.

Para acompanhamento da conceção e projeto do edifício da Nova Sede da AAUMinho, em Gualtar, foi constituído um Grupo de Trabalho e foi desenvolvido um estudo prévio pelos Serviços de Gestão dos Campi e Infraestruturas, em estreita articulação com o Centro de Estudos da Escola de Arquitetura.


Durante o ano transato, no quadro da colaboração com o Município de Vila Nova de Famalicão, a UMinho iniciou a instalação de um novo polo no edifício do CIES - Centro de Investigação, Inovação e Ensino Superior, onde foram localizados laboratórios de Biotecnologia Alimentar e de Micro e NanoFabricação.

Ao longo de praticamente todo o ano, os Serviços de Gestão dos Campi e Infraestruturas estiveram particularmente ativos na implementação de medidas de mitigação e controlo da propagação do SARS-Cov-2.

Subjacente à concretização destes objetivos e medidas esteve sempre a necessidade de garantir para a Universidade a estabilidade e a sustentabilidade financeiras.

No que diz respeito ao desempenho orçamental importa destacar que o orçamento inicial da UMinho em 2020 cifrou-se nos 151,8 M€, representando um aumento de cerca de 2,3% face ao ano de 2019, justificado essencialmente pelo aumento do número de projetos de I&D em execução.

Já no que diz respeito ao desempenho económico-financeiro é de assinalar o resultado líquido do período positivo na ordem dos 77,9 k€, tendo-se observado uma diminuição na ordem de 1,2 M€ face ao ano transato, decorrente da situação pandémica em que nos encontramos.

Importa ainda destacar em 2020 a continuidade na implementação da contabilidade de gestão na UMinho, a qual é indispensável à produção de informação relevante, por forma a satisfazer as necessidades de informação dos dirigentes sobre os rendimentos, gastos e resultados.

As demonstrações financeiras constantes do Relatório foram objeto de fiscalização e revisão legal de contas pelo Fiscal Único, conducentes a emissão da certificação legal das contas.

Em suma, durante o ano de 2020, apesar da dimensão dos desafios com que foi confrontada, designadamente por efeito da pandemia, em resultado do compromisso dos seus professores e investigadores, dos seus estudantes de todos os ciclos de estudos e dos seus trabalhadores técnicos administrativos e de gestão, a UMinho assegurou, com elevada qualidade, o essencial da sua missão, orientada para a educação de alto nível das novas gerações, para o alargamento das fronteiras do conhecimento humano e para a promoção do desenvolvimento social e económico da região e do País.

As atividades e contas da UMinho foram objeto do Relatório de Atividades e Contas Separadas da UMinho, aprovado pelo Conselho de Gestão da Universidade no dia 30 de abril de 2021 e, consequentemente, submetido ao Tribunal de Contas.

A UMinho é parte integrante e nuclear do Grupo Público UMinho, composto por 48 entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, nas quais a Universidade detém uma percentagem de controlo, consoante os direitos de votos. O envolvimento da UMinho em entidades participadas tem como critério essencial o da congruência da missão,
objetivos e modos de atuação destas entidades com os princípios estatutários que orientam a atividade da UMinho em todas as suas dimensões.

A realidade do Grupo Público UMinho exprime bem a densidade das relações que a Universidade foi construindo com múltiplos setores das esferas económica, social e cultural, traduzido na criação de entidades que vêm desempenhando um importante papel na promoção do progresso do país e da região.

A atividade da Universidade nas suas participadas encontra-se fortemente ancorada na atividade de ensino e de investigação que é desenvolvida pelas unidades orgânicas da Universidade, que têm encontrado na criação ou na adesão a estas entidades participadas uma forma muito qualificada de cumprir o designio da interação com a sociedade, através de processos de transferência, recontextualização ou coconstrução de saberes.

O Relatório de Atividades e Contas Consolidadas do Grupo Público UMinho que, nos termos estatutários, deve ser presente ao Senado Académico e ao Conselho Geral, disponibiliza uma visão de conjunto do Universo UMinho, permitindo compreender e avaliar, em extensão e em intensão, a atividade da Instituição, nas suas múltiplas dimensões, ao longo de 2020. De entre as 48 entidades participadas antes referidas, o Relatório regista a atividade e as contas das 17 que fazem parte do perímetro de consolidação.

Ao nível do desempenho económico-financeiro, importa notar que globalmente as entidades participadas, naturalmente com variações a que não são indiferentes as suas áreas de atuação, apresentam resultados equilibrados que, também nesta perspetiva, legitimam as opções que a Universidade vem assumindo.

Apesar do exposto no parágrafo anterior, o resultado líquido consolidado do Grupo Público em 2020 sofreu uma variação negativa de 2,3 M€ quando comparado com o período homólogo, essencialmente, justificada pela redução das vendas e das prestações de serviços, consequência direta das medidas de prevenção e controlo dos efeitos da pandemia Covid-19.

As demonstrações financeiras e orçamentais constantes do Relatório foram objeto de fiscalização e revisão legal de contas pelo Fiscal Único, conducentes à emissão da certificação legal das contas.

Rui Vieira de Castro
Reitor
II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO
1. GRUPO PÚBLICO UMINHO

1.1. Identificação do Grupo Público UMinho

A interação com a sociedade representa uma das dimensões basilares de atividade da UMinho. Neste âmbito, a UMinho mantém uma forte colaboração com o tecido económico e social, através da sua participação no capital de diversas entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Esta interação implica um envolvimento expressivo na comunidade, o qual favorece o seu progresso económico, social e cultural, decorrente da aplicabilidade do conhecimento científico obtido nas atividades de ensino e investigação.

Decorrente do anteriormente exposto, o Grupo Público UMinho é constituído pela entidade-mãe, a UMinho, e pelas suas participadas, tal como evidenciado na Tabela 1.

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADEADE-MÃE</th>
<th>% Controlo 2020</th>
<th>Referencial Contabilístico</th>
<th>Método de consolidação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>UMinho</td>
<td></td>
<td>SNC-AP</td>
<td>Cons. Integral</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADES CONTROLADAS</th>
<th>% Controlo 2020</th>
<th>Referencial Contabilístico</th>
<th>Método de consolidação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>100,00</td>
<td>SNC-AP</td>
<td>Cons. Integral</td>
</tr>
<tr>
<td>ACMP5</td>
<td>90,00</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>Cons. Integral</td>
</tr>
<tr>
<td>B’ACIS</td>
<td>90,00</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>Cons. Integral</td>
</tr>
<tr>
<td>APsí</td>
<td>80,00</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>Cons. Integral</td>
</tr>
<tr>
<td>CVR</td>
<td>1,18</td>
<td>SNC</td>
<td>Cons. Integral</td>
</tr>
<tr>
<td>TecMinho</td>
<td>12,50</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>Cons. Integral</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADES ASSOCIADAS</th>
<th>% Controlo 2020</th>
<th>Referencial Contabilístico</th>
<th>Método de consolidação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>BLCS</td>
<td>50,00</td>
<td>SNC-AP</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>IC</td>
<td>50,00</td>
<td>SNC-AP</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>2CA-Braga</td>
<td>50,00</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>49,42</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>IDEGUI</td>
<td>34,09</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>CCVG</td>
<td>33,33</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>CS</td>
<td>33,33</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>PIEP</td>
<td>31,39</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>IDITE-Minho</td>
<td>25,45</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>CEJUR</td>
<td>25,00</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>MEP</td>
</tr>
<tr>
<td>CeNTI</td>
<td>19,05</td>
<td>NCRF-ESNL</td>
<td>MEP</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>OUTRAS PARTICIPADAS</th>
<th>% Controlo 2020</th>
<th>Referencial Contabilístico</th>
<th>Método de consolidação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>SPINPARK</td>
<td>14,29</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>BLC3</td>
<td>14,29</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>AVEPARK</td>
<td>10,61</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>IGAP</td>
<td>9,09</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>TECMEAT</td>
<td>8,33</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>B2E</td>
<td>7,69</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>Lab2Pt</td>
<td>8,33</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>DTX</td>
<td>7,58</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>CECoLab</td>
<td>7,14</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>ProChild CoLab</td>
<td>6,67</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>AFTEBI</td>
<td>6,35</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>INESC TEC</td>
<td>5,26</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>Colab4food</td>
<td>4,62</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>BIREF</td>
<td>5,00</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>BUILT CoLAB</td>
<td>5,00</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>Fund. CEER</td>
<td>3,57</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>ISPG</td>
<td>3,34</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>APCTP</td>
<td>2,94</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>AEDOAVE</td>
<td>2,00</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>INTEGRALAR</td>
<td>0,86</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>TICE.PT</td>
<td>1,19</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficina Inovação - BIC Minho</td>
<td>1,00</td>
<td>Custo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>OPEN</td>
<td>0,98</td>
<td></td>
<td>Custo</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Da análise da Tabela 1 conclui-se que o Grupo Público UMinho é composto por 48 entidades, comprovando-se a forte interação da UMinho com a sociedade. Contudo, importa salientar que apenas 17 daquelas entidades fazem parte do perímetro de consolidação. Assim,

- nos casos em que a percentagem de controlo da UMinho é superior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de consolidação integral;
- nas situações em que a percentagem de controlo é superior a 20% e igual ou inferior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

No que respeita à entidade CeNTI, apesar da percentagem de controlo da UMinho ser inferior a 20%, esta foi incluída no perímetro de consolidação pelo MEP, uma vez que da leitura dos seus estatutos verifica-se que a entidade-mãe detém influência significativa, em virtude dos seus órgãos sociais serem constituídos por membros da UMinho.

Já no que diz respeito às entidades CVR e TecMinho, estas foram incluídas no perímetro de consolidação como entidades controladas pela UMinho pois, apesar dos direitos de voto serem inferiores a 50%, a UMinho detém o controlo destas entidades por via dos elementos que constituem os seus órgãos sociais.

Em relação ao IDITE Minho, em virtude deste Instituto se encontrar em processo de liquidação, a participação da UMinho não foi incluída no perímetro de consolidação, tendo sido constituída uma perda por imparidade, correspondente à totalidade do valor da participação financeira.

Quanto às restantes entidades, uma vez que a percentagem de controlo da UMinho é inferior a 20%, a participação financeira detida foi mensurada ao custo de aquisição.

### 1.2. Breve resumo das entidades consolidadas

De seguida apresenta-se um resumo da atividade desenvolvida em 2020, por cada uma das 17 entidades incluídas no perímetro de consolidação.

#### 1.2.1. Universidade do Minho

A UMinho, entidade-mãe do Grupo Público UMinho, é uma instituição de ensino superior público que tem como âmbitos principais da sua atividade, a Educação e a Formação, a Investigação e Inovação e a Interação com a Sociedade.

No final de 2020, a Universidade tinha inscritos cerca de 19 600 estudantes de grau, dos quais cerca de 2300 estrangeiros. No ano de 2020, a UMinho graduou cerca de 4 400 estudantes, cerca de 1 900 com o grau de mestre ou doutor.

No ano letivo de 2020-21, a oferta educativa foi constituída por 41 licenciaturas, 16 mestrados integrados, 104 mestrados e 58 doutoramentos. Ao longo do ano objeto, a UMinho submeteu à A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), para acreditação, 36 novos cursos e viu serem acreditados 13 cursos novos e 78 que já se encontravam em funcionamento.

A Universidade promoveu múltiplas iniciativas orientadas para percurso académicos dos estudantes e a formação pedagógica dos docentes.

No domínio da investigação, em 2020, a UMinho teve aprovados 112 novos projetos, dos quais 15 projetos europeus, 37 projetos internacionais, 34 projetos no âmbito do PT 2020 e 26 outros projetos nacionais; o conjunto dos projetos europeus/internacionais ficou, pois, próximo de 50% do total. Os projetos financiados em 2020 têm um orçamento global de 36,7 ME. No final do ano, a Universidade tinha em desenvolvimento cerca de 650 projetos, no valor de perto de 150 M€.

Estes projetos eram desenvolvidos, para além dos docentes, por cerca de 380 investigadores contratados, 550 bolsceiros e 480 bolsceiros de doutoramento, registando a Universidade, face a 2019, um crescimento de cerca de 30 investigadores contratados.

A Universidade prosseguiu, em 2020, a sua aposta no domínio da Ciência Aberta, com o lançamento do dataRepositóriUM, repositório de dados científicos da UMinho.
Aposta da UMinho em 2020 no reforço da sua vertente de investigação e inovação contribuiu, inelutavelmente, para o fortalecimento, a nível internacional, da sua reputação.

Materializando o eixo da sua missão de interação com a sociedade, a UMinho desenvolveu, em 2020, um vasto número de projetos mobilizando um significativo número de membros da comunidade académica e de estruturas, de unidades culturais e diferenciadas a unidades de interface, incluindo ainda entidades integrantes do sistema científico e tecnológico nacional.

A colaboração entre a UMinho e os municípios teve, neste âmbito, particular expressão.

As unidades culturais e diferenciadas da Universidade do Minho promoveram, em 2020, múltiplos projetos museológicos, expositivos, de intervenção científica e cultural, orientados para a conservação e valorização do património e a promoção do acesso a bens culturais.

A colaboração com o setor empresarial, através de projetos copromovidos, teve expressão significativa na atividade da Universidade. A parceria entre a UMinho e a Bosch continuou a 3.ª fase da sua execução, com os projetos SensibleCar, EasyRide e Factory of the Future, projetos institucionais de grande dimensão, pelo volume dos financiamentos envolvidos, dos recursos humanos qualificados envolvido e pelo impacto social e económico que deles resulta.

Em articulação com entidades do setor económico e social, em 2020, a UMinho passou a integrar dois novos laboratórios colaborativos: Colab Vines & Wines e BUILT CoLAB - Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, passando a oito o número de estruturas do sistema científico e tecnológico nacional deste tipo em que participa.

Ao nível da interação com a sociedade, a UMinho contribui, assim, de forma ativa, comprometida e crítica, para o progresso económico, social e cultural das populações, no sentido de criar uma sociedade mais inclusiva e sustentável.

No plano das infraestruturas, em 2020 prosseguiu a obra de construção do edifício TERM RES Hub - Instituto Cidade de Guimarães, no AvePark. Foram concluídas as obras de beneficiamento das instalações do MIT-Portugal, em Azurém, das salas de experimentação animal e terminal, na Escola de Medicina, e das obras de conversão de um espaço exterior da Escola de Arquitectura em espaço oficial, para alojamento provisório da Licenciatura em Artes Visuais.

Durante o ano de 2020, no quadro da colaboração com o Município de Vila Nova de Famalicão, a UMinho iniciou a instalação de um novo polo no edifício CIIES - Centro de Investigação, Inovação e Ensino Superior, onde foram localizados diversos laboratórios de investigação.

Na tabela infra apresentam-se os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da UMinho, nos últimos dois anos, e respetiva variação.

Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Princípios Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Posição Financeira</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
<td>174 478 496,63</td>
<td>172 567 703,81</td>
<td>1 910 792,82</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
<td>46 837 137,65</td>
<td>44 565 155,84</td>
<td>2 271 981,81</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Património Líquido</td>
<td>127 641 358,98</td>
<td>128 002 547,97</td>
<td>-361 188,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Desempenho Financeiro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>148 683 876,72</td>
<td>145 648 039,97</td>
<td>3 035 840,75</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos</td>
<td>148 605 933,45</td>
<td>144 401 841,78</td>
<td>4 204 091,67</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>77 943,27</td>
<td>1 246 194,19</td>
<td>-1 168 250,92</td>
</tr>
<tr>
<td>Indicadores</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
<td>73,16%</td>
<td>74,18%</td>
<td>-1,02 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
<td>272,52%</td>
<td>287,23%</td>
<td>-14,70 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidiz Geral</td>
<td>96,22%</td>
<td>105,01%</td>
<td>-8,79 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade Património Líquido</td>
<td>0,06%</td>
<td>0,97%</td>
<td>-0,91 p.p.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da Tabela 2 conclui-se que, em 31 de dezembro de 2020, se verifica uma variação positiva no passivo da UMinho, em relação ao período homólogo, na ordem dos 2,3 M€, justificada, essencialmente, pelo aumento nas rubricas de dferimentos e de outras contas a pagar.

A variação negativa registada no resultado líquido do período, no montante de 1,2 M€, justifica-se essencialmente por um aumento dos gastos com o pessoal, das transferências concedidas e das imparidades constituídas, nomeadamente, as reconhecidas em utentes.

Ao nível dos indicadores, é de realçar a variação negativa de 14,70 p.p. da solvabilidade, justificada pela redução do património líquido e pelo aumento do passivo, particularmente na rubrica de dferimentos e outras contas a pagar.
1.2.2. **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho**

Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), os quais gozam de autonomia administrativa e financeira e têm como missão, de acordo com os seus Estatutos, proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência no ensino superior e de integração na vida social e académica, através da prestação de serviços nas áreas de alojamento, alimentação, desporto e cultura, apoio médico e psicológico, assim como, na atribuição de bolsas de estudo aos estudantes mais carenciados. Importa realçar que é possibilhada a participação dos estudantes nas actividades dos SASUM, permitindo-lhes auferir contrapartidas pecuniárias, desde que o seu percurso académico não seja prejudicado.

Os SASUM dispõem de 10 residências universitárias - 6 em Braga e 4 em Guimarães - com uma capacidade de alojamento global de 1.399 camas, tendo-se verificado, sempre, nos últimos 5 anos letivos, taxas de ocupação superiores a 99%. No que diz respeito a refeições, durante o ano de 2020 foram servidas um total de 257.570 (subsidiadas e não subsidiadas), o que, face ao período homólogo, representa uma diminuição de 63,06%, justificada pelos constrangimentos provocados pela pandemia Covid-19.

Decorrente dos constrangimentos provocados pela COVID-19, a atividade do setor do desporto dos SASUM foi profundamente afetada ao longo do ano de 2020. Apesar dos diversos impedimentos à atividade, os SASUM prosseguiram a sua missão de promoção da prática desportiva, através da divulgação diária de planos de treino funcional, aulas de fitness, acompanhamento personalizado, dicas de nutrição e ginástica laboral, num total de mais de 600 publicações e de mais de 250 aulas disponibilizadas nas redes sociais. Importa realçar os resultados, no âmbito da competição universitária, no plano nacional, com a conquista de um total de 43 medalhas nos campeonatos nacionais universitários: 14 medalhas de ouro, 15 medalhas de prata e 14 medalhas de bronze.

Relativamente às atividades realizadas em 2020, destacam-se as seguintes:

- Potenciar parcerias estratégicas no âmbito do consórcio UNorte.pt e UOs da UMinho, tendo dois projetos em execução: CAF (Common Assessment Framework) e CO3. No ano de 2020 foi aprovado pela Agência para a Modernização Administrativa, o projeto POCER- Programa Operacional de Capacitação e Eficiência de Recursos;
- Reforçar a identidade interna, valorizando os recursos humanos, através da abertura de um processo de mobilidades intercarreiras e intercategorias; e
- Reforçar a competitividade dos produtos e serviços prestados, relevando o investimento, como por exemplo, o início do processo de reconversão do espaço de cycling para squash, no complexo desportivo de Guimarães, a aquisição de equipamento diverso, quer para o departamento alimentar, quer para o departamento de apoio social.

A Tabela 3 evidencia a evolução da posição e desempenho financeiro dos SASUM entre os anos de 2019 e 2020.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
<td>17 865 963,48</td>
<td>19 472 277,97</td>
<td>-1 606 314,49</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
<td>760 093,74</td>
<td>796 785,89</td>
<td>-36 692,15</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Património Líquido</td>
<td>17 105 869,74</td>
<td>18 675 492,08</td>
<td>-5 569 622,34</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>5 843 000,11</td>
<td>9 710 219,33</td>
<td>-3 867 219,22</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos</td>
<td>7 071 848,82</td>
<td>9 511 943,34</td>
<td>-2 440 094,52</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>-1 228 848,71</td>
<td>198 275,99</td>
<td>-1 427 124,70</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Indicadores</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
<td>95,75%</td>
<td>95,91%</td>
<td>-0,16 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
<td>2250,49%</td>
<td>2343,85%</td>
<td>-93,36 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade do Património Líquido</td>
<td>-7,18%</td>
<td>1,06%</td>
<td>-8,25 p.p.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da Tabela 3, verifica-se uma diminuição significativa, tanto ao nível da posição financeira, como do desempenho financeiro dos SASUM.

No ano de 2020, todas as rubricas do ativo e do passivo sofreram uma diminuição, sendo que no ativo corrente estas variações denotam-se mais significativas. Quanto à diminuição no património líquido, no montante de 1,6 M€, esta deve-se essencialmente à variação negativa do resultado líquido do período.

A diminuição verificada no resultado líquido do período é justificada, essencialmente, pela diminuição de rendimentos reconhecidos em vendas e prestações de serviços (3,4 M€) e em transferências e subsídios correntes obtidos (409,1 k€).

No que concerne à análise dos principais indicadores, importa salientar a variação negativa da liquidez geral, a qual se deve, essencialmente, à redução na rubrica de caixa e depósitos, no montante de 783 k€. Ainda assim, pode-se
afirmar que este indicador se encontra bastante positivo, pelo que os SASUM conseguem liquidar todas as suas dívidas correntes, com recurso ao seu ativo corrente.

1.2.3. **Associação Centro de Medicina P5**

A Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5) é uma organização sem fins lucrativos, resultado de uma parceria entre a UMinho, através da sua Escola de Medicina, e os Alumni Medicina (Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho), e tem por objetivo o desenvolvimento de atividades orientadas para a promoção da saúde pública, através do recurso a novas tecnologias. Apesar da sua atividade apenas ter sido iniciada a 6 de fevereiro de 2019, a sua constituição remonta a 29 de dezembro de 2018.

No ano de 2020, e em resposta à pandemia de Covid-19, a ACMP5 procurou, de forma rápida, desenvolver soluções que ajudassem a população e aliviasssem a pressão sobre o Sistema Nacional de Saúde. Assim, através do desenvolvimento e disponibilização de plataformas de esclarecimento de dúvidas e linhas de apoio psicológico, foi dado a conhecer a todo o país o projeto P5.

Ao longo do período em análise, a rede de atendimento da ACMP5 foi alargada aos municípios de Paredes de Coura e Guimarães, com a formalização de um protocolo que procura não só a prestação de cuidados de saúde, como também o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, bem como foi renovada a prestação de serviços de saúde à comunidade académica da UMinho.

Durante o ano de 2020, a ACMP5 apostou na consolidação de processos e serviços, tendo para o efeito desenvolvido e implementado o avaliador de sintomas P5, como aplicação móvel.


<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total dos Fundos Patrimoniais</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Periodo</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Indicadores</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da Tabela 4 importa referir que a posição financeira da ACMP5 melhorou significativamente, sendo de realçar o aumento do ativo, em cerca de 175,4 k€, quando comparado com o ano transato, o qual se deve, essencialmente, ao aumento verificado nas rubricas de clientes (54,2 k€), caixa e depósitos bancários (100,4 k€).

Importa destacar que no seu segundo ano de atividade, a ACMP5 atingiu um resultado líquido no montante de 76,6 k€, sendo que as prestações de serviço atingiram um montante de 348,9 k€, os fornecimentos e serviços e externos o valor de 133,4 k€ e os gastos com o pessoal o montante de 160,7 k€.

Por último, e em relação aos indicadores apresentados, com a exceção da rentabilidade dos fundos patrimoniais, que é influenciado positivamente pelo resultado líquido do período, todos os restantes indicadores apresentam variações negativas, devido ao aumento do passivo. Finalmente, destaca-se ainda que a ACMP5 apenas consegue financiar 46,84% da sua atividade através de recursos próprios, devido ao aumento verificado do ativo.

1.2.4. **Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga**

A Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga (B’ACIS) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, e o Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Esta Associação tem por missão o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação através do fomento de atividades científico-técnicas, no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.

A B’ACIS desenvolve atividades, como sejam a proteção e registo de propriedade intelectual, assim como a prestação de serviços, quer na vertente de cursos avançados e organização de eventos científicos, entre outros.
O ano de 2020 correspondeu ainda à fase de arranque, preparação, promoção, implementação e validação das estratégias da associação, sendo de realçar o processo de implementação de normas internacionais ISO, no âmbito da deteção de atividade viral e microbiiana. Neste contexto, e a título de exemplo, durante o ano de 2020, a B’ACIS:

- Prestou serviços de alojamento de biotério e de validação, para uma empresa biotecnológica portuguesa, de kits comerciais de deteção do SARS-CoV-2, por RT-PCR;
- Submeteu a registo 7 patentes, sendo uma de diagnóstico e as restantes de terapêutica, uma das quais em conjunto com a Fundação Champalimaud. Para além destas, foram preparados os processos para a submissão de mais 6 patentes, sendo quatro delas de software;
- Em setembro de 2020, conseguiu atrair mais uma startup, a BestHealth4U, para além das spin-offs já constituídas;
- Organizou 4 cursos de formação avançada, entre os meses de setembro e novembro de 2020.

A tabela 5 apresenta os principais indicadores económicos e financeiros, respeitantes à atividade da B’ACIS, nos dois últimos anos de atividade.

**Tabela 5 - Indicadores B’ACIS, em euros**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
<td>205 911,63 €</td>
<td>65 993,46 €</td>
<td>139 918,17 €</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
<td>74 339,30 €</td>
<td>6 147,28 €</td>
<td>68 192,02 €</td>
</tr>
<tr>
<td>Total dos Fundos Patrimoniais</td>
<td>131 572,33 €</td>
<td>59 846,18 €</td>
<td>71 726,15 €</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>234 088,31 €</td>
<td>18 750,00 €</td>
<td>215 338,31 €</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos (inclu Imposto s/ o rendimento)</td>
<td>162 362,16 €</td>
<td>8 903,82 €</td>
<td>153 458,34 €</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>71 726,15 €</td>
<td>9 846,18 €</td>
<td>61 879,97 €</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Indicadores</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
<td>63,90%</td>
<td>90,69%</td>
<td>-26,79 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
<td>176,99%</td>
<td>973,54%</td>
<td>-796,55 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade dos Fundos patrimoniais</td>
<td>54,51%</td>
<td>16,45%</td>
<td>38,06 p.p.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No que diz respeito à posição financeira, importa destacar a variação positiva do ativo em 139,9 k€, a qual ascendeu ao montante de 205,9 k€, em 31 de dezembro de 2020, sendo a rubrica de caixa e depósitos bancários aquela que apresenta um maior peso na estrutura do ativo (cerca de 47,40%).

Ao nível do desempenho financeiro, salienta-se a melhoria significativa na estrutura de rendimentos, justificada, essencialmente, pelas prestações de serviços que, em 2020, atingiram o montante de 176,2 k€ (75,28% do total de rendimentos).

Por fim, destacam-se as variações negativas registadas nos indicadores de liquidez geral e de solvabilidade (814,78 p.p. e 796,55 p.p., respectivamente), as quais decorrem do aumento generalizado de todas as rubricas do passivo (68,2 k€). Apesar destas variações, a B’ACIS apresenta indicadores financeiros bastante satisfatórios.

**1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho**

A Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APsi), constituída em 2016, tem por objetivo a prestação de serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia e dos SASUM, garantindo o desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados.

Este projeto, em atividade desde 2016, intervém na sociedade, através da prestação de serviços à área de psicologia, com o objetivo de contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da população, apoiando pessoas carenciadas, referenciadas pelas entidades locais e institucionais (municípios e outras associações).

Em 2020 observou-se uma maior preocupação com a saúde mental em diversos contextos, pelo que a APsi vem desenvolvendo as seguintes atividades:

- Linha de Apoio Psicológico SOS Covid-19, a fim de prestar apoio psicológico imediato e gratuito aos estudantes e à comunidade académica;
- Modelo de intervenção em crise da linha de Apoio Psicológico SOS Covid-19 e criação de uma aplicação gratuita de intervenção psicológica em crise no contexto de pandemia;
- Modelo integrado de intervenção nas crianças e famílias do município de Guimarães, desenhado pelo ProChild CoLAB, em estreita relação com a Câmara Municipal de Guimarães, e o Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho (CIPsi).
As variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos encontram-se evidenciadas na Tabela 6.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 6 - Indicadores APsi, em euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total dos Fundos Próprios</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos (incl. Imposto s/ o rendimento)</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Indicadores</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Conforme se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2020, a posição financeira da APsi registou um aumento do passivo no montante de 9,4 k€, bem como um aumento do ativo, em cerca de 9,4 k€, relativamente ao período homólogo. As razões subjacentes a estas variações decorrem essencialmente das alterações verificadas nas rúbricas de diferenços e de créditos a receber, respetivamente.

Ao nível do desempenho, destaca-se o aumento dos gastos no montante de 24,6 k€, justificado fundamentalmente pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos (14,4 k€) e dos gastos com pessoal (12,2 k€).

Relativamente aos indicadores, todos apresentam variações negativas, devido ao aumento verificado no passivo, assim como ao facto de os fundos próprios não acompanharem a evolução positiva registada no ativo. Apesar das variações negativas referidas, importa referir que os rácios de autonomia financeira, de solvabilidade e de liquidez geral, ainda se apresentam bastante positivos, uma vez que a entidade consegue solver todos os seus compromissos no curto, médio e longo prazo, assim como financiar mais de metade da sua atividade através de recursos próprios.

1.2.6. **Centro para a Valorização de Resíduos**

O Centro para a Valorização de Resíduos (CVR), em atividade desde 2002, centrou a sua atividade, durante o ano de 2020, na realização de projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) centrada no estudo de processos, de produtos e serviços sustentáveis e de avaliação de ciclo de vida, com o objetivo de promover o tratamento e/ou valorização de resíduos da economia circular e da preservação do ambiente.

O ano de 2020 foi marcado pela velocidade de cruzeiro do Plano de Ação Estratégico (PAE-CVR) 2018-2021 do CVR, na sequência da assinatura do contrato com o Fundo de Inovação, Transferência de Tecnologia e Economia Circular (FITEC), monitorizado e avaliado pela Agência Nacional de Inovação. O PAE-CVR abarca os domínios do Plano de Ação da UE para a economia circular, como resultado do trabalho anteriormente desenvolvido pelo CVR, nomeadamente, na execução de vários projetos de I&DT, relacionados com a valorização energética e valorização material de resíduos, com a promoção do ambiente e com a avaliação de ciclo de vida. O PAE-CVR, mais concretamente, o “EcoCircle CVR: Rumo a uma Economia Circular Eficaz” assenta:

- Na consolidação de meios do CVR em economia circular, cujo âmbito de trabalho foi desenvolvido nas áreas de avaliação do ciclo de vida (ThermFire4Woven), da valorização energética (RDFGAS e MOVBIIO), agrícola (Res2ValHum e EcoGreenRoof) e material de resíduos (UMinhoTech, ValorMar, U2SCoffee, GeoDesign, EcoSustainableRail e Renew);
- Na utilização de modelos circulares na economia, promotores de um aumento da eficiência na transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado;
- Na promoção e internacionalização da I&DT do CVR; e
- No reforço da Gestão, Marketing e Cooperação Nacional.

Deve ainda ser destacado o reforço das parcerias já anteriormente estabelecidas, de forma a marcar presença nos eventos e grupos de trabalho promovidos no seio do Smart Waste Portugal e do CentroHabitat.
A Tabela 7 evidencia as variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos de atividade.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Principais Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
<td>Total do Ativo</td>
<td>3 070 506,81</td>
<td>2 686 954,52</td>
<td>383 552,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Total do Passivo</td>
<td>1 587 750,86</td>
<td>1 282 493,24</td>
<td>305 257,62</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Total do Capital Próprio</td>
<td>1 482 755,95</td>
<td>1 404 461,28</td>
<td>78 294,67</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>910 548,52</td>
<td>957 484,84</td>
<td>-46 936,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Total de Gastos (inclu Imposto s/ o rendimento)</td>
<td>832 965,61</td>
<td>918 114,98</td>
<td>-85 149,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>77 582,91</td>
<td>39 369,86</td>
<td>38 213,05</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Indicadores</strong></td>
<td>Autonomia Financeira</td>
<td>48,29%</td>
<td>52,27%</td>
<td>-3,98 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Solvabilidade</td>
<td>93,39%</td>
<td>109,51%</td>
<td>-16,12 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Liquidez Geral</td>
<td>144,67%</td>
<td>154,71%</td>
<td>-10,05 p.p.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Como se pode aferir da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2020 verificou-se uma melhoria da posição financeira, justificada, essencialmente, pelo aumento das rubricas de outros créditos a receber e de caixa e depósitos bancários.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, destaca-se a variação positiva do resultado líquido do período no montante de 38,2 k€, para a qual muito contribuiu a variação negativa da rubrica de fornecimentos e serviços externo, no montante de 138,5 k€.

Ao nível dos indicadores, não se verificam variações relevantes entre os anos de 2019 e de 2020, sendo que todos os rácios se mantêm todos positivos.

1.2.7. **Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho**

A Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho (TecMinho) foi constituída em 24 de julho de 1990, no seio da UMinho.

Ao longo do ano de 2020, o Departamento de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo prosseguiu a sua atividade de identificação, promoção e consolidação de iniciativas de valorização dos resultados de investigação da UMinho, através de licenciamento, estabelecimento de parcerias com empresas (desde microempresas a multinacionais) e apoio à criação de novas empresas intensivas em conhecimento.

No que se refere à gestão da propriedade industrial, cabe destacar os resultados da atividade do Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial:

- 28 novos pedidos de patente;
- 4 sessões de divulgação de propriedade intelectual; e
- 109 contratos de consórcio analisados.

Na área de comercialização de Ciência e Tecnologia, foram identificadas 26 novas tecnologias/resultados de I&D da UMinho com potencial comercial, bem como foi efetuada a divulgação e marketing desses resultados. Identificaram-se, ainda, parceiros empresariais para exploração e negociação e gestão de acordos para a sua transferência. Em 2020, a TecMinho apresentou uma dinâmica relevante na participação em projetos nacionais e internacionais, centralmente geridos pela unidade de comercialização de ciência e tecnologia.

Na área do empreendedorismo, a TecMinho promoveu uma cultura empreendedora na UMinho e apoiou o lançamento de projetos empresariais de base tecnológica e conhecimento intensivo. Para tal promoveu:

- 15 aulas abertas;
- 91 reuniões com 130 empreendedores, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo – StarTecMinho;
- 14 projetos de negócio, no âmbito do Laboratório de Empresas; e
- Ideias de negócio, no âmbito do Laboratório de Ignição de Ideias de Negócio – IgniLab, entre outros.

Adicionalmente, colaborou ainda na criação de 3 novas spin-offs.

O Departamento de Formação Contínua realizou cursos de formação para os indivíduos em geral, sendo que relativamente às empresas e outras entidades, as intervenções foram desenvolvidas através de projetos integrados de formação, contemplando as necessidades de desenvolvimento dos seus colaboradores.

As atividades de formação do Departamento de Formação e Desenvolvimento inseriram-se nas seguintes tipologias:
• Formação interempresas;
• Formação intraempresas;
• Formação contínua para quadros superiores;
• Formação à distância;
• Seminários/workshops;
• Projetos de desenvolvimento profissional e organizacional; e
• Projetos de investigação em educação e formação.

Em 2020, a Prestação de Serviços Especializados à Comunidade (PSEC), processada via TecMinho, totalizou 88 serviços, o que corresponde a uma diminuição no volume de atividade desenvolvida, quando comparado com o ano de 2019, no qual foram levados a cabo 101 serviços.

As principais variações económico-financeiras da atividade da TecMinho, apresentam-se na Tabela 8.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Capital Próprio</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos (incl. Imposto sobre o rendimento)</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da tabela anterior verifica-se uma diminuição registada no capital próprio da entidade, no montante de 291,4 k€, decorrente, essencialmente, da diminuição verificada no resultado líquido do período no montante de 213,1 k€.

Ao nível do desempenho financeiro verificou-se uma diminuição acentuada tanto dos rendimentos (1,4 M€), como dos gastos (1,2 M€). Estas variações traduziram-se num resultado negativo de 213,1 k€, justificado, maioritariamente, pela redução dos rendimentos associados às prestações de serviços (517,2 k€) e aos subsídios à exploração (795,6 k€). Esta redução dos rendimentos foi compensada pela redução dos gastos associados à rubrica de fornecimentos e serviços externos, no montante de 1,2 M€.

Através da análise dos indicadores conclui-se que o ano de 2020 foi particularmente prejudicial para a atividade da TecMinho. Assim, apesar de o rácio de liquidez geral demonstrar que é possível à TecMinho, no curto prazo, liquidar todas as suas dívidas, da análise da informação podemos também concluir que o capital próprio da associação apenas consegue solvente 27,04% do seu passivo e apenas consegue financiar 21,29% da sua atividade, o que demonstra uma excessiva dependência da entidade em relação a terceiros.

1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva

O objetivo principal da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS) é, nos termos dos seus estatutos, a “prestar de um serviço de leitura pública, desenvolvendo e proseguido as suas atribuições de acordo com a moderna conceção”. Assim, ao longo dos seus últimos 15 anos, a BLCS tem vindo a desenvolver um conjunto de serviços a favor da comunidade local e regional, promovendo o desenvolvimento de diferentes literacias junto dos cidadãos, ligadas à leitura, escrita, informação, comunicação e cultura científica, para uma sociedade mais informada e inclusiva. Efetivamente a BLCS ambiciona destacar-se a nível nacional pela oferta de serviços e disponibilização de fundos bibliográficos diversificados, valorizando as novas tecnologias aplicadas aos diferentes serviços, de modo a potenciar a pesquisa e recuperação da informação de forma objetiva e eficiente junto dos seus utilizadores.

No ano de 2020, a BLCS continuou a manter o nível de qualidade dos serviços prestados, bem como, de iniciativas culturais e educativas. De modo a consolidar e alargar o seu papel na comunidade, a BLCS promoveu novos programas formativos, educativos e culturais, nomeadamente através da:
• Promoção e animação do livro, da leitura e da escrita;
• Realização de atividades de extensão cultural;
Manutenção dos acordos e protocolos institucionais; e
Criação de novas parcerias locais e regionais.

No que diz respeito à atividade da BLCS em 2020 deve ainda ser referido o seguinte:

- Foram disponibilizadas cerca de 460.304 existências bibliográficas inventariadas;
- Efetuados 119 pedidos/reservas de tratamento de exemplar no catálogo online da BLCS;
- Foram emprestados 5.520 manuais escolares, no âmbito da 8ª edição da Bolsa Solidária de manuais escolares usados, fruto da rede concelhia de parceiros sociais;
- Registou um total de 27.922 utilizadores inscritos;
- Realizou 31.701 empréstimos domiciliários;
- Contabilizou 194.617 entradas/saídas de utilizadores do edifício, 7.240 acessos aos postos informáticos públicos, 194.914 acessos ao portal da biblioteca e 21.207 acessos ao catálogo online.

Os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da BLCS nos últimos dois anos, e respetiva variação, são apresentados na Tabela 9.

### Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição Financeira</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
<td>108 877,25</td>
<td>98 291,50</td>
<td>10 585,75</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
<td>0,00</td>
<td>7 366,33</td>
<td>-7 366,33</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Património Líquido</td>
<td>108 877,25</td>
<td>90 925,17</td>
<td>17 952,08</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Desempenho Financeiro</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>150 399,08</td>
<td>185 149,44</td>
<td>-34 750,36</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos</td>
<td>132 447,00</td>
<td>154 507,30</td>
<td>-22 060,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>17 952,08</td>
<td>30 642,14</td>
<td>-12 690,06</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
<td>100,00%</td>
<td>92,51%</td>
<td>7,49 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
<td>-</td>
<td>1234,33%</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
<td>-</td>
<td>1178,77%</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade do Património Líquido</td>
<td>16,49%</td>
<td>33,70%</td>
<td>-17,21 p.p.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da Tabela 9, constata-se uma variação positiva da posição financeira, que poderá ser resumida da seguinte forma:

- Aumento do ativo em cerca de 10,6 k€, justificada, principalmente, pelo aumento da rubrica de caixa e depósitos bancários;
- Diminuição do passivo, o qual não apresenta qualquer valor em 31 de dezembro de 2020;
- Melhoria do património líquido em cerca de 18 k€, devido ao resultado líquido do período.

Ao nível do desempenho financeiro destaca-se a diminuição das transferências correntes recebidas (24,6 k€) e dos fornecimentos e serviços externos (23,1 k€).

Quanto aos Indicadores, importa referir que a autonomia financeira de 2020 se fixa nos 100%, devido à não existência de qualquer passivo.

### 1.2.9. Instituto Confúcio

O Instituto Confúcio (IC), é uma unidade diferenciada da UMinho criada em associação com o Hanban – Gabinete Nacional de Divulgação da Língua Chinesa no Mundo, e vocacionada para o desenvolvimento e aprofundamento dos Estudos Chineses e para a difusão da língua e cultura chinesas na Universidade e na região envolvente, tendo iniciado a sua actividade, com os seus órgãos devotidamente estabelecidos, no ano de 2006.

Ao longo do ano de 2020, o IC promoveu uma série de atividades didáticas e culturais, especificamente no que se refere ao projeto “Ensino de Chinês nas Escolas”, em articulação com 17 escolas de ensino básico e secundário, privadas e públicas, compreendendo um universo de 451 alunos, distribuídos por 45 turmas em vários níveis de aprendizagem e aprofundamento de chinês. Ainda relacionado com este projeto foram reforçadas duas outras iniciativas de grande importância para o IC, designadamente: a Confucius Classroom, no colégio Luso-Internacional do Porto, inaugurado a 22 de novembro de 2019, e o Programa de Intercâmbio “Escolas-Irmãs Portugal-China”.

No quadro daquilo que constitui uma das missionões do IC, destaca-se a divulgação da língua e cultura chinesas e a promoção da aproximação entre Portugal e a China, tendo sido novamente realizados, ao longo do ano de 2020, os ciclos de conferências intitulados “Património Cultural Chinês em Portugal” e “Grandes Vultos da Cultura Chinesa”.

---

Grupo Público UMinho
Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2020
Adicionalmente, ao longo de 2020, promoveu-se um vasto conjunto de “Oficinas” e “Cursos”, bem como a realização do Exame Oficial de Língua Chinesa – HSK e a realização do Exame Oficial de Oralidade de Língua Chinesa – HSKK.

Durante o ano de 2020, o IC voltou a organizar mais uma edição da Exposição de Literatura Infantil “Sonhos Coloridos do Oriente” e desenvolveu iniciativas tendentes a apoiar a comunidade chinesa em Portugal, facilitando a sua integração no nosso País.

A tabela seguinte apresenta os principais indicadores referentes à evolução da atividade do IC, entre os anos de 2019 e 2020.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Principais Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
<td>151 746,44</td>
<td>128 484,65</td>
<td>23 261,79</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
<td>0,00</td>
<td>224,50</td>
<td>-224,50</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Património Líquido</td>
<td>151 746,44</td>
<td>128 260,15</td>
<td>23 486,29</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>84 751,32</td>
<td>124 557,59</td>
<td>-39 806,27</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos</td>
<td>61 265,03</td>
<td>110 262,89</td>
<td>-48 997,86</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>23 486,29</td>
<td>14 294,70</td>
<td>9 191,59</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Indicadores**

- Autonomia Financeira: 100,00% vs 99,83%; 0,17 p.p.
- Solvabilidade: - vs 57 131,47%; -
- Liquidez Geral: - vs 52 000,92%; -
- Rentabilidade do Património Líquido: 15,48% vs 11,15%; 4,33 p.p.

Da análise da Tabela 10, relativamente à posição financeira do IC, destaca-se o fato de no ano de 2020 o passivo não apresentar qualquer dívida a fornecedores, o que originou uma melhoria da liquidez geral e da solvabilidade.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, é de realçar o aumento do resultado líquido do período (9,2 k€), justificado essencialmente pelo aumento das prestações de serviços e da diminuição dos gastos relacionados com os fornecimentos e serviços externos.

Quanto aos indicadores, importa destacar que, em 2020, a autonomia financeira se fixou nos 100%, devido à existência de qualquer passivo.

1.2.10. **Centro Clínico Académico de Braga**

O Centro Clínico Académico (2CA-Braga) resulta de uma parceria, sem fins lucrativos, entre a UMinho, através da Escola de Medicina e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto.

Durante o ano de 2020, para além da continuidade dos projetos em curso, iniciaram-se novos projetos de I&DT, projetos estes em cooperação e em parcerias internacionais, nomeadamente:

- SmartHealth4All;
- CovidVentilSupport;
- Mould2Protection;
- COUNTED;
- COVID2ndID;
- Masks4Safety;
- SM4S – Safety Materials;
- Sensebreath; e
- EHDEN.

O 2CA-Braga foi incluído no mapeamento das infraestruturas tecnológicas nacionais 2020, devido a uma candidatura ao Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia, de forma a aumentar a sua participação e a integrar projetos nacionais e internacionais de investigação clínica.

Durante o ano de 2020, a equipa do 2CA organizou, como habitualmente, as suas Jornadas “VII Jornadas de Investigação Clínica & Inovação”. O ano de 2020 foi pautado pela contínua divulgação junto dos stakeholders da Unidade de Fase 1, contribuindo para a participação em ensaios clínicos Early Phase.

O 2CA-Braga, no seu objetivo de promover, incentivar e suportar a qualidade na prática da investigação clínica, a nível nacional e internacional, tem conseguido alcançar uma boa dinâmica de projetos de investigação, sendo que, em
Grande do 2020, se encontravam em execução 165 projetos de investigação clínica. Dos 187 ensaios clínicos aprovados pelo Infarmed a nível nacional, em 2020, 30% tiveram o 2CA-Braga, como centro clínico académico. Este valor torna-se mais significativo nos ensaios de fase 3, em que o 2CA-Braga participou em 45% dos estudos realizados em Portugal.

Relativamente ao aparelho de Ressonância Magnética Nuclear, de preferência 3 Tesla, adquirido em 2018, na ano de 2020 verificou-se um aumento da sua produtividade, tendo sido realizados um total 3.786 RMNs, tanto no âmbito da investigação clínica do 2CA-Braga, como pela atividade de prática clínica do Hospital de Braga.

A Tabela 11 demonstra a evolução da atividade do 2CA-Braga, tendo em consideração os principais indicadores da sua posição e do seu desempenho financeiro.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Princípios Indicadores</td>
</tr>
<tr>
<td>-------------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Posição Financeira</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total dos Fundos Patrimoniais</td>
</tr>
<tr>
<td>Desempenho Financeiro</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
</tr>
<tr>
<td>Indicadores</td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da tabela concluiu-se que a posição financeira do 2CA-Braga evoluiu positivamente em 2020, uma vez que se verificou um aumento dos fundos patrimoniais (33,5 k€), proporcionado pelo um aumento significativo no total do ativo (93,5 k€), nomeadamente nas rubricas de créditos a receber e de caixa e depósitos bancários.

No desempenho financeiro verificou-se uma evolução negativa do resultado líquido, no ordem de 271,4 k€, principalmente, fruto da diminuição das prestações de serviços (262,7 k€). Importa referir que o aumento dos gastos, em cerca de 79,5 k€, é justificado, fundamentalmente, pelo aumento verificado na rubrica dos fornecimentos e serviços externos.

Relativamente aos indicadores apresentados, destaca-se a melhoria verificada no rácio liquidez geral, onde se situa acima dos 100%, decorrente da melhoria verificada nos fundos patrimoniais. Por sua vez, realça-se que, apesar do rácio de autonomia financeira ter registado um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, a atividade do 2CA-Braga é essencialmente financiada com recurso a fundos próprios, em 29,06%.

1.2.11. Centro de Computação Gráfica

O Centro de Computação Gráfica (CCG) é uma entidade privada sem fins lucrativos, fundada em 1993, que atua como um Centro de Interface Tecnológico, responsável por desenvolver e fomentar processos de investigação e inovação, produzindo valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

Durante o ano de 2020, centraram-se esforços na angariação e no desenvolvimento de projetos de I&D. Ao nível do desenvolvimento de projetos, o CCG esteve fundamentalmente focado no seguinte:

- Desenvolvimento dos Projetos Mobilizadores ligados a diversos clusters setoriais portugueses, de que são exemplo o Texboost (cluster têxtil), o Produtech SIF (cluster produtech), o CHIC (mobilizador das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica) e o FAMEST (cluster do calçado);
- Arranque dos trabalhos dos projetos europeus, nomeadamente nos projetos 5G-Mobix e MIRRI2020, ambos com temáticas emergentes e com um papel predominante do CCG nas tarefas de I&D; e

Em 2020, o CCG aumentou significativamente a sua presença em candidaturas e consórcios europeus e intensificou a sua presença e o seu papel no grupo GraphicsVision.ai, tendo, inclusivamente, organizado um dos seus encontros anuais. O ano de 2020 foi também um ano de aprofundamento do trabalho no projeto 5G-Mobix, com a angariação de novas responsabilidades, quer a nível do projeto, quer na interface com a Comissão Europeia. Nas relações intercontinentais, o CCG participou no congreso anual do CGNII, o parceiro chinês da rede GraphicsVision.ai, e numa
visita a centros de investigação e universidades chinesas. Desta visita resultou a contractualização de um projeto em prestação de serviços à Universidade de Wuyi, assim como a intenção de estabelecer protocolos de colaboração mais duradouros entre o CCG e Universidades e/ou Centros de Investigação da Chinese Great Bay Area (Guangdong, HongKong, Macau).

Na tabela seguinte são evidenciados os principais indicadores económico-financeiros, e respetiva variação, respeitantes ao CCG.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Principais Indicadores</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total dos Fundos Próprios</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Indicadores</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade dos Fundos Próprios</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Como se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2020 o ativo do CCG registou uma variação positiva de cerca de 1,7 M€ face a 31 de dezembro de 2019. Esta variação justifica-se essencialmente pelo aumento da rubrica de outros créditos a receber, no montante de 1,1 M€. A variação positiva verifica-se nos fundos patrimoniais, em cerca de 2,3 M€, deve-se ao aumento da rubrica de ajustamentos/outras variações no fundo patrimonial proveniente do reconhecimento, no período de 2020, de subsídios ao investimento.

Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se o aumento verificado nos rendimentos, no montante de 233,4 k€, por via do aumento das vendas e serviços prestados (211,6 k€) e de outros rendimentos (236,6 k€), bem como da diminuição dos trabalhos para a própria entidade (213,5 k€) e dos subsídios, doações e legados à exploração (1,3 k€). Por sua vez, o aumento dos gastos em 164,2 k€ está, essencialmente, relacionado com as depreciações e amortizações registadas no período. Estas variações traduziram-se num resultado líquido do período positivo, em cerca de 138,8 k€.

Em resultado do anteriormente exposto, como se verificou uma melhoria tanto da posição como do desempenho financeiro do CCG, todos os indicadores apresentam uma franca recuperação, o que representa uma melhor performance da entidade, comparativamente ao período homólogo.

1.2.12. Instituto de Design de Guimarães

A Associação Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI) foi constituída em 2012, para promover e apoiar a promoção de ações na área do design. A associação teve como génese a parceria existente entre o Município de Guimarães e a UMinho, no âmbito do projeto CAMPURBIS - Parceria para a Regeneração Urbana da Zona de Couros (2008 – 2012), alargada a um conjunto de sócios fundadores, onde se incluem as principais empresas industriais do concelho de Guimarães, com interesse no design.

Finalizado o plano de instalação da associação, na antiga Fábrica de Curtumes da Ramada, o IDEGUI conta atualmente com áreas de formação, geridas pela UMinho, mas abertas a outras instituições de formação. Dispõe ainda de espaços propícios à realização de seminários profissionais e áreas expositivas e de divulgação.

A criação do IDEGUI na cidade de Guimarães permitiu, entretanto, dispor de um vasto conjunto de laboratórios e oficinas onde alunos, designers e investigadores, podem desenvolver a sua atividade num ambiente criativo, tirando partido dos mais diversos e modernos meios tecnológicos. O Mestrado em Design de Produto e Serviços e a Licenciatura em Design de Produto da UMinho são desenvolvidos nas instalações do IDEGUI.

O IDEGUI colaborou no projeto FURNISH – Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat, iniciativa do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT). O projeto responde a um dos principais desafios identificados na cidade de Guimarães: manter a expressão cultural das festas Nicolinas no espaço público de modo seguro e encontrar-se em exposição no Instituto de Design de Guimarães, até ao dia 18 de dezembro.

### Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Principais Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Posição Financeira</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
<td>57 138,60</td>
<td>62 047,50</td>
<td>-4 908,90</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
<td>45 872,53</td>
<td>94 841,81</td>
<td>-48 969,28</td>
</tr>
<tr>
<td>Total dos Fundos Patrimoniais</td>
<td>11 266,07</td>
<td>-32 794,31</td>
<td>44 060,38</td>
</tr>
<tr>
<td>Desempenho Financeiro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>177 952,08</td>
<td>189 590,37</td>
<td>-11 638,29</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)</td>
<td>133 891,70</td>
<td>255 228,52</td>
<td>-121 336,82</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>44 060,38</td>
<td>-65 638,15</td>
<td>109 698,53</td>
</tr>
<tr>
<td>Indicadores</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
<td>19,72%</td>
<td>-52,85%</td>
<td>72,57%</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
<td>24,56%</td>
<td>-34,58%</td>
<td>59,14%</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
<td>71,20%</td>
<td>44,67%</td>
<td>26,53%</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais</td>
<td>391,09%</td>
<td>200,15%</td>
<td>190,94%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da Tabela 13, verifica-se que quanto à posição financeira denota-se uma variação negativa na maioria das rubricas do passivo no montante de 49 k€. No que diz respeito ao desempenho financeiro realça-se a melhoria do resultado líquido em 2020, no montante de 109,7 k€, devido, principalmente, a redução de gastos com o pessoal, em 104,6 k€.

No que diz respeito aos rácios, estes apresentam uma melhoria, comparativamente ao período de 2019, justificada, maioritariamente, pela melhoria dos fundos patrimoniais. Contudo, tanto a autonomia financeira, como a solvabilidade, ainda continuam com indicadores consideravelmente reduzidos.

#### 1.2.13. Associação Centro Ciência Viva de Guimarães

A associação Centro Ciência Viva de Guimarães (CCVG) é uma entidade privada sem fins lucrativos, com vista ao desenvolvimento e promoção de processos de investigação e inovação, de forma a produzir valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

Em 2020 o CCVG teve a necessidade de adaptar a sua atividade ao contexto atual, e adotou práticas alternativas, tais como: ações nas plataformas digitais, arranque do projeto de visita virtual e a criação do Espaço Criativo, destinado a famílias, em complemento da Exposição Permanente, entre várias outras ações pontuais.

### Tabela 14 - Indicadores CCVG, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Principais Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Posição Financeira</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativo</td>
<td>85 803,13</td>
<td>123 936,61</td>
<td>-38 133,48</td>
</tr>
<tr>
<td>Passivo</td>
<td>31 961,91</td>
<td>41 674,27</td>
<td>-9 712,36</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundo patrimonial</td>
<td>53 841,22</td>
<td>82 262,34</td>
<td>-28 421,12</td>
</tr>
<tr>
<td>Desempenho Financeiro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos</td>
<td>141 232,55</td>
<td>74 283,59</td>
<td>66 948,96</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos (inclui Imposto s/ Rendimento)</td>
<td>169 653,67</td>
<td>62 021,25</td>
<td>107 632,42</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>-28 421,12</td>
<td>12 262,34</td>
<td>-40 683,46</td>
</tr>
<tr>
<td>Rácios</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
<td>168,45%</td>
<td>197,39%</td>
<td>-28,94 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
<td>264,64%</td>
<td>297,21%</td>
<td>-32,57 p.p.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da tabela anterior constata-se uma diminuição da posição financeira, através da diminuição do ativo em 38,1 k€, decorrente, essencialmente, da diminuição da rubrica de outros ativos correntes, e do fundo patrimonial em 28,4 k€, devido ao resultado líquido do período.

Quanto ao desempenho financeiro, verifica-se uma diminuição do resultado líquido do período em 40,7 k€, fruto do aumento significativo dos gastos com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos.

De referir que, apesar de existir uma evolução negativa tanto da posição como do desempenho financeiro, os indicadores ainda proporcionam indicadores bastante positivos, com a exceção da rentabilidade do património líquido.

#### 1.2.14. Casa de Sarmento

A Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património (CS) é uma Unidade Diferenciada (UD) da UMinho, instituída através de um protocolo de cooperação entre o Município de Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento (SMS) e a...
UMinho. A sua principal missão consiste em estabelecer uma ligação mais profunda entre a Universidade e a comunidade vimaranense, assim como, apoiar o desenvolvimento da missão científica e cultural da SMS.

Na atividade desenvolvida por esta entidade, assume particular importância o tratamento, a catalogação e a divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS, assim como, a colaboração em projetos de investigação que valorizem o seu acervo.

De forma sucinta, descrevem-se em seguida as principais atividades da CS em 2020:

- Gestão de conteúdos na página da Internet da CS, nomeadamente a digitalização de publicações/documentos solicitados pelos investigadores;
- Digitalização de arquivos, tratamento de imagens e publicação na web, tais como, a conclusão da digitalização da Hemeroteca da Sociedade Martins Sarmento, a digitalização da coleção de manuscritos de João Lopes de Faria, e a transcrição das efemérides de João Lopes de Faria;
- Higienização, inventário e descrição de arquivos;
- Organização e participação em eventos científicos, como a apresentação do Repositório Genealógico no Arquivo Regional da Horta e no Ecomuseu do Corvo, entre outros;
- Realização de 7 publicações, práticas e em colaboração com outras entidades;
- Colaboração em vários projetos de investigação e divulgação;
- Desenvolvimento do Repositório Genealógico Nacional;
- Desenvolvimento de software relativamente aos seguintes pontos:
  - Gestão de conteúdos OMEKA-S, por forma a facilitar a visualização da informação;
  - Para a publicação de conteúdos para os bombeiros voluntários de Vizela;
  - Novas funcionalidades para o projeto Repositório Genealógico.

A Tabela 15 apresenta, de forma resumida, a evolução da posição e do desempenho financeiro da CS entre os anos de 2019 e 2020.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 15 - Indicadores CS, em euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Principais Indicadores</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Capital Próprio</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Indicadores</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade do Capital Próprio</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise à Tabela 15 denota-se uma variação negativa no total do passivo, dado que todas as suas rubricas sofreram uma redução. Relativamente ao desempenho, salienta-se que o resultado líquido do período teve uma variação negativa em 9 k€, decorrente de um aumento acentuado, verificado na rubrica de gastos com pessoal (17,3 k€).

Relativamente aos indicadores, à exceção da rentabilidade do capital próprio, todos apresentam variações positivas, particularmente os rácios de solvabilidade e de liquidez geral, decorrente da contracção registada no passivo.

**1.2.15. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros**

O Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) é uma associação de direito privado, de matriz marcadamente tecnológica e científica, com um modelo de gestão empresarial. O PIEP foi criado em 2001, por iniciativa da indústria e em colaboração com o Departamento de Engenharia de Polímeros da Universidade do Minho, com o objetivo de dar resposta às necessidades de I&DT das empresas do setor, desenvolvendo novos materiais e apoia a criação de produtos inovadores, tecnologias de processamento e ferramentas produtivas. O PIEP pretende também contribuir na vertente da formação, apoiando o desenvolvimento de recursos humanos, com capacidade e experiência em inovação industrial na área da engenharia de polímeros. Atendendo à multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP está envolvido, a sua interação com a UMinho tem sido extensivo a outros departamentos da Universidade, como os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Eletrónica Industrial.
Para além desta privilegiada relação com a UMinho, o PIEP tem criado parcerias com diversas redes nacionais e internacionais, pólos de competitividade e instituições que lhe permitem poder contribuir, em articulação com os diferentes atores, para a definição de estratégias para a inovação e potenciação de negócio, em diversas áreas.

O PIEP encerrou o ano de 2020 com mais 2 empresas associadas ao segmento industrial, sendo este segmento o mais significativo, com 44 empresas associadas registadas. Já o segmento das associações setoriais e o segmento público são compostos por 4 entidades cada.

O conjunto de iniciativas desenvolvidas durante 2020 traduziu-se num volume de negócios de, aproximadamente, 2 M€, valor que traduz uma variação positiva de 2,64%, face a 2019.

O conjunto alargado de iniciativas e oportunidades concretizadas durante o período anterior, consolidado com as novas candidaturas apresentadas e aprovadas nos exercícios seguintes, permitiram o arranque de diversos projetos em co-promoção, entretanto aprovados, o que justifica o aumento de 67% na componente de subsídios à exploração.

A Tabela 16 apresenta a variação dos principais indicadores referentes à evolução da atividade do PIEP, registada em 2020, face a 2019.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Principais Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Posição Financeira</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
<td>6 555 112,00</td>
<td>5 926 406,00</td>
<td>628 706,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
<td>4 337 684,00</td>
<td>4 276 185,00</td>
<td>61 499,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total dos Fundos Patrimoniais</td>
<td>2 217 428,00</td>
<td>1 650 221,00</td>
<td>567 207,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Desempenho Financeiro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>2 227 550,00</td>
<td>2 061 042,00</td>
<td>166 508,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>143 309,00</td>
<td>21 331,00</td>
<td>121 977,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Rácios</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
<td>33,83%</td>
<td>27,85%</td>
<td>5,98 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
<td>51,12%</td>
<td>38,59%</td>
<td>12,53 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
<td>98,76%</td>
<td>80,82%</td>
<td>17,94 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais</td>
<td>6,46%</td>
<td>1,29%</td>
<td>5,17 p.p.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Conforme evidencia a Tabela 16, ao nível da posição financeira, é de destacar o aumento do ativo em cerca de 628,7 k€ e dos fundos patrimoniais na ordem dos 567 k€, justificados, essencialmente, pelo aumento dos subsídios ao investimento.

Relativamente ao desempenho financeiro, verificou-se um aumento do resultado líquido do período em 44,5 k€, devido, maioritariamente, ao aumento das prestações de serviços e à redução dos fornecimentos e serviços externos.

Relativamente aos indicadores, todos registaram variações positivas, sendo de realçar os rácios de liquidez geral e o de solvabilidade, em que ambos sofreram uma melhoria significativa, como resultado do aumento dos fundos patrimoniais.

1.2.16. Centro de Estudos Jurídicos do Minho

O Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR) é uma pessoa coletiva de utilidade pública, fundada a 26 de novembro de 1993, que tem como associados a UMinho, a Associação Industrial do Minho, o Município de Braga, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a Associação de Municípios do Vale do Ave e a Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho. A sua principal missão consiste no desenvolvimento de estudos jurídicos, promovendo para o efeito as iniciativas que entende mais convenientes, como por exemplo, a constituição de grupos de estudo e a realização de conferências e seminários.

No ano de 2020, o CEJUR conseguiu manter o seu nível de atividade, centrada, fundamentalmente, na publicação de revistas e na oferta formativa, bem como, na atualização da sua página web. Sendo assegurada a publicação das seguintes revistas:

- Cadernos de Justiça Administrativa;
- Cadernos de Direito Privado;
- Cadernos de Justiça Tributária.

Em 2020, foram ainda realizadas várias ações de formação à distância, tais como:

- A sessão de esclarecimento Covid-19 | Layoff Simplificado;
- Os seminários:
  - (In)Justiça em tempos de pandemia: a manifesta inadaptação;
O estado da administração da justiça em Portugal em tempos de Covid 19 - diálogo sobre o durante e o depois; e
O PEVE: o que é e o que podia ter sido.

Os cursos intensivos de Preparação para o acesso ao CEJ – Tribunais Judiciais, e o curso de Justiça Administrativa e Tributária (para a preparação do acesso aos Tribunais Administrativos e Fiscais).

Toda a atividade do CEJUR foi divulgada através do seu site e da newsletter, que conta com mais de 2.600 subscritores (mais 1.000 do que em 2019).


Tabela 17 - Indicadores CEJUR, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição Financeira</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
<td>144 398,05</td>
<td>96 166,57</td>
<td>48 231,48</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
<td>20 427,10</td>
<td>22 013,93</td>
<td>-1 586,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Total dos Fundos Patrimoniais</td>
<td>123 970,95</td>
<td>74 152,64</td>
<td>49 818,31</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Desempenho Financeiro</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>117 477,57</td>
<td>64 877,59</td>
<td>52 599,98</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)</td>
<td>67 659,26</td>
<td>85 531,77</td>
<td>-17 872,51</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>49 818,31</td>
<td>-20 654,18</td>
<td>70 472,49</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
<td>85,85%</td>
<td>77,11%</td>
<td>8,75 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
<td>606,89%</td>
<td>336,84%</td>
<td>270,05 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquidez Geral</td>
<td>706,89%</td>
<td>436,84%</td>
<td>270,05 p.p.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da tabela anterior, verifica-se uma variação positiva da posição financeira do CEJUR, como resultado do:
- aumento do ativo em 48,2 k€, devido, essencialmente, à variação positiva da rubrica de caixa e depósitos bancários; e
- aumento dos fundos patrimoniais em 49,8 k€, decorrente do resultado líquido do período.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, registá-se uma variação positiva em 52,6 k€, resultado do aumento reconhecido nas prestações de serviços da entidade.

Consequentemente, os diferentes indicadores traduzem uma melhoria tanto do desempenho como da posição financeira da entidade.

1.2.17. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes

O Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI) é um Instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, e resulta de uma intensa parceria de 3 Universidades, 2 Centros Tecnológicos e 1 Instituto de Novas Tecnologias: a UMinho, a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, o CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, o CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro e o CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel.

O ano de 2020 ficou marcado pelos desafios colocados pela pandemia. No entanto, e em comparação com o período homólogo, verificou-se um crescimento sustentado das equipas, em articulação com a expansão de atividades do CeNTI. Foi ano de arranque de um conjunto de projetos I&DT de dimensão marcadamente estruturante para a economia portuguesa e ao mesmo tempo para o CeNTI, destacando-se:
- O desenvolvimento de projetos de investigação e inovação tecnológica com empresas, com o objetivo de criar soluções no combate à pandemia COVID-19;
- A intensificação da exploração de novas tecnologias nas áreas da sustentabilidade e dos novos processos de reciclagem e recuperação de materiais, em particular, através da transformação de resíduos em matérias-primas (com enfoque particular para materiais derivados da celulose), para o desenvolvimento de novas tecnologias de automação e sustentabilidade de componentes para o interior automóvel, ou, ainda, o desenvolvimento de novas nanoestruturas, com aplicações na área da eletrónica e microeletrónica; e
- A participação do CeNTI em grandes programas para a definição de linhas de desenvolvimento económico sustentável, em áreas ligadas aos setores industriais e de atividade económica.
Na tabela infra apresenta-se a variação dos principais indicadores económicos e financeiros, à data de 31 de dezembro 2020 (comparativamente ao ano de 2019).

Tabela 18 - Indicadores CeNTI, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Principais Indicadores</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
<th>Variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Posição Financeira</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Ativo</td>
<td>21 619 270,15</td>
<td>11 001 575,42</td>
<td>10 617 694,73</td>
</tr>
<tr>
<td>Total do Passivo</td>
<td>15 646 674,47</td>
<td>5 760 197,80</td>
<td>9 886 476,67</td>
</tr>
<tr>
<td>Total dos Fundos Patrimoniais</td>
<td>5 972 595,68</td>
<td>5 241 377,62</td>
<td>731 218,06</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Desempenho Financeiro</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Rendimentos</td>
<td>3 851 700,77</td>
<td>3 578 251,90</td>
<td>273 448,87</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Gastos (incl Imposto s/ o rendimento)</td>
<td>3 640 853,12</td>
<td>3 305 519,39</td>
<td>335 333,73</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>210 847,65</td>
<td>272 732,51</td>
<td>-61 884,86</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Indicadores</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Autonomia Financeira</td>
<td>27,63%</td>
<td>47,64%</td>
<td>-20,02 p.p.</td>
</tr>
<tr>
<td>Solvabilidade</td>
<td>38,1%</td>
<td>90,99%</td>
<td>-52,82 p.p.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da Tabela 18, relativamente à posição financeira, é de destacar a variação positiva registada tanto no ativo (10,6 M€) como no passivo (9,9 M€), resultante, essencialmente, de montantes recebidos, no âmbito de projetos de I&D, os quais terão de ser reembolsados no período de 2021.

Relativamente ao desempenho financeiro é de sublinhar a diminuição do resultado líquido do período, em cerca de 61,9 k€, justificado pelo aumento dos gastos (335,3 k€), majoritariamente através da rubrica de gastos com pessoal (291,2 k€), os quais não foram compensados pelos rendimentos (273,4 k€).

Ao nível dos indicadores verificam-se variações negativas, sendo de destacar a diminuição ao nível da solvabilidade, da liquidez geral e da autonomia financeira, as quais se justificam pelo reconhecimento, em 2020, de montantes associados a projetos de I&D, a transferir em 2021.
III – RELATO FINANCEIRO
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÔMICO

2.1. Enquadramento macroeconómico internacional

É inegável que a atividade económica mundial de 2020 foi profundamente afetada pela pandemia Covid-19 e, passado mais de um ano, após a deteção dos primeiros casos de Covid-19, ainda existe bastante incerteza relativamente à retoma económica.

As últimas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicadas no World Economic Outlook: Managing Divergent Recoveries – de abril de 2021, apontam para uma contração da economia global, em 2020, de 3,3% e uma recuperação, para 2021, com um crescimento estimado de 6%. No que concerne à área do euro, espera-se uma deterioração da atividade económica mais acentuada, com o Produto Interno Bruto (PIB) a contrair 6,6% e uma taxa de desemprego que deverá situar-se nos 7,9%. Na área euro espera-se também uma retoma da atividade económica para o ano de 2021, a níveis mais moderados do que os mundiais, com o PIB a crescer 4,4%.

A possibilidade de inoculação das populações veio aumentar a esperança, uma vez que permite o levantamento das medidas de contenção. Contudo, a incerteza associada à sua eficácia nas novas variantes do vírus poderá agravar severamente o cenário de recuperação económica.

Para além daquela incerteza, antevê-se que a dinâmica de recuperação da atividade económica não seja homogênea devido às diferentes taxas de inoculação. Esta divergência de acesso a vacinas e de recuperação económica poderá levar a um agravamento das desigualdades económicas entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

2.2. Enquadramento macroeconómico nacional

Ao longo do ano de 2020, à semelhança do que aconteceu em todo o mundo, as previsões para a economia portuguesa revelaram-se particularmente complexas devido à elevada incerteza subjacente aos exercícios previsionais.

O Banco de Portugal (BdP), no seu Boletim Económico de março de 2020, logo após o início da pandemia, apontava para uma descida do PIB, no cenário favorável, de 3,7% e de 5,7%, no cenário adverso. As oscilações das previsões foram tão expressivas durante o ano de 2020 que apenas três meses depois, no Boletim Económico de junho, a projeção para a atividade económica foi revista em baixa, antecipando-se uma redução de 9,5% do PIB.

Em março de 2021, o Banco de Portugal fixou a taxa de variação do PIB de 2020 em -7,6%. A reação da economia portuguesa à pandemia foi também acompanhada por descidas no consumo privado (-5,9%), na formação bruta de capital fixo (-2,2%), nas exportações (-18,6%) e pelo aumento da taxa de desemprego que atingiu em 2020 os 6,8%.

A evolução da economia nacional e internacional permanece rodeada de incerteza e de riscos elevados, o que afeta significativamente as projeções de curto e longo prazo. Assim, o Boletim Económico do BdP de março de 2021, apresenta dois cenários para a economia portuguesa, que assentam em hipóteses favoráveis ou adversas, de acordo com os progressos no controlo da pandemia.

Em ambos os cenários, a projeção para 2021 conta com um crescimento significativo do PIB português – no cenário favorável uma variação positiva de 7,1% e no adverso de 4%.

De realçar que, ao contrário de anos anteriores, existe incerteza no curto e no médio prazos, sendo que no primeiro, a incerteza deriva da evolução da pandemia e do processo de vacinação e, no segundo, tal incerteza está relacionada com a reação endógena dos agentes económicos, em particular com as alterações no comportamento das famílias e a resiliência das empresas.
3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA

3.1. Análise orçamental consolidada

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível da ótica financeira, nomeadamente quanto às liquidações e obrigações, e da ótica monetária, pagamentos e recebimentos, refletidas nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas e em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, procedeu-se à consolidação orçamental através do método da simples agregação, tendo-se incluído no perímetro de consolidação os SASUM.

3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados

A tabela infra apresenta informação relativa à desagregação dos recebimentos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Receita Corrente</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
<th>Variação 2020-2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>(%)</td>
<td>(%)</td>
<td>(%)</td>
<td>(%)</td>
</tr>
<tr>
<td>Receita Corrente</td>
<td>138 388 381,50</td>
<td>126 205 220,47</td>
<td>12 183 161,03, 9,65</td>
</tr>
<tr>
<td>R1 Receita Fiscal</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R11 Impostos diretos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R12 Impostos indiretos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R2 Contrib. SS, CGA e ADSE</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R3 Taxas, multas e out. penal.</td>
<td>22 037 144,28</td>
<td>24 765 797,20</td>
<td>10 398 652,92, 11,02</td>
</tr>
<tr>
<td>R4 Rend. de propriedade</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R5 Transferências Correntes</td>
<td>110 133 951,58</td>
<td>72,76</td>
<td>90 602 756,53, 63,02</td>
</tr>
<tr>
<td>R51 Administrações Públicas</td>
<td>69 865 535,06</td>
<td>46,16</td>
<td>71 634 609,42, 14,56</td>
</tr>
<tr>
<td>R511 Adm. Central - Estado</td>
<td>66 817 249,00</td>
<td>44,14</td>
<td>63 305 310,00, 18,02</td>
</tr>
<tr>
<td>R512 Adm. Central – Out. ent.</td>
<td>3 041 959,14</td>
<td>2,01</td>
<td>8 329 297,42, 7,97</td>
</tr>
<tr>
<td>R513 Segurança Social</td>
<td>63 25,92</td>
<td>0,00</td>
<td>63 25,92, 0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R514 Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R515 Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R52 Exterior - U.E</td>
<td>36 823 585,68</td>
<td>24,33</td>
<td>16 125 159,80, 16,22</td>
</tr>
<tr>
<td>R53 Outras</td>
<td>3 444 830,84</td>
<td>2,28</td>
<td>2 620 337,32, 7,54</td>
</tr>
<tr>
<td>R6 Vendas de bens e serviços</td>
<td>6 214 218,93</td>
<td>4,11</td>
<td>10 883 345,26, 7,54</td>
</tr>
<tr>
<td>R7 Outras receitas correntes</td>
<td>3 066,71</td>
<td>0,00</td>
<td>3043,6, 0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Receita de capital</td>
<td>12 926 749,23</td>
<td>8,54</td>
<td>16 764 312,69, 11,66</td>
</tr>
<tr>
<td>R8 Vendas de bens de invest.</td>
<td>58,45</td>
<td>0,00</td>
<td>2,960,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R9 Transferências de capital</td>
<td>12 921 085,40</td>
<td>8,54</td>
<td>16 755 403,92, 11,65</td>
</tr>
<tr>
<td>R91 Administrações Públicas</td>
<td>12 893 732,25</td>
<td>8,52</td>
<td>15 577 674,25, 10,84</td>
</tr>
<tr>
<td>R911 Adm. Central - Estado</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R912 Adm. Central – Out. ent.</td>
<td>12 893 732,25</td>
<td>8,52</td>
<td>15 577 674,25, 10,84</td>
</tr>
<tr>
<td>R913 Segurança Social</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R914 Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R915 Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R92 Exterior - U.E</td>
<td>12 915 540,40</td>
<td>8,54</td>
<td>16 755 403,92, 11,65</td>
</tr>
<tr>
<td>R93 Outras</td>
<td>23 088,61</td>
<td>0,02</td>
<td>1 159 425,28, 0,81</td>
</tr>
<tr>
<td>R10 Outras receitas de capital</td>
<td>5 605,38</td>
<td>0,00</td>
<td>5948,77, 0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R11 RNAP</td>
<td>47 927,41</td>
<td>0,03</td>
<td>793 876,86, 0,55</td>
</tr>
<tr>
<td>R12 Rec. c/ ativos financ.</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R13 Rec. c/ passivos financ.</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total Recebimentos</td>
<td>151 363 058,14</td>
<td>143 764 310,02</td>
<td>7 599 648,12, 5,29</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Conforme se pode observar pela análise da tabela anterior, a variação apurada dos montantes recebidos entre 2020 e o período homólogo foi de 5,29%.

No que diz respeito aos recebimentos correntes, estes representam 91,43% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, sendo de realçar o aumento das verbas provenientes de instituições da União Europeia, em cerca de 20,7 M€ e a diminuição das verbas transferidas por Serviços e Fundos Autónomos em cerca de 5,3 M€, os quais estão associados à atividade de I&D do Grupo Público UMinho.

Importa ainda destacar que as taxas, multas e outras penalidades sofreram uma redução de seu peso face às receitas totais do Grupo, em aproximadamente 11,02%. Este decréscimo é explicado essencialmente pela redução da arrecadação de receita relativa às propinas dos anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021, face ao praticado em anos letivos transatos, decorrente do estabelecido na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e na Lei n.º 2/2020, de 31 de março. Contudo, denota-se que a dotação do OE, no montante de 66,8 M€, representa 44,14% do total da receita arrecadada, e obteve um ligeiro aumento de 5,55% face a 2019.

No que diz respeito aos recebimentos de capital, estes representam apenas 8,54% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, verificando-se uma variação negativa de 22,89%, quando comparado com 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição verifica-se em todas as rubricas e justifica-se essencialmente pela redução de verbas classificadas como capital associadas à atividade de I&D do Grupo Público.

A tabela 20 apresenta informação relativa à desagregação dos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

### Tabela 20 - Desagregação dos pagamentos consolidados

<table>
<thead>
<tr>
<th>PAGAMENTOS</th>
<th>31/12/2020 (€)</th>
<th>Peso (%)</th>
<th>31/12/2019 (€)</th>
<th>Peso (%)</th>
<th>Variação 2020-2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Despesas Corrente</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D1 Despesas com o pessoal</td>
<td>144 048 336,89</td>
<td>94,68</td>
<td>138 599 426,11</td>
<td>96,10</td>
<td>5 448 910,78</td>
</tr>
<tr>
<td>D11 Rem. Certas e Permanentes</td>
<td>99 419 733,02</td>
<td>65,35</td>
<td>93 555 923,88</td>
<td>64,87</td>
<td>5 863 809,14</td>
</tr>
<tr>
<td>D12 Abonos Variáveis ou Eventuais</td>
<td>1 289 608,74</td>
<td>0,85</td>
<td>1 745 700,73</td>
<td>1,21</td>
<td>-456 091,99</td>
</tr>
<tr>
<td>D13 Segurança Social</td>
<td>18 740 561,92</td>
<td>12,32</td>
<td>17 500 417,70</td>
<td>12,13</td>
<td>1 240 144,22</td>
</tr>
<tr>
<td>D2 Aquisição de bens e serviços</td>
<td>23 995 232,49</td>
<td>15,77</td>
<td>29 392 304,87</td>
<td>20,38</td>
<td>-5 397 072,38</td>
</tr>
<tr>
<td>D3 Juros e outros encargos</td>
<td>159 501,21</td>
<td>0,10</td>
<td>348,80</td>
<td>0,00</td>
<td>159 152,41</td>
</tr>
<tr>
<td>D4 Transferências correntes</td>
<td>19 210 803,82</td>
<td>12,63</td>
<td>15 338 348,00</td>
<td>10,63</td>
<td>3 872 455,83</td>
</tr>
<tr>
<td>D41 Administrações Públicas</td>
<td>2 292 937,03</td>
<td>1,51</td>
<td>1 143 634,25</td>
<td>0,79</td>
<td>1 149 302,78</td>
</tr>
<tr>
<td>D411 Admin. Central ← Estado</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D412 Admin. Central – Out. ent.</td>
<td>2 292 937,03</td>
<td>1,51</td>
<td>1 143 634,25</td>
<td>0,79</td>
<td>1 149 302,78</td>
</tr>
<tr>
<td>D413 Segurança Social</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D414 Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D415 Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D42 Inst. sem Fins Lucrativos</td>
<td>2 121 039,32</td>
<td>1,39</td>
<td>1 118 133,11</td>
<td>0,78</td>
<td>1 002 906,22</td>
</tr>
<tr>
<td>D43 Famílias</td>
<td>9 647 118,62</td>
<td>6,34</td>
<td>10 661 490,72</td>
<td>7,39</td>
<td>-1 014 372,10</td>
</tr>
<tr>
<td>D44 Outras</td>
<td>5 149 708,85</td>
<td>3,38</td>
<td>2 415 089,92</td>
<td>1,67</td>
<td>2 734 618,93</td>
</tr>
<tr>
<td>D5 Subsídios</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D6 Outras despesas correntes</td>
<td>1 263 066,35</td>
<td>0,83</td>
<td>312 500,56</td>
<td>0,22</td>
<td>950 565,80</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Despesas de capital</strong></td>
<td>8 034 238,75</td>
<td>5,28</td>
<td>5 533 937,51</td>
<td>3,84</td>
<td>2 500 301,25</td>
</tr>
<tr>
<td>D7 Desp. com ativos financ.</td>
<td>8 034 238,75</td>
<td>5,28</td>
<td>5 533 937,51</td>
<td>3,84</td>
<td>2 500 301,25</td>
</tr>
<tr>
<td>D8 Transferências de capital</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D81 Administrações Públicas</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D811 Admin. Central → Estado</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D812 Admin. Central – Out. ent.</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D813 Segurança Social</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D814 Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D815 Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D82 Outras</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D9 Outras desp. de capital</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D10 Desp. com ativos financ.</td>
<td>62 000,00</td>
<td>0,04</td>
<td>95 500,00</td>
<td>0,07</td>
<td>-33 500,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D11 Desp. c/ passivos financ.</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Total Despesa** 152 144 575,64 100,00 144 228 863,62 100,00 7 915 712,02 5,49
No que concerne aos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, e em comparação com o ano de 2019, verificou-se uma variação positiva, de aproximadamente 5,49%, atingindo em 2020 um total de pagamentos no montante de 152,1 M€.

Tal como verificado no ano anterior, em 2020, os pagamentos relacionados com as despesas correntes representam quase a totalidade (94,68%) dos pagamentos do Grupo Público. Destes, destacam-se as despesas com pessoal que aumentaram 5,9 M€, fruto da integração de recursos humanos, essencialmente afetos à actividade de investigação, e PTAG. Por outro lado, realçam-se os pagamentos efetuados com a aquisição de bens e serviços correntes, os quais sofreram uma variação negativa de 5,4 M€, situação que se encontra relacionada com a interrupção de parte das atividades da UMinho durante o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19.

Relativamente às despesas de capital, apesar de representarem uma pequena parte (5,28%) dos pagamentos totais do Grupo Público UMinho, estas sofreram um aumento de 2,5 M€, devido principalmente à aquisição de ativos para a actividade de investigação do Grupo Público.

### 3.1.2. Direitos e obrigações consolidados

A Tabela 21 apresenta os direitos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total dos direitos, bem como à variação entre períodos.

<table>
<thead>
<tr>
<th>DIREITOS</th>
<th>31/12/2020 (€)</th>
<th>31/12/2019 (€)</th>
<th>Variação 2020-2019 (€)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Direitos Correntes</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>R1 Receita Fiscal</td>
<td>137 930 133,49</td>
<td>123 685 177,28</td>
<td>14 244 956,21</td>
</tr>
<tr>
<td>R11 Impostos diretos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R12 Impostos indiretos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R2 Contrib. SS, CGA e ADSE</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R3 Taxas, multas e out. penal.</td>
<td>20 726 117,40</td>
<td>22 077 136,10</td>
<td>-1 351 018,70</td>
</tr>
<tr>
<td>R4 Rend. de propriedade</td>
<td>0,00</td>
<td>277,88</td>
<td>-277,88 -100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R5 Transferências Correntes</td>
<td>110 108 901,13</td>
<td>90 589 314,07</td>
<td>19 519 587,06</td>
</tr>
<tr>
<td>R6 Vendas de bens e serviços</td>
<td>7 092 048,25</td>
<td>11 015 405,63</td>
<td>-3 923 357,38</td>
</tr>
<tr>
<td>R7 Outras receitas correntes</td>
<td>3 065,71</td>
<td>3 043,60</td>
<td>23,11 0,76</td>
</tr>
<tr>
<td>Direitos de capital</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>R8 Vendas de bens de invest.</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R9 Transferências de capital</td>
<td>12 921 085,40</td>
<td>16 112 425,92</td>
<td>-3 191 340,52</td>
</tr>
<tr>
<td>R10 Administrações Públicas</td>
<td>12 893 732,25</td>
<td>15 577 674,25</td>
<td>-2 683 942,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R11 Adm. Central - Estado</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R13 Administração Social</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R14 Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R15 Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R16 Exterior - U.E</td>
<td>36 836 096,05</td>
<td>16 227 726,87</td>
<td>20 608 369,18</td>
</tr>
<tr>
<td>R17 Outras</td>
<td>2 683 942,00</td>
<td>19 519 587,06</td>
<td>-3 191 340,52</td>
</tr>
<tr>
<td>R18 Vendas de bens e serviços</td>
<td>7 092 048,25</td>
<td>11 015 405,63</td>
<td>-3 923 357,38</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Direitos</td>
<td>150 905 634,71</td>
<td>140 607 754,64</td>
<td>10 297 880,07</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Tabela 21 - Desagregação dos direitos consolidados
Como se pode verificar da análise da Tabela 21, os direitos correntes representam aproximadamente 91,40% (87,96% em 31/12/2019) dos direitos totais do Grupo Público UMinho, onde se destaca a rubrica de transferências correntes, em particular aquela respeitante ao OE, cujo peso é de, aproximadamente, 44,28%.

Nos direitos correntes é de destacar a diminuição de, aproximadamente, 5,3 M€ na rubrica de outras entidades da administração central (verbas associadas aos Serviços e Fundos Autónomos, conforme análise dos recebimentos consolidados), assim como, a diminuição de cerca de 3,9 M€ relacionados com vendas e serviços prestados pelo Grupo Público UMinho.

Em coerência com o apresentado nos recebimentos consolidados, os direitos correntes consolidados de instituições da UE sofreram uma variação positiva em cerca de 20,6 M€. Contudo, as transferências de capital de instituições da UE diminuíram em 14 k€ e as transferências de capital dos Serviços e Fundos Autónomos em 2,7 M€. Estes decréscimos estão relacionados com direitos referentes à atividade de I&D do Grupo Público.

Com o objectivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total das obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, apresentam-se na Tabela 22 as obrigações consolidadas, discriminadas por rubrica orçamental.

Tabela 22 - Desagregação das obrigações consolidadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>OBRIGAÇÕES</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
<th>Variação 2020-2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>(€)</td>
<td>(€)</td>
<td>(%)</td>
</tr>
<tr>
<td>Obrigações Correntes</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D1 Despesas com o pessoal</td>
<td>102 613 341,76</td>
<td>96 806 147,47</td>
<td>6,34%</td>
</tr>
<tr>
<td>D11 Rem. Certas e Perman.</td>
<td>81 328 065,75</td>
<td>76 279 290,51</td>
<td>6,23%</td>
</tr>
<tr>
<td>D12 Abonos Var. ou Eventuais</td>
<td>1 293 232,97</td>
<td>1 752 343,53</td>
<td>0,15%</td>
</tr>
<tr>
<td>D13 Segurança Social</td>
<td>19 992 043,04</td>
<td>18 774 513,43</td>
<td>1,26%</td>
</tr>
<tr>
<td>D2 Aquisição de bens e serv.</td>
<td>26 004 648,74</td>
<td>32 719 228,09</td>
<td>-21,54%</td>
</tr>
<tr>
<td>D3 Juros e outros encargos</td>
<td>160 065,35</td>
<td>348,80</td>
<td>0,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>D4 Transferências correntes</td>
<td>19 223 893,65</td>
<td>15 750 549,73</td>
<td>10,37%</td>
</tr>
<tr>
<td>D41 Administrações Públicas</td>
<td>2 294 795,58</td>
<td>1 404 589,72</td>
<td>-0,92%</td>
</tr>
<tr>
<td>D411 Adm. Central – Estado</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>D412 Adm. Central – Out. ent.</td>
<td>2 294 795,58</td>
<td>1 404 589,72</td>
<td>-0,92%</td>
</tr>
<tr>
<td>D413 Segurança Social</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>D414 Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>D415 Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>D42 Inst. sem Fins Lucrativos</td>
<td>2 121 083,74</td>
<td>1 231 743,32</td>
<td>-0,81%</td>
</tr>
<tr>
<td>D43 Famílias</td>
<td>9 658 305,48</td>
<td>10 687 106,44</td>
<td>10,37%</td>
</tr>
<tr>
<td>D44 Outras</td>
<td>5 149 708,85</td>
<td>2 427 110,25</td>
<td>-50,23%</td>
</tr>
<tr>
<td>D5 Subsídios</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>D6 Outras despesas correntes</td>
<td>1 301 977,88</td>
<td>373 510,50</td>
<td>-71,31%</td>
</tr>
<tr>
<td>Obrigações de capital</td>
<td>9 681 028,79</td>
<td>6 122 279,97</td>
<td>-38,35%</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quanto às obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, e na linha do que foi referido nos pagamentos consolidados, estas também sofreram uma variação positiva (4,73%) em 2020, sendo as obrigações correntes as mais significativas, as quais representam cerca de 93,87% (95,90% em 31/12/2019) do total das obrigações do Grupo.

Tal como nos pagamentos consolidados, o aumento na rubrica de despesas com o pessoal é justificado com a integração de recursos humanos, essencialmente afetos à atividade de investigação, mas também devido aos PTAG.
Quanto à rubrica de aquisições de bens e serviços, esta registou uma variação negativa de cerca de 6,7 M€, dos quais 1,5 M€ verificou-se na rubrica deslocações e estadas, decorrente das medidas de restrição à circulação, no país e no mundo, devido à situação pandémica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, identificado pela primeira vez, em Portugal, no início de março de 2020. A rubrica de encargos com as instalações também apurou uma redução de aproximadamente 0,3 M€, em consequência do ensino à distância adotado, como medida de mitigação da pandemia.

O aumento verificado na rubrica de transferências correntes em cerca de 3,5 M€, face ao ano de 2019, é justificado pelo aumento das verbas transferidas para entidades parceiras, no âmbito da atividade de investigação desenvolvida pelo Grupo Público UMinho.

As obrigações de capital, tal como justificado nos pagamentos consolidados, sofreram uma variação positiva de 3,5 M€ essencialmente para fazer face a aquisições de ativos de capital duradouros, referentes à atividade de I&D do Grupo Público UMinho.

3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados

Em resumo, considera-se pertinente destacar como é evidenciado pela Tabela 23, os indicadores orçamentais consolidados do Grupo Público UMinho, no período de 2020:

- Os recebimentos consolidados totais registados em 2020, cifraram-se em cerca de 151,4 M€, sendo que em 2019 apenas se haviam registado, aproximadamente, 143,8 M€. Verifica-se assim uma variação positiva de receita arrecadada pelo Grupo Público, no montante de 7,6 M€;

- Os recebimentos correntes continuam a representar a maior fatia dos recebimentos totais do Grupo Público, tendo-se verificado um aumento, face ao ano de 2019, na ordem dos 9,65%, uma vez que em 2019 representavam 87,79%, enquanto que em 2020 passaram a representar 91,43%;

- No ano de 2020, os pagamentos consolidados totais ascenderam a 152,1 M€, enquanto que no ano transato haviam rondado os 144,2 M€. Tal como exposto anteriormente, este aumento, no montante de 7,9 M€, justifica-se essencialmente pela contratação de novos recursos humanos, em grande parte afetos à atividade de I&D;

- Tal como já verificado em 2019, os pagamentos correntes consolidados em 2020, continuaram a representar quase a totalidade (94,68%, 144 M€) dos pagamentos do Grupo Público; e

- Importa salientar que as obrigações consolidadas em 2020, ascenderam a 159 M€, enquanto que os pagamentos consolidados ascenderam a 152,1 M€, pelo que existe um diferencial de 6,9 M€ de obrigações, que serão pagas com recurso a rendimentos de 2021.

Na Tabela 23 destacam-se alguns dos principais rácios associados à execução orçamental.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicadores</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Recebimentos correntes/Recebimentos totais</td>
<td>91,43</td>
<td>87,79</td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos correntes/Pagamentos totais</td>
<td>94,68</td>
<td>96,10</td>
</tr>
<tr>
<td>Direitos correntes/Direitos totais</td>
<td>91,40</td>
<td>87,96</td>
</tr>
<tr>
<td>Obrigações correntes/Obrigações totais</td>
<td>93,87</td>
<td>95,90</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da tabela anterior, constata-se que tanto os recebimentos/direitos correntes como os pagamentos/obrigações correntes, representam a maior fatia da atividade orçamental do Grupo Público UMinho.

3.2. Análise económica e financeira consolidada

A presente análise económica e financeira teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível das óticas financeira, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (SASUM, ACMP5, B’ACIS, APsi, CVR e TecMinho) e o método da equivalência patrimonial às entidades associadas (BLCS, IC, 2CA-Braga, CCG, IDEGUI, CS, PIEP, CCGV, CeNTI e CEJUR). As restantes entidades nas quais a UMinho detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, estando as mesmas reconhecidas pelo custo de aquisição.
3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado

3.2.1.1. Ativo consolidado

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução das principais rubricas do ativo a 31 de dezembro de 2020, comparativamente ao período homólogo.

Tabela 24 - Estrutura do ativo consolidado, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVO</th>
<th>31/12/2020 Valor</th>
<th>31/12/2020 (%)</th>
<th>31/12/2019 reexpresso Valor</th>
<th>31/12/2019 reexpresso (%)</th>
<th>Variação 2020-2019 Valor</th>
<th>Variação 2020-2019 (%)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ativo não corrente</td>
<td>146 380 551,61</td>
<td>74,38</td>
<td>143 378 302,54</td>
<td>73,20</td>
<td>3 002 249,07</td>
<td>2,09</td>
</tr>
<tr>
<td>Dev. p/ transf. e subs. não reemb.</td>
<td>10 697 790,80</td>
<td>5,44</td>
<td>9 797 580,09</td>
<td>5,00</td>
<td>900 210,71</td>
<td>9,19</td>
</tr>
<tr>
<td>Clientes, contribuintes e utentes</td>
<td>21 879 924,35</td>
<td>11,12</td>
<td>24 069 023,48</td>
<td>12,29</td>
<td>-2 189 099,13</td>
<td>-9,10</td>
</tr>
<tr>
<td>Outro ativo corrente</td>
<td>864 203,52</td>
<td>0,44</td>
<td>1 424 849,97</td>
<td>0,73</td>
<td>-560 646,45</td>
<td>-39,35</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e depósitos</td>
<td>16 990 811,77</td>
<td>8,63</td>
<td>17 194 091,02</td>
<td>8,78</td>
<td>-203 279,25</td>
<td>-1,18</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>196 813 282,05</strong></td>
<td><strong>100,00</strong></td>
<td><strong>195 863 847,10</strong></td>
<td><strong>100,00</strong></td>
<td><strong>949 434,95</strong></td>
<td><strong>0,48</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

 Ao nível de análise financeira, referente aos anos de 2020 e 2019, é possível destacar as seguintes variações nos elementos do ativo:

- O total do ativo do Grupo Público UMinho ascendeu, em 2020, a 196,8 M€, o que representa um aumento de, aproximadamente, 949,4 k€, em relação ao ano transato. Este aumento, é essencialmente justificado pela aquisição de ativos fixos e de ativos intangíveis, mas também pela aplicação do MEP aos investimentos financeiros do Grupo Público UMinho;

- A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou uma diminuição de cerca de 2,2 M€, essencialmente decorrente do reconhecimento de perdas por imparidade nos créditos a receber, relacionados com as propinas dos alunos, mas também com a diminuição do valor da propina estabelecida para o ano letivo de 2020/2021, por parte da entidade-mãe.

- A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público reflete um aumento em cerca de 900,2 k€, respeitante a dívidas das entidades financiadoras associadas a projetos de I&D, dos quais cerca de 778,9 k€ referem-se a um aumento verificado na entidade-mãe, justificado pelo reconhecimento de novos contratos de I&D.

3.2.1.2. Património líquido consolidado

A evolução das principais rubricas do património líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020, face a 31 de dezembro de 2019, é apresentada na tabela seguinte:

Tabela 25 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</th>
<th>31/12/2020 Valor</th>
<th>31/12/2020 (%)</th>
<th>31/12/2019 reexpresso Valor</th>
<th>31/12/2019 reexpresso (%)</th>
<th>Variação 2020-2019 Valor</th>
<th>Variação 2020-2019 (%)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Património</td>
<td>140 621 464,39</td>
<td>96,44</td>
<td>140 621 464,39</td>
<td>96,44</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultados transitados</td>
<td>-68 279 641,64</td>
<td>-46,83</td>
<td>-68 736 475,84</td>
<td>-46,64</td>
<td>456 834,20</td>
<td>-0,66</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajustamentos em ativos financeiros</td>
<td>5 154 061,43</td>
<td>3,53</td>
<td>3 144 224,36</td>
<td>2,13</td>
<td>2 009 837,07</td>
<td>63,92</td>
</tr>
<tr>
<td>Excedentes de revalorização</td>
<td>3 975,46</td>
<td>0,00</td>
<td>98 569,09</td>
<td>0,07</td>
<td>-94 593,63</td>
<td>-95,97</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras variações no património líquido</td>
<td>68 531 723,96</td>
<td>47,00</td>
<td>70 142 597,11</td>
<td>47,59</td>
<td>-1 610 873,15</td>
<td>-2,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado líquido do período</td>
<td>-1 129 971,21</td>
<td>-0,77</td>
<td>1 134 221,44</td>
<td>0,77</td>
<td>-2 264 192,64</td>
<td>-199,63</td>
</tr>
<tr>
<td>Interesses que não controlam</td>
<td>906 502,74</td>
<td>0,62</td>
<td>977 966,88</td>
<td>0,66</td>
<td>-71 464,15</td>
<td>-7,31</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>145 808 115,13</strong></td>
<td><strong>100,00</strong></td>
<td><strong>147 382 567,43</strong></td>
<td><strong>100,00</strong></td>
<td><strong>-1 574 452,30</strong></td>
<td><strong>-1,07</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Conforme evidenciado na tabela anterior, o montante do património líquido consolidado ascendeu a 145,8 M€ (-1,07%), o qual evidencia uma redução de aproximadamente de 1,6 M€ face a 31 de dezembro de 2019, correspondendo a uma redução de 1,07%, que decorre fundamentalmente do seguinte:

- De em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Público UMinho ter apresentado um resultado líquido negativo que ascendeu a 1,1 M€, decorrente da sua atividade, o que representa uma variação negativa de cerca de 2,3 M€ (-199,63%) face ao período homólogo, sendo que esta variação diz respeito essencialmente à entidade mãe (diminuição de 1,2 M€) e à entidade filha SASUM (1 M€);
3.2.1.3. Passivo consolidado

Em 2020, o passivo do Grupo Público UMinho registou um aumento no montante de 2,5 M€ (5,21%), conforme evidenciado na tabela infra.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica</th>
<th>Valor 2020</th>
<th>Valor 2019 reexpresso</th>
<th>Variação 2020-2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Passivo não corrente</td>
<td>916 889,22</td>
<td>862 312,38</td>
<td>54 576,84</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecedores</td>
<td>2 098 315,93</td>
<td>3 709 657,14</td>
<td>-2 209 341,21</td>
</tr>
<tr>
<td>Estado e outros entes públicos</td>
<td>3 841 282,72</td>
<td>3 546 067,96</td>
<td>295 214,76</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras contas a pagar</td>
<td>21 797 671,68</td>
<td>20 554 102,56</td>
<td>1 243 569,12</td>
</tr>
<tr>
<td>Diferimentos</td>
<td>20 385 698,68</td>
<td>18 856 687,17</td>
<td>1 509 111,51</td>
</tr>
<tr>
<td>Outro passivo corrente</td>
<td>1 965 308,69</td>
<td>952 452,46</td>
<td>1 012 856,23</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Total: 51 005 166,92

3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidadas

Em 2020, o Grupo Público UMinho obteve um resultado líquido do período negativo, na ordem de 1,2 M€ (1,1 M€ em 2019), tendo-se verificado uma variação negativa face ao ano anterior, em aproximadamente 2,3 M€ (208,59%), conforme apresentado na tabela infra.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica</th>
<th>Valor 2020</th>
<th>Valor 2019</th>
<th>Variação 2020-2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Impostos e taxas</td>
<td>23 520 650,85</td>
<td>26 079 486,53</td>
<td>-2 558 835,68</td>
</tr>
<tr>
<td>Vendas</td>
<td>733 938,58</td>
<td>1 992 378,43</td>
<td>-1 058 440,85</td>
</tr>
<tr>
<td>Prestações de serviços</td>
<td>8 206 422,81</td>
<td>10 498 843,18</td>
<td>-2 292 420,37</td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências correntes e subsídios correntes obtidos</td>
<td>116 640 623,21</td>
<td>113 682 164,53</td>
<td>9 958 458,68</td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos</td>
<td>207 028,11</td>
<td>229 342,76</td>
<td>-22 314,65</td>
</tr>
<tr>
<td>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</td>
<td>-810 874,88</td>
<td>-2 114 534,83</td>
<td>1 303 659,95</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecimentos e Serviços Externos</td>
<td>-23 321 171,67</td>
<td>-30 208 807,82</td>
<td>7 887 636,15</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos com pessoal</td>
<td>-101 267 359,70</td>
<td>-96 783 245,29</td>
<td>-4 484 114,41</td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências e subsídios concedidos</td>
<td>-19 069 479,08</td>
<td>-15 611 004,19</td>
<td>-3 458 474,89</td>
</tr>
<tr>
<td>Prestações sociais</td>
<td>-5 883,68</td>
<td>-9 842,90</td>
<td>4 959,22</td>
</tr>
<tr>
<td>Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)</td>
<td>-1 609 070,43</td>
<td>77 934,57</td>
<td>-1 687 005,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Provisões (aumentos/reduções)</td>
<td>-194 428,75</td>
<td>-90 003,00</td>
<td>-104 425,75</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público UMinho importa destacar o seguinte:

- A rubrica de diferenças registou um aumento na ordem dos 1,5 M€ (8,11%), decorrente, essencialmente, da especialização dos contratos-programa celebrados com a FCT;
- A dívida a fornecedores no final do ano 2020 registava uma diminuição de aproximadamente 1,6 M€ (43,44%), face ao período homólogo;
- Atendendo ao preconizado na FAQ 42, emitida pela CNC, a 22 de dezembro de 2020, a rubrica de outras contas a pagar apresentava uma variação positiva de 1,2 M€, em virtude do reconhecimento das importâncias recebidas, no âmbito de financiamento de projetos de I&D, a título de adiantamento, para as quais ainda não se verificaram as condições de reconhecimento do ativo; e
- O aumento de 1 M€ verificado em outro passivo corrente, justificado, majoritariamente, pelo aumento das dívidas a fornecedores de investimento.

Relativamente ao período negativo, na ordem dos 1,6 M€ (2,3 M€), em consequência do reconhecimento em rendimentos do período de 2020 dos subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes;

- A rubrica dos ajustamentos em ativos financeiros sofreu um aumento na ordem dos 1,5 M€, decorrente da aplicação do MEP às entidades associadas do Grupo Público UMinho.
A estrutura dos rendimentos do Grupo Público UMinho é apresentada na Tabela 28, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução negativa de aproximadamente 1,8 M€ (-1,11%), face ao período de 2019. Esta variação justifica-se principalmente devido:

- À diminuição dos rendimentos da área da educação (2,6 M€), das vendas e das prestações de serviços (3,6 M€) do Grupo Público;
- Ao aumento de cerca de 3 M€ na rubrica transferências e subsídios correntes obtidos, devido, essencialmente, ao reforço de OE para a compensação da redução de propinas, para a integração de recursos humanos no âmbito do PREVPAP e para a regularização de posições remuneratórias; e
- Ao aumento dos rendimentos associados aos subsídios ao investimento, por via da depreciação dos ativos subjacentes aos mesmos (cerca de 1,8 M€).

### 3.2.2.2. Estrutura dos rendimentos consolidados

<table>
<thead>
<tr>
<th>RUBRICA</th>
<th>31/12/2020 (€)</th>
<th>31/12/2019 (€)</th>
<th>Variação (€)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Imparidade de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)</td>
<td>-30 510,00</td>
<td>-4 987,97</td>
<td>-25 522,03</td>
</tr>
<tr>
<td>Aumentos/reduções de justo valor</td>
<td>73,49</td>
<td>0,00</td>
<td>73,49</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros rendimentos e ganhos</td>
<td>7 740 467,64</td>
<td>5 971 753,44</td>
<td>1 768 714,20</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros gastos e perdas</td>
<td>-3 199 568,63</td>
<td>-4 525 645,16</td>
<td>1 326 076,33</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>EBITDA</strong></td>
<td><strong>7 540 857,87</strong></td>
<td><strong>9 183 832,28</strong></td>
<td><strong>-1 642 974,41</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Depreciações e amortizações</td>
<td>-8 523 312,53</td>
<td>-8 047 258,73</td>
<td>-476 053,80</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado operacional (EBIT)</strong></td>
<td><strong>-982 454,66</strong></td>
<td><strong>1 136 573,55</strong></td>
<td><strong>-2 119 028,21</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado financiero</td>
<td>-174 622,19</td>
<td>-8 192,10</td>
<td>-166 430,09</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado antes de impostos (EBT)</strong></td>
<td><strong>-1 157 076,85</strong></td>
<td><strong>1 128 381,45</strong></td>
<td><strong>-2 285 458,30</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto sobre o rendimento</td>
<td>-51 530,40</td>
<td>-15 378,16</td>
<td>-36 152,24</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado líquido do período</strong></td>
<td><strong>-1 208 607,25</strong></td>
<td><strong>1 113 003,29</strong></td>
<td><strong>-2 321 610,54</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Detentores do capital da entidade-mã                                | -1 129 971,21  | 1 134 221,44   | -2 264 192,64 |
| Interesses que não controlam                                        | -78 636,04     | -21 218,15     | -57 417,89   |

| **Resultado líquido do período atribuível a:**                      | **-1 208 607,25**| **1 113 003,29**| **-2 321 610,54** |

### 3.2.2. Estrutura dos gastos consolidados

No período de 2020, a estrutura dos gastos do Grupo Público UMinho, apresentada na Tabela 29, evidencia uma variação total positiva de cerca de 524,7 k€, que se justifica pelo:

- Aumento dos gastos com o pessoal, no montante aproximado de 4,5 M€, justificado por:
  - 4,2 M€ decorrentes da contratação de investigadores e de PTAG;
  - 305,7 k€ decorrente da contratação de vários trabalhadores.
- Aumento das transferências e subsídios concedidos, em 3,5 M€, decorrente, essencialmente, das transferências para parceiros do Grupo Público UMinho, no âmbito da sua atividade de investigação;
Aumento das perdas por imparidade e provisões no montante de 1,5 M€, principalmente relacionado com os direitos a receber de utentes;

Aumento dos gastos com as depreciações e amortizações (0,5 M€), maioritariamente relacionados com os ativos adquiridos no âmbito da atividade de investigação;

Diminuição dos gastos com fornecimento e serviços externos, no montante de 6,9 M€, como consequência direta da pandemia de Covid-19, em virtude da interrupção da atividade presencial letiva, de investigação e empresarial.

Verificou-se ainda uma diminuição acentuada na rubrica de custos das matérias primas e matérias consumidas e de outros gastos e perdas, no montante de 2,6 M€, também justificados pela pandemia de Covid-19.

3.2.3. Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

O Grupo Público UMinho, no período de 2020, registou uma variação de caixa e seus equivalentes negativa, em cerca de 146 k€, conforme se demonstra na tabela seguinte:

Tabela 30 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
<th>Variação 2020-2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Atividades Operacionais</td>
<td>103 684 654,16</td>
<td>120 551 414,61</td>
<td>-16 866 760,45</td>
</tr>
<tr>
<td>Clientes</td>
<td>8 924 704,87</td>
<td>55 715 249,09</td>
<td>-46 790 544,22</td>
</tr>
<tr>
<td>Utentes</td>
<td>22 037 144,28</td>
<td>24 764 238,12</td>
<td>-2 727 093,84</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros recebimentos/ pagamentos</td>
<td>72 722 805,01</td>
<td>40 071 927,40</td>
<td>32 650 877,61</td>
</tr>
<tr>
<td>Atividades de Investimento</td>
<td>40 232,30</td>
<td>24 813,05</td>
<td>15 419,25</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
<td>5 663,83</td>
<td>8 908,77</td>
<td>-3 244,94</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos intangíveis</td>
<td>35 458,52</td>
<td>15 599,94</td>
<td>19 958,58</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e rendimentos similares</td>
<td>19,95</td>
<td>304,34</td>
<td>-284,39</td>
</tr>
<tr>
<td>Atividades de Financiamento</td>
<td>2 500,00</td>
<td>101 000,00</td>
<td>-98 500,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Realização de capital e outros instrumentos de capital</td>
<td>2 500,00</td>
<td>101 000,00</td>
<td>-98 500,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total de Recebimentos</td>
<td>103 727 386,46</td>
<td>120 677 227,66</td>
<td>-16 949 841,20</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Pagamentos Respeitantes a:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Atividades Operacionais</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecedores</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoal</td>
</tr>
<tr>
<td>Atividades de Investimento</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos intangíveis</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos Financeiros</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros ativos</td>
</tr>
<tr>
<td>Atividades de Financiamento</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os recebimentos provenientes das atividades operacionais representam 99,96% da totalidade dos recebimentos (103,7 ME), enquanto os provenientes das atividades de investimento corresponderam a 0,04% (40,2 k€). Quanto aos recebimentos de atividades de financiamento, estes ascenderam a 2,5 k€, o que não tem representatividade no total dos recebimentos.

No que se refere aos pagamentos respeitantes às atividades operacionais, estes representam 92,96% da globalidade dos pagamentos do Grupo Público UMinho, sendo que 76,83% referem-se a pagamento de despesas com o pessoal, em aproximadamente 83,6 ME. Por sua vez, os pagamentos respeitantes às atividades de investimento representaram 7,04%, atingindo cerca de 8,2 ME. Por fim, os pagamentos de atividades de financiamento ascenderam a 6 k€, o que não tem qualquer representatividade nos pagamentos totais do Grupo Público UMinho.

Importa salientar que a variação negativa verificada nos recebimentos de clientes (-83,98%), é compensada pela variação positiva registada nos outros recebimentos (81,48%) das atividades operacionais, por via da reclassificação dos montantes respeitantes ao recebimento de transferências e subsídios correntes no âmbito da atividade de investigação do Grupo Público.

De referir que, no âmbito dos procedimentos de consolidação foram eliminados na totalidade, os fluxos de caixa relativos a transações entre entidades controladas e a UMinho.

### 3.2.4. Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, em 2020, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho, quando comparado com o período homólogo, sendo de realçar que:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 196,8 ME (195,9 ME em 2019);
- O passivo consolidado rondou os 51 ME (48,5 ME em 2019);
- O património líquido consolidado aproximou-se dos 145,8 ME (147,4 ME em 2019), dos quais, 906,5 k€ (978 k€ em 2019) são relativos a interesses não controlados;
- Os rendimentos consolidados atingiram cerca de 157,2 ME (159 ME em 2019);
- Os gastos consolidados ascenderam a 158,4 ME (157,9 ME em 2019);
- O resultado líquido consolidado do período ascendeu a cerca de 1,2 ME negativos (1,1 ME positivos em 2019);
- O EBITDA do período rondou os 7,5 ME (9,2 ME em 2019).

Importa referir que o International Public Sector Accounting Standard Board, no RPG 3 – Reporting Service Performance Information, recomenda que, em complemento às demonstrações financeiras, as entidades divulguem, no relatório de gestão, informação sobre o seu desempenho. Em sintonia com este organismo internacional, a UniLEO, no Modelo de Prestação de Contas das Entidades Públicas, refere que tal informação complementar é um precioso auxílio aos diferentes utilizadores, dado que, tratando-se de informação relevante, não só contribui para a compreensão do resultado da entidade, como possibilita avaliar a extensão, a eficiência e a eficácia do desempenho da organização na alocação de recursos que faz na prossecução da sua atividade e, por consequência, apurar responsabilidades e tomar decisões.

Na sequência do exposto, são apresentados de seguida os indicadores económicos e financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público UMinho, com referência a 31 de dezembro de 2020, bem como, a variação dos mesmos, face ao período homólogo:
Rentabilidade do património líquido e rentabilidade do ativo

No que respeita à rentabilidade do património líquido (resultado líquido/património líquido) em 2020 verificou-se uma diminuição de 1,54 p.p.. Por sua vez, a rentabilidade do ativo (resultado líquido/ativo) registou uma redução de 1,15 p.p.. Ambas as variações negativas são justificadas pelo resultado líquido consolidado negativo do período.

Rentabilidade Económica

O indicador da rentabilidade económica (EBITDA/Ativo) apresenta uma diminuição de 0,86 p.p., face ao período homólogo, atingindo os 3,83% em 2020, face a 4,69% em 2019. Esta diminuição indica que a atividade do Grupo Público UMinho não foi capaz de financiar o seu ativo total com a mesma capacidade que em 2019.

Margem EBITDA

A margem EBITDA (EBITDA/vendas, serviços prestados e impostos e taxas) traduz a relação do EBITDA nas vendas e serviços prestados e impostos e taxas. Como se pode observar, a percentagem da margem EBITDA em 2020 atingiu os 23,23%, representando uma ligeira redução de 0,58 p.p. face ao ano 2019, justificado essencialmente pela diminuição do EBITDA do Grupo Público UMinho em 1,6 M€.

Solvabilidade

O indicador de solvabilidade (património líquido/passivo total) permite avaliar a capacidade do Grupo Público UMinho para fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. No período em análise verifica-se um decréscimo da solvabilidade apresentada em 18,13 p.p..
**Autonomia Financeira**

A autonomia financeira (património líquido/ativo total) avalia a capacidade do património líquido consolidado financiar o seu ativo total consolidado. Assim, no período em análise o Grupo Público apresenta uma redução na capacidade de financiar as suas atividades através de recursos próprios, na ordem de 1,16 p.p. (de 75,25% em 31/12/2019, para 74,08 % em 31/12/2020).

**Liquidez Geral**

O indicador da liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente) traduz a capacidade que o Grupo Público UMinho tem para solvar os seus compromissos no curto prazo. Como se pode observar, a percentagem de liquidez geral em 2020 atingiu os 100,69%, correspondendo a um decréscimo de 9,53 p.p., justificada pela diminuição do ativo corrente do Grupo Público em aproximadamente 2 M€.

### 3.3. Análise de gestão consolidada

O sistema de contabilidade de gestão começou a ser implementado na entidade-mãe em 2019, em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão e decorrente das necessidades de reporte interno e externo do Grupo Público UMinho, tendo como objetivos a análise e divulgação dos gastos e rendimentos imputados às atividades desenvolvidas pelo Grupo Público UMinho. Neste sentido, torna-se necessário divulgar que as atividades do Grupo Público UMinho, foram estabelecidas de acordo com os Estatutos da UMinho, desagregando-se em:

- Atividade de ensino;
- Atividade de investigação; e
- Atividade de interação com a sociedade.

A análise de gestão que se expõe neste ponto, teve em consideração as contas apresentadas por todas as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, pelo que se incluem todos os rendimentos e gastos das entidades filhas na atividade de interação com a sociedade.

### 3.3.1. Mapas da contabilidade de gestão consolidada

Em 2020, foram imputados os rendimentos e gastos por atividades do Grupo Público UMinho. Contudo, uma vez que estas não são coincidentes com as apresentadas em 2019, não se efetuou o respetivo comparativo com período homólogo.

Em conformidade com o preceituado no §35 da NCP 27, para além de se apresentar os resultados pelas atividades acima mencionadas, apresentam-se ainda os resultados pelos seguintes indicadores:

- Por aluno;
- Por atividade de apoio aos estudantes, a qual fornece resultado por:
  - Departamento de Alimentação;
  - Departamento de Apoio Social;
  - Departamento de Desporto e Cultura.
### 3.3.1.1. Resultados por atividade

De acordo com a NCP 27, a apresentação dos resultados por atividades, tem como objetivo prestar informação sobre o resultado líquido do período aos diversos utilizadores das demonstrações financeiras de uma entidade, assim como, proceder à divulgação dos rendimentos gerais e gastos não incorporados às respetivas atividades.

Os rendimentos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades de acordo com a tabela infra:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Atividades</th>
<th>Rendimentos</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Diretos</td>
<td>Indiretos</td>
</tr>
<tr>
<td>Ensino</td>
<td>91 039 191,72</td>
<td>821 088,75</td>
</tr>
<tr>
<td>Investigação</td>
<td>50 014 382,93</td>
<td>477 523,26</td>
</tr>
<tr>
<td>Interação com a sociedade</td>
<td>14 724 369,10</td>
<td>57 471,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Rendimentos incorporados</strong></td>
<td><strong>155 777 943,75</strong></td>
<td><strong>1 356 083,52</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos gerais</td>
<td>88 029,73</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Rendimentos antes de impostos</strong></td>
<td><strong>155 865 973,48</strong></td>
<td><strong>1 356 083,52</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

O Grupo Público UMinho obteve em 2020 um montante total de rendimentos de 157,2 M€, sendo importante referir que deste valor:

- Foram imputados às atividades um total de 157,1 M€; e
- Existem rendimentos gerais não incorporados no montante de 88 k€, os quais correspondem a 0,06% do total dos rendimentos antes de imposto.

Por sua vez, os gastos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades conforme exposto na tabela seguinte:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Atividades</th>
<th>Gastos</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Diretos</td>
<td>Indiretos</td>
</tr>
<tr>
<td>Ensino</td>
<td>82 972 103,90</td>
<td>6 706 827,71</td>
</tr>
<tr>
<td>Investigação</td>
<td>48 254 356,83</td>
<td>3 900 511,67</td>
</tr>
<tr>
<td>Interação com a sociedade</td>
<td>15 489 350,90</td>
<td>469 439,48</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Gastos incorporados</strong></td>
<td><strong>146 715 811,63</strong></td>
<td><strong>11 076 778,85</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos não incorporados</td>
<td>586 543,36</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Gastos antes de impostos</strong></td>
<td><strong>147 302 354,99</strong></td>
<td><strong>11 076 778,85</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da tabela anterior, verifica-se que os gastos em 2020 ascenderam a 158,4 M€, sendo de realçar que:

- Foram imputados às atividades um total de 157,8 M€; e
- Existem gastos não incorporados, que incluem os gastos ambientais, administrativos, financeiros e outros, no montante de 586,5 k€, os quais correspondem a 0,37% do total dos gastos antes de impostos.

Assim, importa referir que o Grupo Público UMinho obteve um resultado líquido do período negativo de aproximadamente 1,2 M€, conforme demonstra a tabela infra:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Atividades</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ensino</td>
<td>2 181 348,86</td>
</tr>
<tr>
<td>Investigação</td>
<td>-1 662 962,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Interação com a sociedade</td>
<td>-1 176 949,77</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultados das atividades</strong></td>
<td><strong>-658 563,21</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos gerais</td>
<td>88 029,73</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos não incorporados</td>
<td>586 543,36</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado antes de impostos</strong></td>
<td><strong>-1 157 076,84</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Através da análise da tabela anterior, e tendo em consideração os resultados por funções apresentados nas contas separadas da entidade mãe, importa realçar a variação negativa na atividade de interação com a sociedade nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, devido, essencialmente, ao resultado líquido do período negativo apresentados pelos SASUM, em 2020.

Importa referir que, o resultado negativo da atividade de investigação é, essencialmente, justificado pela aplicação da FAQ 42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos”, emitida pela CNC, em 22 de dezembro de 2020, tal como explicado no ponto 3.3.1.3. “Resultado da atividade de investigação”.

52
3.3.1.2. Resultados da atividade de ensino

O resultado da atividade de ensino foi obtido através das UO pertencentes ao Grupo Público UMinho, apurando-se um resultado positivo de cerca de 2,2 M€, conforme tabela infra.

Acrece referir que, o resultado da atividade de ensino advém da entidade-mãe do Grupo Público UMinho, sendo considerados como rendimentos a dotação do OE, a propina e outras taxas cobradas aos alunos, assim como, a especialização dos subsídios aos edifícios e os rendimentos das unidades que auxiliam na atividade ensino.

No que diz respeito aos gastos, são considerados os vencimentos pagos por dimensões centrais, os gastos de funcionamento das unidades de ensino, os gastos das unidades que auxiliam a atividade de ensino e os gastos gerais da UMinho, ponderados pelo peso dos gastos totais afetos a cada atividade e pelo peso do aluno equivalente.

Tabela 34 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidades</th>
<th>Rendimentos</th>
<th>Gastos</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>EA</td>
<td>2 458 252,99</td>
<td>2 369 583,19</td>
<td>88 669,80</td>
</tr>
<tr>
<td>EC</td>
<td>13 707 602,82</td>
<td>13 362 392,73</td>
<td>345 210,09</td>
</tr>
<tr>
<td>ED</td>
<td>4 194 536,81</td>
<td>3 924 313,34</td>
<td>270 223,47</td>
</tr>
<tr>
<td>EE</td>
<td>29 153 558,68</td>
<td>27 896 099,16</td>
<td>1 257 459,52</td>
</tr>
<tr>
<td>EEG</td>
<td>9 097 164,45</td>
<td>8 642 547,69</td>
<td>454 616,76</td>
</tr>
<tr>
<td>EM</td>
<td>9 695 443,24</td>
<td>10 164 167,79</td>
<td>-1 221 204,55</td>
</tr>
<tr>
<td>EP</td>
<td>2 996 619,80</td>
<td>2 841 404,43</td>
<td>155 215,37</td>
</tr>
<tr>
<td>ESE</td>
<td>4 034 523,08</td>
<td>4 035 392,73</td>
<td>-870,15</td>
</tr>
<tr>
<td>ICS</td>
<td>5 206 137,05</td>
<td>5 051 087,42</td>
<td>155 049,63</td>
</tr>
<tr>
<td>IE</td>
<td>5 586 479,60</td>
<td>4 874 687,31</td>
<td>711 792,29</td>
</tr>
<tr>
<td>ILCH</td>
<td>5 464 319,85</td>
<td>5 281 867,97</td>
<td>182 451,88</td>
</tr>
<tr>
<td>i3Bs</td>
<td>265 642,11</td>
<td>482 907,34</td>
<td>-217 265,23</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total UMinho</strong></td>
<td><strong>91 860 280,47</strong></td>
<td><strong>89 678 931,61</strong></td>
<td><strong>2 181 348,86</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tendo em consideração os rendimentos e gastos presentes na tabela anterior e o número de alunos equivalentes por cada UO, apurou-se o seguinte rendimento/gasto médio por aluno.

Tabela 35 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Aluno</th>
<th>Rendimentos (€)</th>
<th>Gastos (€)</th>
<th>Nº de alunos equiv.</th>
<th>Rendimento médio aluno</th>
<th>Gasto médio aluno</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>EA</td>
<td>2 458 252,99</td>
<td>2 369 583,19</td>
<td>498,77</td>
<td>4 928,63</td>
<td>4 750,85</td>
</tr>
<tr>
<td>EC</td>
<td>13 707 602,82</td>
<td>13 362 392,73</td>
<td>2 791,35</td>
<td>2 891,67</td>
<td>2 705,38</td>
</tr>
<tr>
<td>ED</td>
<td>4 194 536,81</td>
<td>3 924 313,34</td>
<td>1 450,56</td>
<td>625,72</td>
<td>3 345,10</td>
</tr>
<tr>
<td>EE</td>
<td>29 153 558,68</td>
<td>27 896 099,16</td>
<td>5 889,05</td>
<td>2 891,67</td>
<td>2 705,38</td>
</tr>
<tr>
<td>EEG</td>
<td>9 097 164,45</td>
<td>8 642 547,69</td>
<td>2 719,55</td>
<td>3 345,10</td>
<td>3 177,93</td>
</tr>
<tr>
<td>EM</td>
<td>9 695 443,24</td>
<td>10 164 167,79</td>
<td>964,32</td>
<td>3 345,10</td>
<td>11 320,57</td>
</tr>
<tr>
<td>EP</td>
<td>2 996 619,80</td>
<td>2 841 404,43</td>
<td>625,72</td>
<td>4 789,07</td>
<td>4 541,02</td>
</tr>
<tr>
<td>ESE</td>
<td>4 034 523,08</td>
<td>4 035 392,73</td>
<td>559,19</td>
<td>7 214,94</td>
<td>7 216,50</td>
</tr>
<tr>
<td>ICS</td>
<td>5 206 137,05</td>
<td>5 051 087,42</td>
<td>1 428,11</td>
<td>3 645,47</td>
<td>3 536,90</td>
</tr>
<tr>
<td>IE</td>
<td>5 586 479,60</td>
<td>4 874 687,31</td>
<td>1 213,27</td>
<td>4 604,48</td>
<td>4 017,81</td>
</tr>
<tr>
<td>ILCH</td>
<td>5 464 319,85</td>
<td>5 281 867,97</td>
<td>1 482,80</td>
<td>3 685,14</td>
<td>3 562,09</td>
</tr>
<tr>
<td>i3Bs</td>
<td>265 642,11</td>
<td>482 907,34</td>
<td>59,32</td>
<td>4 478,12</td>
<td>8 140,72</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total UMinho</strong></td>
<td><strong>91 860 280,47</strong></td>
<td><strong>89 678 931,61</strong></td>
<td><strong>19 682,00</strong></td>
<td><strong>4 667,22</strong></td>
<td><strong>4 556,39</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

3.3.1.3. Resultado da atividade de investigação

Os resultados da atividade de investigação, têm em consideração a informação presente nas contas separadas da entidade mãe, pelo que para a determinação deste resultado foram tidos em conta todos os rendimentos e gastos das dimensões presentes no módulo de gestão de projetos da UMinho, assim como, os rendimentos e gastos da USAPI, por se considerar que a sua atividade se destina diretamente à investigação. Na sequência do exposto, a tabela seguinte apresenta a desagregação dos rendimentos e gastos afetos à atividade de investigação do Grupo Público UMinho.
A Tabela 36 apresenta os rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidades</th>
<th>Rendimentos</th>
<th>Gastos</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>EA</td>
<td>118 548,93</td>
<td>0,00</td>
<td>118 548,93</td>
</tr>
<tr>
<td>EC</td>
<td>5 052 180,71</td>
<td>5 384 395,86</td>
<td>-332 215,16</td>
</tr>
<tr>
<td>ED</td>
<td>156 595,08</td>
<td>91 406,46</td>
<td>65 188,61</td>
</tr>
<tr>
<td>EE</td>
<td>21 691 659,03</td>
<td>22 467 555,05</td>
<td>-775 896,02</td>
</tr>
<tr>
<td>EEG</td>
<td>470 928,51</td>
<td>619 465,18</td>
<td>-148 536,66</td>
</tr>
<tr>
<td>EM</td>
<td>4 444 937,20</td>
<td>4 631 159,93</td>
<td>-186 222,72</td>
</tr>
<tr>
<td>EP</td>
<td>472 158,06</td>
<td>805 871,03</td>
<td>-333 712,97</td>
</tr>
<tr>
<td>ESE</td>
<td>69 411,98</td>
<td>21 866,07</td>
<td>47 545,91</td>
</tr>
<tr>
<td>ICS</td>
<td>483 386,96</td>
<td>1 194 822,65</td>
<td>-711 435,69</td>
</tr>
<tr>
<td>IE</td>
<td>321 563,71</td>
<td>430 330,96</td>
<td>-108 767,24</td>
</tr>
<tr>
<td>ILCH</td>
<td>145 695,61</td>
<td>182 830,28</td>
<td>-37 134,67</td>
</tr>
<tr>
<td>i3Bs</td>
<td>3 623 864,32</td>
<td>5 685 619,79</td>
<td>-2 061 755,46</td>
</tr>
<tr>
<td>Rt+US+UCI+UD</td>
<td>13 440 976,09</td>
<td>10 639 545,24</td>
<td>2 801 430,86</td>
</tr>
<tr>
<td>Total UMinho</td>
<td>50 491 906,19</td>
<td>52 154 868,50</td>
<td>-1 662 962,30</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No que diz respeito aos resultados da atividade de investigação importa referir que decorrente da aplicação da FAQ 42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos”, emitida pela CNC, em 22 de dezembro de 2020, o reconhecimento dos direitos a receber relativos aos contratos de financiamento referentes a projetos de I&D, não são efetuados pela assinatura do contrato, mas pela submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho entende que se encontram cumpridas as condições para o reconhecimento do ativo. Consequentemente, o reconhecimento do rendimento está associado ao momento de submissão do pagamento, o qual difere do momento em que os bens e/ou serviços são consumidos pelo Grupo Público.

Resultado da atividade interação com a sociedade

Nesta atividade estão incluídos todos os rendimentos e gastos apresentados nas contas separadas da UMinho (nomeadamente: prestações de serviços), assim como, os rendimentos e gastos de todas as entidades filhas pertencentes ao Grupo Público UMinho.

A Tabela 37 apresenta os rendimentos e gastos da atividade Interação com a Sociedade, em euros:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidades</th>
<th>Rendimentos</th>
<th>Gastos</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>EA</td>
<td>12 412,72</td>
<td>52 649,61</td>
<td>-40 236,89</td>
</tr>
<tr>
<td>EC</td>
<td>68 870,67</td>
<td>106 514,59</td>
<td>-37 643,92</td>
</tr>
<tr>
<td>ED</td>
<td>39 642,30</td>
<td>24 227,52</td>
<td>15 414,78</td>
</tr>
<tr>
<td>EE</td>
<td>164 149,46</td>
<td>484 576,88</td>
<td>-320 427,42</td>
</tr>
<tr>
<td>EEG</td>
<td>223 132,52</td>
<td>397 468,35</td>
<td>-174 335,83</td>
</tr>
<tr>
<td>EM</td>
<td>556 256,27</td>
<td>1 243 728,18</td>
<td>-687 471,91</td>
</tr>
<tr>
<td>EP</td>
<td>351 097,65</td>
<td>425 103,20</td>
<td>-74 005,55</td>
</tr>
<tr>
<td>ESE</td>
<td>7 389,34</td>
<td>21 825,42</td>
<td>-14 436,08</td>
</tr>
<tr>
<td>ICS</td>
<td>77 453,29</td>
<td>113 947,29</td>
<td>-36 493,99</td>
</tr>
<tr>
<td>IE</td>
<td>35 097,55</td>
<td>86 889,02</td>
<td>-51 791,46</td>
</tr>
<tr>
<td>ILCH</td>
<td>235 901,09</td>
<td>268 873,58</td>
<td>-32 972,48</td>
</tr>
<tr>
<td>i3Bs</td>
<td>40 158,47</td>
<td>30 753,94</td>
<td>9 404,54</td>
</tr>
<tr>
<td>Rt+US+UCI+UD</td>
<td>4 496 125,68</td>
<td>3 020 453,36</td>
<td>1 475 672,32</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>5 241 530,40</td>
<td>6 442 984,85</td>
<td>-1 201 454,45</td>
</tr>
<tr>
<td>ACMPS</td>
<td>29 088,18</td>
<td>10 731,56</td>
<td>18 356,62</td>
</tr>
<tr>
<td>BACIS</td>
<td>-19 220,98</td>
<td>-42 361,54</td>
<td>23 140,57</td>
</tr>
<tr>
<td>APsi</td>
<td>135 698,68</td>
<td>135 746,35</td>
<td>-47,67</td>
</tr>
<tr>
<td>CVR</td>
<td>856 232,34</td>
<td>805 106,48</td>
<td>51 125,86</td>
</tr>
<tr>
<td>TECMINHO</td>
<td>2 209 890,73</td>
<td>2 329 571,76</td>
<td>-119 681,03</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Confúcio</td>
<td>11 743,15</td>
<td>0,00</td>
<td>11 743,15</td>
</tr>
<tr>
<td>Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva</td>
<td>8 976,04</td>
<td>0,00</td>
<td>8 976,04</td>
</tr>
<tr>
<td>Casa Sarmento</td>
<td>215,05</td>
<td>0,00</td>
<td>215,05</td>
</tr>
<tr>
<td>Total UMinho</td>
<td>14 781 840,61</td>
<td>15 958 790,38</td>
<td>-1 176 949,77</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tendo em consideração que os SASUM apresentam os seus resultados desagregados por diversos produtos/serviços (alimentação, apoio social e desporto e cultura), considera-se pertinente expor os mesmos. Neste sentido, a tabela seguinte apresenta estes mesmos resultados sem qualquer ajustamento de consolidação.
Gruppo Público UMinho
Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2020

Tabela 38 - Resultados por produtos/serviços SASUM, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Produtos/Serviços</th>
<th>Rendimentos</th>
<th>Gastos</th>
<th>Resultado Bruto</th>
<th>Unid. de imputação</th>
<th>Nº unid. de imputação</th>
<th>Gastos por unid.</th>
<th>Res. por unid. de imp.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Alimentação</td>
<td>3 116 863,86</td>
<td>3 950 492,84</td>
<td>-833 628,98</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Bares</td>
<td>1 426 214,15</td>
<td>1 541 504,70</td>
<td>-115 290,55</td>
<td>N.º Atendimentos</td>
<td>495 758</td>
<td>2,88</td>
<td>3,11</td>
</tr>
<tr>
<td>Cantinas</td>
<td>1 137 136,22</td>
<td>1 650 070,13</td>
<td>-512 933,91</td>
<td>N.º Relações</td>
<td>206 733</td>
<td>5,50</td>
<td>7,98</td>
</tr>
<tr>
<td>Restaurantes</td>
<td>235 519,19</td>
<td>367 032,94</td>
<td>-131 513,76</td>
<td>N.º Relações</td>
<td>5 206</td>
<td>45,24</td>
<td>70,50</td>
</tr>
<tr>
<td>Grill’s</td>
<td>317 994,19</td>
<td>391 885,07</td>
<td>-73 890,88</td>
<td>N.º Relações</td>
<td>34 617</td>
<td>9,19</td>
<td>11,32</td>
</tr>
<tr>
<td>Apoio social</td>
<td>2 070 542,94</td>
<td>1 982 411,17</td>
<td>88 131,77</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alojamento</td>
<td>1 730 640,45</td>
<td>1 500 525,03</td>
<td>230 115,42</td>
<td>N.º Camas</td>
<td>1 293</td>
<td>1 338,47</td>
<td>1 160,50</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolsas</td>
<td>234 721,09</td>
<td>385 334,38</td>
<td>-150 613,29</td>
<td>N.º Candidatos</td>
<td>6 742</td>
<td>34,81</td>
<td>57,15</td>
</tr>
<tr>
<td>Apoio ao bem-estar do estudante</td>
<td>105 181,40</td>
<td>96 551,76</td>
<td>8 629,64</td>
<td>N.º Consultas</td>
<td>1 004</td>
<td>104,76</td>
<td>96,17</td>
</tr>
<tr>
<td>Desporto e cultura</td>
<td>951 966,62</td>
<td>1 074 532,87</td>
<td>-125 957,25</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Atividade desportiva</td>
<td>591 566,62</td>
<td>918 358,14</td>
<td>-326 791,52</td>
<td>N.º Usos Instalações</td>
<td>76 646</td>
<td>7,72</td>
<td>11,98</td>
</tr>
<tr>
<td>Atividade cultural</td>
<td>0,00</td>
<td>129 165,73</td>
<td>-129 165,73</td>
<td>N.º Grupos Culturas</td>
<td>15</td>
<td>0,00</td>
<td>8 611,05</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>5 778 973,42</td>
<td>6 980 427,88</td>
<td>-1 201 454,46</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Da análise da tabela anterior, verifica-se que as atividades de alojamento e de apoio ao bem-estar do estudante são as únicas que apresentam um resultado bruto positivo. Por sua vez, importa realçar as atividades com maior resultado bruto negativo, nomeadamente, as cantinas, o desporto e o apoio à cultura, devido ao encerramento das mesmas, por força das orientações internas e externas no combate à pandemia de Covid-19.

Rendimentos e gastos ambientais

Tendo em consideração o §38 da NCP 27, no período de 2020 o Grupo Público UMinho suportou 26,4 k€ com gastos ambientais. Além disso, foram reconhecidos como rendimentos ambientais 151 €, pelo que o resultado ambiental rondou os 26,3 k€ negativos.

Tabela 39 - Resultados ambientais, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rendimentos Ambientais</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Rendimentos Ambientais</td>
<td>151,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos Ambientais</td>
<td>-26 422,83</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Resultado Ambiental: -26 271,83

Rendimentos gerais e gastos gerais não incorporados

Os rendimentos gerais (88 k€) têm carácter excecional, logo não foram imputados a qualquer atividade e respeitam a:
- Reposições não abatidas nos pagamentos (17,7 k€);
- Rendimentos obtidos no âmbito da pandemia Covid-19 (6,2 k€);
- Rendimentos ambientais (0,2 k€);
- Colaborações de estudantes (21,1 k€);
- Encargos administrativos (2,1 k€);
- Reversões de imparidades (38,4 k€);
- Outros (2,3 k€).

Por sua vez, os gastos não incorporados (586,5 k€) sub dividem-se em:
- Administrativos, relacionados com pessoal e atividades de apoio à gestão (354,3 k€);
- Gastos financeiros (10 k€);
- Gastos no âmbito da pandemia Covid-19 (83,2 k€); e
- Outros gastos, que se relacionam com restituições de verbas a terceiros, matérias consumidas, gastos gerais de funcionamento, transferências e subsídios concedidos (139 k€).

4. Capacidade de endividamento

À data de 31 de dezembro de 2020, a UMinho não tinha qualquer dívida bancária. Contudo, a sua capacidade de endividamento, de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, aferida em sede das demonstrações financeiras consolidadas, ascende a 36,9 M€ (36,8 M€ em 31 de dezembro de 2019), conforme evidenciado na Tabela 40.
Tabela 40 - Capacidade de endividamento, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019 (reexpresso)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ativo</td>
<td>196 813 282,05</td>
<td>195 863 847,10</td>
</tr>
<tr>
<td>Endividamento</td>
<td>186 829,72</td>
<td>8 389,63</td>
</tr>
<tr>
<td>- Financiamentos bancários</td>
<td>331 051,07</td>
<td>262 772,31</td>
</tr>
<tr>
<td>- Locações financeiras</td>
<td>144 221,35</td>
<td>254 382,68</td>
</tr>
<tr>
<td>Património Líquido</td>
<td>145 808 115,13</td>
<td>147 382 567,43</td>
</tr>
<tr>
<td>Cash-flow</td>
<td>9 227 350,50</td>
<td>9 198 536,57</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Grau de autonomia financeira  74,08%  75,25%
Quádruplo do Cash-flow        36 909 402,00  36 794 146,28

Apesar de não se mostrar cumprido o limite de 75% estabelecido para o grau de autonomia financeira (74,08% em 31/12/2020), a UMinho, nos termos do n.º 2 do art.º 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), pode recorrer ao crédito, em conformidade com o preceituado na Lei, mediante autorização, por despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro da tutela.

5. **Factos ocorridos após a data do balanço**

Após o encerramento do período, à data de 31 de dezembro de 2020, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

De referir que o Grupo Público UMinho continua a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes, seguindo as recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), assim como de outras entidades com responsabilidade para o efeito. Todavia, face ao atual cenário de incerteza e à rápida evolução da pandemia, em virtude do surgimento de novas variantes, não é possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo Público, os quais, a existirem, é nossa convicção que não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

6. **Obrigatoriedade de apresentação de contas consolidadas**

O presente Relatório de Atividades e Contas Consolidadas, será sujeito à apreciação em Conselho Geral a realizar no dia 25 de junho de 2021, em consonância com o disposto no n.º 1 do art.º 4.º da Lei 1-A/2020, com a segunda parte do n.º 4, do art.º 52.º da LOPTC.

7. **Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas pelo Conselho de Gestão para emissão em 11 de junho de 2021.

Universidade do Minho, 11 de junho de 2021

O Conselho de Gestão
## 8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

### 8.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica</th>
<th>RECEBIMENTOS</th>
<th>2020 Consolidado</th>
<th>2019 Consolidado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Saldo da gerência anterior</strong></td>
<td>16 908 307,79</td>
<td>17 130 629,28</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Operações orçamentais (1)</td>
<td>16 712 099,58</td>
<td>17 076 073,67</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Refinanciamento do saldo oper. orçamentais</td>
<td>14 032 057,56</td>
<td>15 328 459,39</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Operações de tesouraria (4)</td>
<td>191 282,81</td>
<td>114 957,62</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Receta corrente</strong></td>
<td>138 188 301,90</td>
<td>126 039 239,47</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Receita Fiscal</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Impostos direitos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Impostos indiretos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Contribuições para a segurança social, CGA e seguranças sociais individuais</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Taxas, multas e outras penalidades</td>
<td>22 037 144,28</td>
<td>24 768 707,20</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Recursos de propriedade</td>
<td>0,00</td>
<td>277,88</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências Correntes</td>
<td>110 133 061,58</td>
<td>90 622 755,53</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administrações Públicas</td>
<td>69 665 510,06</td>
<td>71 657 255,42</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administração Central - Estado</td>
<td>68 017 249,03</td>
<td>63 305 322,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administração Central - Outras entidades</td>
<td>5 041 250,14</td>
<td>8 329 257,42</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>23 750,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Estato - UE</td>
<td>36 822 255,00</td>
<td>16 125 250,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras</td>
<td>1 444 000,00</td>
<td>2 031 227,32</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Venda de bens e serviços</td>
<td>6 214 120,92</td>
<td>10 812 305,26</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras</td>
<td>129 257,11</td>
<td>2 343 650,62</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Operações de capital</strong></td>
<td>12 926 799,23</td>
<td>16 744 312,49</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Venda de bens de investimento</td>
<td>58,45</td>
<td>2 960,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências de Capital</td>
<td>12 991 883,46</td>
<td>16 715 403,52</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administrações Públicas</td>
<td>12 893 732,05</td>
<td>15 577 674,25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administração Central - Estado</td>
<td>12 893 732,05</td>
<td>15 577 674,25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Segurança Social</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>23 750,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Estato - UE</td>
<td>4 264,54</td>
<td>18 314,20</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras</td>
<td>23 060,00</td>
<td>1 102 055,28</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros receitas de capital</td>
<td>5 615,30</td>
<td>5 480,77</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Reprodução não abolidas aos pagamentos</td>
<td>47 697,47</td>
<td>752 875,99</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Despesa corrente</strong></td>
<td>144 948 258,09</td>
<td>138 509 436,50</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas com pessoal</td>
<td>90 439 730,02</td>
<td>93 950 923,88</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Remunerações Certas e Permanentes</td>
<td>70 389 562,36</td>
<td>74 329 808,45</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos Variáveis ou Eventuais</td>
<td>1 289 104,74</td>
<td>1 745 708,73</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas com bens e serviços</td>
<td>23 995 232,49</td>
<td>29 282 304,67</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras despesas correntes</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Operações de capital</strong></td>
<td>128 292 000,11</td>
<td>118 740 561,92</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas com pessoal</td>
<td>96 549 570,40</td>
<td>101 328 799,02</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Remunerações Certas e Permanentes</td>
<td>82 786 560,00</td>
<td>89 712 865,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos Variáveis ou Eventuais</td>
<td>199 069,11</td>
<td>299 708,11</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas com bens e serviços</td>
<td>25 762 860,47</td>
<td>27 725 001,92</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras despesas correntes</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

### 8.1.1. Operações de tesouraria

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica</th>
<th>2020 Consolidado</th>
<th>2019 Consolidado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Operações de tesouraria (6)</td>
<td>131 485,61</td>
<td>129 257,11</td>
</tr>
<tr>
<td>Receita efetiva (2)</td>
<td>151 363 008,14</td>
<td>143 760 410,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Receita não efetiva (3)</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Receita com ativos financeiros</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Receita com passivos financeiros</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Soma (4)=(1)+(2)+(3)</strong></td>
<td>140 980 112,77</td>
<td>160 769 481,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Saldo de tesouraria (5)</strong></td>
<td>131 485,61</td>
<td>129 257,11</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 8.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas

#### Entidade: Grupo Público UMinho

**Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica</th>
<th>LIQUIDADÕES</th>
<th>2020 Consolidado</th>
<th>2019 Consolidado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Receita corrente</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>R1</td>
<td>Receita Fiscal</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R11</td>
<td>Impostos direitos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R12</td>
<td>Impostos indiretos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R2</td>
<td>Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R3</td>
<td>Taxas, multas e outras penalidades</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R4</td>
<td>Rendimentos de propriedade</td>
<td>32 077 146,30</td>
<td>37 357 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R5</td>
<td>Transferências Correntes</td>
<td>90 580 320,67</td>
<td>97 770 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R51</td>
<td>Administrações Públicas</td>
<td>71 674 300,42</td>
<td>80 000 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R512</td>
<td>Administração Central - Outras entidades</td>
<td>10 902 620,25</td>
<td>10 000 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R513</td>
<td>Segurança Social</td>
<td>17 784 000,00</td>
<td>19 000 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R514</td>
<td>Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R515</td>
<td>Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R52</td>
<td>Externo - UE</td>
<td>10 227 700,00</td>
<td>10 227 700,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R6</td>
<td>Venda de bens e serviços</td>
<td>11 055 455,60</td>
<td>11 055 455,60</td>
</tr>
<tr>
<td>R7</td>
<td>Outras receitas correntes</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Receita de capital</strong></td>
<td>12 926 690,78</td>
<td>16 121 393,14</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>R8</td>
<td>Venda de bens de investimento</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R9</td>
<td>Transferências de capital</td>
<td>16 121 393,14</td>
<td>16 121 393,14</td>
</tr>
<tr>
<td>R91</td>
<td>Administrações Públicas</td>
<td>15 577 674,25</td>
<td>15 577 674,25</td>
</tr>
<tr>
<td>R912</td>
<td>Administração Central - Outras entidades</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R913</td>
<td>Segurança Social</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R914</td>
<td>Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R915</td>
<td>Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R92</td>
<td>Externo - UE</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R93</td>
<td>Outros</td>
<td>5 167 300,42</td>
<td>5 167 300,42</td>
</tr>
<tr>
<td>R10</td>
<td>Outras receitas de capital</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>R11</td>
<td>Reparação não atribuída aos pagamentos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Despesas (1)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica</th>
<th>OBRIGAÇÕES</th>
<th>2020 Consolidado</th>
<th>2019 Consolidado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>D1</td>
<td>Despesas com pessoal</td>
<td>56 613 241,76</td>
<td>66 000 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D11</td>
<td>Remunerações Certas e Pormenores</td>
<td>37 290 290,00</td>
<td>37 290 290,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D12</td>
<td>Abono Variáveis ou Eventuais</td>
<td>3 500 000,00</td>
<td>3 500 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D13</td>
<td>Segurança Social</td>
<td>11 940 000,00</td>
<td>11 940 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D14</td>
<td>Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D15</td>
<td>Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D16</td>
<td>Administração Central - Outras entidades</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D17</td>
<td>Segurança Social</td>
<td>15 774 300,00</td>
<td>15 774 300,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D18</td>
<td>Transferências de capital</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D19</td>
<td>Administração Central - Estado</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D20</td>
<td>Administração Central - Outras Entidades</td>
<td>2 221 083,74</td>
<td>2 221 083,74</td>
</tr>
<tr>
<td>D21</td>
<td>Segurança Social</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D22</td>
<td>Fornecedores</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D23</td>
<td>Juros e outros encargos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D3</td>
<td>Adiantamentos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D4</td>
<td>Aquisição de bens e serviços</td>
<td>32 719 228,09</td>
<td>32 719 228,09</td>
</tr>
<tr>
<td>D41</td>
<td>Administrações Públicas</td>
<td>15 774 300,00</td>
<td>15 774 300,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D411</td>
<td>Administração Central - Estado</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D412</td>
<td>Administração Central - Outras Entidades</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D413</td>
<td>Segurança Social</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D414</td>
<td>Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D415</td>
<td>Administração Local</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D42</td>
<td>Instituições sem fins lucrativos</td>
<td>3 122 300,00</td>
<td>3 122 300,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D43</td>
<td>Fornecedores</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D44</td>
<td>Outras</td>
<td>2 417 300,00</td>
<td>2 417 300,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D45</td>
<td>Subsídios</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D46</td>
<td>Outras despesas correntes</td>
<td>272 500,00</td>
<td>272 500,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Despesas de Capital (2)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica</th>
<th>2020 Consolidado</th>
<th>2019 Consolidado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>D7</td>
<td>Investimento</td>
<td>9 681 028,79</td>
</tr>
<tr>
<td>D8</td>
<td>Transferências de capital</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D81</td>
<td>Administrações Públicas</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D811</td>
<td>Administração Central - Estado</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D812</td>
<td>Administração Central - Outras Entidades</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D813</td>
<td>Segurança Social</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D814</td>
<td>Administração Regional</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D815</td>
<td>Administração Local</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D82</td>
<td>Outras</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D9</td>
<td>Outras despesas de capital</td>
<td>0,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Receita efetiva (1)

150 905 634,46

#### Despesa efetiva (2)

158 984 956,17

#### Receita efetiva (3)+(4)

150 905 634,46

#### Despesa efetiva (5)+(6)

159 046 956,17

#### Receita total (3)+(4)+(5)+(6)

150 905 634,46

#### Despesa total (7)+(8)+(9)+(10)

159 046 956,17

#### Entidade Monetária: Euro

**Grupo Público UMinho**

Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2020
8.3. Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas

Introdução

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública, concretamente a NCP 26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

De acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24) o perímetro de consolidação das Administrações Públicas compreende as entidades que em cada período contabilístico integrem o OE. Assim, o perímetro de consolidação orçamental do Grupo Público UMinho compreende a UMinho (como entidade mãe) e os SASUM. Relativamente aos SASUM importa referir que em consonância com os Estatutos da UMinho, estes gozam de autonomia administrativa e financeira, e prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no Campus de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Nos termos do exposto na NCP 26 (§§ 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações, para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

Assim, na UMinho aplicou-se o método da consolidação simples aos SASUM, pois são controlados a 100% pela entidade-mãe, sendo que a agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações foram efetuadas pela totalidade das transações entre as duas entidades.

Por fim, tendo em consideração que a NCP 26 do normativo vigente não prevê a elaboração do Anexo Orçamental Consolidado, assim como qualquer divulgação sobre as demonstrações orçamentais consolidadas, tal documento reveste-se de natureza voluntária, com o objetivo de permitir uma melhor compreensão pelos utilizadores das demonstrações orçamentais do Grupo Público UMinho.
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

9.1. Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>RUBRICAS</th>
<th>NOTAS</th>
<th>SNC-AP  31/12/2020</th>
<th>SNC-AP  31/12/2020 (Reexpresso)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ATIVO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativo não corrente</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
<td>5</td>
<td>138 633 719,01</td>
<td>137 430 055,41</td>
</tr>
<tr>
<td>Propriedades de investimento</td>
<td>8</td>
<td>926 657,37</td>
<td>943 031,15</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos intangíveis</td>
<td>3</td>
<td>785 308,75</td>
<td>756 571,27</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos financeiros - MEP</td>
<td>9,18,20,22</td>
<td>5 714 595,39</td>
<td>4 404 115,43</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos financeiros - Custo</td>
<td>9,18,20,22</td>
<td>318 015,88</td>
<td>36 636,98</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros ativos financeiros</td>
<td>18</td>
<td>0,00</td>
<td>95 888,09</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos por impostos diferidos</td>
<td>10</td>
<td>2 103,34</td>
<td>1 955,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>148 380 551,61</td>
<td>143 378 332,54</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ATIVO CORRENTE</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Inventário</td>
<td>10</td>
<td>226 416,75</td>
<td>229 402,75</td>
</tr>
<tr>
<td>Dívidas a longo prazo</td>
<td>10</td>
<td>10 637 790,00</td>
<td>9 737 580,03</td>
</tr>
<tr>
<td>Clientes, contribuintes e outros remunerados</td>
<td>3,18</td>
<td>21 675 324,35</td>
<td>24 080 023,43</td>
</tr>
<tr>
<td>Estado e outros entes públicos</td>
<td>18</td>
<td>2 793,31</td>
<td>5 268,51</td>
</tr>
<tr>
<td>Acionistas e associados</td>
<td>18</td>
<td>2 500,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros contas a receber</td>
<td>18</td>
<td>501 141,60</td>
<td>779 534,79</td>
</tr>
<tr>
<td>Diferimentos</td>
<td>23</td>
<td>20 340,05</td>
<td>400 000,52</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e depósitos</td>
<td>1,16</td>
<td>16 580 571,71</td>
<td>17 194 039,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>50 432 730,44</td>
<td>52 889 544,56</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Patrimônio/Capital</td>
<td>18</td>
<td>140 624 454,39</td>
<td>140 624 454,39</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultados transitados</td>
<td>18</td>
<td>-68 178 641,64</td>
<td>-68 736 475,84</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajustamentos em ativos financeiros</td>
<td>18</td>
<td>5 154 061,43</td>
<td>3 194 224,35</td>
</tr>
<tr>
<td>Excedentes de revalorização</td>
<td>18</td>
<td>3 975,45</td>
<td>36 553,09</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras variações no patrimônio líquido</td>
<td>18</td>
<td>63 537 723,06</td>
<td>70 145 557,11</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado líquido do período</td>
<td>18</td>
<td>-1 129 371,21</td>
<td>1 104 207,44</td>
</tr>
<tr>
<td>Interesses que não controlam</td>
<td>18</td>
<td>906 102,74</td>
<td>977 988,88</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</strong></td>
<td></td>
<td>145 808 115,13</td>
<td>147 382 567,43</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL DO PASSIVO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Provisões</td>
<td>15</td>
<td>771 246,06</td>
<td>502 620,21</td>
</tr>
<tr>
<td>Financiamentos obidos</td>
<td>18</td>
<td>38 645,55</td>
<td>142 159,03</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras contas a pagar</td>
<td></td>
<td>101 994,60</td>
<td>137 433,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>916 885,22</td>
<td>862 312,38</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL DO PASSIVO</strong></td>
<td></td>
<td>51 005 166,92</td>
<td>48 481 279,67</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO</strong></td>
<td></td>
<td>196 813 282,05</td>
<td>195 863 847,10</td>
</tr>
</tbody>
</table>
9.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>RENÚNCIAS E GASTOS</th>
<th>NOTAS</th>
<th>SNC-AP 31/12/2020</th>
<th>SNC-AP 31/12/2019 (Em Euros)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Impostos e taxas</td>
<td>13</td>
<td>22 520 090,03</td>
<td>26 079 400,53</td>
</tr>
<tr>
<td>Vendas</td>
<td>13</td>
<td>733 938,58</td>
<td>1 982 378,43</td>
</tr>
<tr>
<td>Projetos de serviços</td>
<td>14</td>
<td>2 206 422,81</td>
<td>10 498 848,18</td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências remanescentes, obídos</td>
<td>14</td>
<td>116 000 000,00</td>
<td>122 000 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos/Gastos imputados, de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos</td>
<td>22</td>
<td>267 000,00</td>
<td>229 342,76</td>
</tr>
<tr>
<td>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</td>
<td>10</td>
<td>-810 874,88</td>
<td>-3 154 834,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecedores e serviços externos</td>
<td>23</td>
<td>-22 321 271,67</td>
<td>30 268 107,92</td>
</tr>
<tr>
<td>Gasto com pessoal</td>
<td>19</td>
<td>-101 267 359,70</td>
<td>-96 783 245,29</td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências e subsídios concedidos</td>
<td>23</td>
<td>-10 000 000,00</td>
<td>-10 000 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Prestações sociais</td>
<td>23</td>
<td>6 083,00</td>
<td>9 842,90</td>
</tr>
<tr>
<td>Impostos devido a empresa (perdas/reversões)</td>
<td>9</td>
<td>-1 600 000,00</td>
<td>77 934,57</td>
</tr>
<tr>
<td>Provisões (aumentos/reduções)</td>
<td>15</td>
<td>-194 000,00</td>
<td>-50 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Impostos de invenário não depreciados/amortizados (perdas/reversões)</td>
<td>9,13,22</td>
<td>-30 000,00</td>
<td>-4 907,97</td>
</tr>
<tr>
<td>Aumentos/reduções de gasto útil</td>
<td>9,13,22</td>
<td>-30 000,00</td>
<td>-4 907,97</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros rendimentos e gastos</td>
<td>13,14</td>
<td>7 740 467,64</td>
<td>5 971 753,44</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</td>
<td></td>
<td>7 540 857,87</td>
<td>9 133 832,28</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos/reversões de depreciação e amortização</td>
<td>3,5,8</td>
<td>-8 528 315,64</td>
<td>-8 628 268,73</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e rendimentos similares obtidos</td>
<td>18</td>
<td>-582 454,66</td>
<td>1 156 573,95</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e rendimentos similares sofridos</td>
<td>23</td>
<td>224,12</td>
<td>204,34</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</td>
<td></td>
<td>-582 454,66</td>
<td>1 156 573,95</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado operacional</td>
<td></td>
<td>-582 454,66</td>
<td>1 156 573,95</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado antes de Impostos</td>
<td>13</td>
<td>-1 157 076,55</td>
<td>1 128 361,49</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto sobre a rendimento</td>
<td></td>
<td>-1 208 607,28</td>
<td>1 113 093,29</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado líquido do período</td>
<td></td>
<td>-1 208 607,28</td>
<td>1 113 093,29</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Sistema de capital da entidade-erva</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Capital</td>
</tr>
<tr>
<td>Interesse</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado líquido do período</td>
</tr>
</tbody>
</table>
9.3. Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>Entidade: Grupo Público UMinho</th>
<th>Demonstração dos Resultados por Funções do Período findo 31 de dezembro de 2020</th>
<th>Unidade Monetária: Euro</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>RENDIMENTOS E GASTOS</strong></td>
<td><strong>Ensino</strong></td>
<td><strong>Investigação</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos diretos</td>
<td>91 039 191,72</td>
<td>50 014 382,93</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos diretos</td>
<td>82 972 103,90</td>
<td>48 254 356,83</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Margem de contribuição direta</strong></td>
<td><strong>8 067 087,82</strong></td>
<td><strong>1 760 026,10</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos indiretos</td>
<td>821 088,75</td>
<td>477 523,26</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos indiretos</td>
<td>6 706 827,71</td>
<td>3 900 611,67</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado bruto do período</strong></td>
<td><strong>2 181 348,86</strong></td>
<td><strong>-1 662 962,30</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos gerais</td>
<td>88 029,73</td>
<td>586 543,36</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos não incorporados</td>
<td>28 198,83</td>
<td>26 422,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos administrativos</td>
<td>394 337,97</td>
<td>28 198,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos financeiros</td>
<td>10 000,74</td>
<td>28 198,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros gastos</td>
<td>195 771,82</td>
<td>28 198,83</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado antes de impacto</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Impacto sobre o rendimento</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado líquido do período atribuível a:</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Detentores do capital da entidade-mãe</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Interesses que não controlam</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
# 9.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2020

**Entidade: Grupo Público UMinho**

Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>Notas</th>
<th>Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe</th>
<th>Unidade Monetária: Euro</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Capital / Património Realizado</td>
<td>Resultados Transitados</td>
</tr>
<tr>
<td>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</td>
<td>(1)</td>
<td>140 621 464,39</td>
<td>-68 736 475,84</td>
</tr>
<tr>
<td>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</td>
<td></td>
<td>Excedentes de revalorização e respetivas variações</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Outras alterações reconhecidas no Património Líquido</td>
<td>18</td>
<td>-94 593,63</td>
</tr>
<tr>
<td>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</td>
<td>(2)</td>
<td>456 834,20</td>
<td>2 009 837,07</td>
</tr>
<tr>
<td>RESULTADO INTEGRAL</td>
<td>(3)</td>
<td>140 621 464,39</td>
<td>-68 736 475,84</td>
</tr>
<tr>
<td>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</td>
<td>(4)</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</td>
<td>(5)</td>
<td>140 621 464,39</td>
<td>-68 279 641,64</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Entidade: Grupo Público UMinho**

Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2019

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>Notas</th>
<th>Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe</th>
<th>Unidade Monetária: Euro</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Capital / Património Realizado</td>
<td>Resultados Transitados</td>
</tr>
<tr>
<td>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</td>
<td>(1)</td>
<td>140 621 464,39</td>
<td>-67 821 028,63</td>
</tr>
<tr>
<td>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</td>
<td></td>
<td>Primeira adoção de novo referencial contabilístico</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Excedentes de revalorização e respetivas variações</td>
<td></td>
<td>1 501,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Outras alterações reconhecidas no Património Líquido</td>
<td></td>
<td>-916 949,20</td>
</tr>
<tr>
<td>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</td>
<td>(2)</td>
<td>-915 447,21</td>
<td>68 929,54</td>
</tr>
<tr>
<td>RESULTADO INTEGRAL</td>
<td>(3)</td>
<td>140 621 464,39</td>
<td>-67 821 028,63</td>
</tr>
<tr>
<td>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</td>
<td>(4)</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</td>
<td>(5)</td>
<td>140 621 464,39</td>
<td>-68 736 475,84</td>
</tr>
</tbody>
</table>
# 9.5. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2020

## Entidade: Grupo Público UMinho

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2020

### Unidade Monetária: Euro

<table>
<thead>
<tr>
<th>RÚBRICAS</th>
<th>NOTAS</th>
<th>Período</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>SNC-AP</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2020</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades operacionais</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Recebimentos de clientes</td>
<td>8 924 704,87</td>
<td>55 715 249,09</td>
</tr>
<tr>
<td>Recebimentos de clientes</td>
<td>22 037 144,28</td>
<td>24 764 238,12</td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos a fornecedores</td>
<td>25 207 078,72</td>
<td>36 033 578,37</td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos ao pessoal</td>
<td>83 580 294,11</td>
<td>79 186 782,79</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa gerada pelas operações</td>
<td>-77 825 523,68</td>
<td>-34 740 873,95</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros recebimentos/pagamentos</td>
<td>72 722 805,01</td>
<td>40 071 927,40</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</strong></td>
<td></td>
<td>5 331 053,45</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades de investimento</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos respeitantes a:</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
<td>7 736 511,28</td>
<td>5 521 761,03</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos intangíveis</td>
<td>466 549,31</td>
<td>236 688,72</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos financeiros</td>
<td>35 554,33</td>
<td>7 507,43</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros activos</td>
<td>0,00</td>
<td>4 815,39</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Recebimentos provenientes de:</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
<td>5 663,83</td>
<td>8 908,77</td>
</tr>
<tr>
<td>Subsídios ao investimento</td>
<td>34 548,52</td>
<td>15 599,94</td>
</tr>
<tr>
<td>Transferência de capital</td>
<td>12 921 085,40</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e rendimentos similares</td>
<td>19,95</td>
<td>304,34</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</strong></td>
<td>4 722 702,78</td>
<td>-5 745 959,52</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Recebimentos provenientes de:</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Financiamentos obtidos</td>
<td>180 283,74</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital</td>
<td>2 500,00</td>
<td>101 000,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Pagamentos respeitantes a:</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Financiamentos obtidos</td>
<td>1 843,65</td>
<td>6 545,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e gastos similares</td>
<td>2 415,21</td>
<td>531,12</td>
</tr>
<tr>
<td>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital</td>
<td>1 788,24</td>
<td>28 376,27</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</strong></td>
<td>176 736,64</td>
<td>65 546,62</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</strong></td>
<td>-203 279,25</td>
<td>-349 359,45</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e seus equivalentes no início do período</td>
<td>17 194 091,02</td>
<td>17 543 450,47</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e seus equivalentes no fim do período</td>
<td>16 990 811,77</td>
<td>17 194 091,02</td>
</tr>
</tbody>
</table>
9.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2020

As notas às demonstrações financeiras consolidadas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, e cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo omissas as notas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras.

Os membros do Conselho de Gestão que assinam o presente relatório, declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Público.

Os valores encontram-se expressos em Euros.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabílístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública.

Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas da UMinho, o Grupo Público UMinho é constituído pelas participadas identificadas na figura infra.

![Figura 8 - Grupo Público UMinho](image)

O perímetro de consolidação financeiro é constituído de entre as entidades identificadas na Figura 8, apenas pelas participadas nas quais a UMinho detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).
Nos termos do exigido pela NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, e de modo a cumprir o objetivo de relato transparente, procede-se à divulgação das informações referentes aos interesses nas entidades participadas, bem como a outra informação de cariz voluntário, que se entendeu relevante para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho.

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho corresponde ao ano civil de 2020 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020), devendo ser aprovadas até ao final do mês de junho de 2021.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras Consolidadas

a) Referencial contabilístico

Em 2020 e em coerência com o verificado no ano transato, o Grupo Público UMinho adotou como referencial contabilístico o SNC-AP, que tem permitido dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro eficiente e convergente com os sistemas adotados a nível internacional.

O SNC-AP foi preparado pelo Comité de Normalização Contabilística Público da Comissão de Normalização Contabilística, com o objetivo de proporcionar informação mais completa sobre o desempenho, a eficácia e a eficiência das Administrações Públicas, aumentando assim a transparência, a credibilidade e a comparabilidade das contas públicas, quer a nível nacional, quer a nível europeu e internacional. Além disso, e conforme exposto no preâmbulo do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o SNC-AP, este Sistema veio permitir implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das Administrações Públicas, articulando-a com a base de caixa modificada, estabelecendo assim os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base do acréscimo. O SNC-AP promove a harmonização contabilística, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das Administrações Públicas.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura conceitual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, numa norma relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

De acordo com o preceituado no art.º 13º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
b) O SNC;
c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-AP.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo a 31 de dezembro de 2020, são comparáveis com as do período anterior. Em prol da imagem verdadeira e apropriada que deve presidir à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e por forma a garantir a comparabilidade, as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 foram reexpressas.

NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

A FAQ 42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos”, emitida pela CNC, em 22 de dezembro de 2020, vem esclarecer que “A mera aprovação ou homologação da candidatura dificilmente cumpre com a definição de ativo da Estrutura Conceitual, enquanto recurso controlado decorrente de acontecimentos passados, uma vez que a capacidade para utilizar os benefícios económicos provenientes do recurso em causa (§93) está condicionada ao cumprimento dos critérios que lhe permitem a constituição do direito ao efetivo financiamento (v.g. regras de elegibilidade).”

Assim, o reconhecimento dos direitos a receber relativos aos contratos de financiamento referentes a projetos de I&D, não são efetuados pela assinatura do contrato, mas pela submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho entende que se encontram cumpridas as condições para o reconhecimento do ativo. Nesta conformidade foram reexpressas as demonstrações financeiras consolidadas do período de 2019, nas seguintes rubricas:
d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários do Grupo Público UMinho. Importa referir que, de acordo com o previsto no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 5 de junho, conjugado com o previsto no art.º 115.º do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e no art.º 160.º da Lei do OE/2020, Lei n.º 2/2020, de 31 de dezembro, e no art.º 115, Decreto-Lei n.º 39/2020, de 16 de setembro, o Grupo Público UMinho está obrigado a manter um limite mínimo de saldo na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), tendo para o efeito, a 31 de dezembro de 2020, um saldo à ordem no Tesouro, no montante de cerca 6,2 M€.

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

<table>
<thead>
<tr>
<th>Conta</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Caixa</td>
<td>5 926,77</td>
<td>4 343,22</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos à Ordem</td>
<td>16 557 294,62</td>
<td>16 736 261,38</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos bancários à ordem</td>
<td>10 343 238,10</td>
<td>8 763 123,31</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos à ordem no Tesouro</td>
<td>6 214 056,52</td>
<td>7 973 138,07</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos a prazo</td>
<td>200 190,63</td>
<td>203 503,75</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos consignados</td>
<td>79 293,03</td>
<td>63 029,11</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos de garantias e cauções</td>
<td>148 106,72</td>
<td>186 953,56</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total caixa e depósitos</strong></td>
<td><strong>16 990 811,77</strong></td>
<td><strong>17 194 091,02</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das participadas que compõem o Grupo Público UMinho, tendo em consideração as disposições do SNC-AP, mais concretamente, a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros, a qual é a moeda funcional.

a) **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ativo Fixo Tangível</th>
<th>Vida Útil Estimada CC2</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>10 a 100 anos</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento básico</td>
<td>4 a 10 anos</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento de transporte</td>
<td>4 a 10 anos</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento administrativo</td>
<td>4 a 8 anos</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros ativos fixos tangíveis</td>
<td>2 a 8 anos</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O período de vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis, é definido, atendendo aos seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo;
- Desgaste físico esperado, o qual depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo; e
- Limites de natureza legal ou outra, sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

De referir que para a generalidade dos seus ativos, o Grupo Público UMinho utiliza as vidas úteis que se encontram estabelecidas no Classificador Complementar 2 (CC2).
Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os edifícios classificados como bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, encontram-se reconhecidos pelo seu valor de aquisição, ou pelo valor das grandes reparações neles efetuadas. Contudo, em virtude de não ser possível mensurar o seu valor com fiabilidade, estes não se encontram a ser depreciados, situação que causaria uma distorção ainda maior nas demonstrações financeiras.

Devido à atividade do Grupo Público UMinho, em particular na área de investigação e desenvolvimento, os ativos adquiridos para projetos de investigação poderão ter uma vida útil inferior à estabelecida no CC2, decorrente do desgaste excessivo e obsolescência tecnológica, uma vez que a investigação realizada, para ser competitiva, necessita de equipamento de topo e vanguarda. As vidas úteis diferentes das recomendadas pelo CC2 necessitam de ser aprovadas em sede de Conselho de Gestão.

O ganho ou a perda do desreconhecimento de ativos fixos tangíveis, que resulte de alienação ou abate, deve ser determinado pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de extrato lucrativo, sendo efetuadas contabilizadas como rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As despesas de pesquisa e de manutenção são reconhecidas nos resultados dos períodos em que são incorridas.

As despesas de pesquisa e de manutenção são reconhecidas nos resultados dos períodos em que são incorridas.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 44 - Vida útil das propriedades de investimento</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
</tr>
<tr>
<td>--------------------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>50 anos</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O período de vida útil das propriedades de investimento é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores anteriornamente referidos, para os ativos fixos tangíveis.

b) **Propriedades de Investimento**

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 45 - Vida útil do ativo intangível</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ativo Intangível</td>
</tr>
<tr>
<td>Programas de computador e sistemas de informação</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O período de vida útil dos ativos intangíveis é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores referidos para os ativos fixos tangíveis.

d) **Investimentos Financeiros**

Os investimentos em associadas estão valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais a entidade exerce influência significativa, geralmente investimentos representando uma percentagem de controlo entre 20% e 50% do capital de uma entidade, e não são Empreendimentos Conjuntos.

Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.
De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são reconhecidas pelo custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das entidades associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas e outras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecida uma perda na demonstração dos resultados, sempre que tal se confirme. Quando a proporção da entidade nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontrar reconhecido, o investimento é reportado por valor nulo, enquanto o capital próprio da entidade associada não for positivo, exceto quando a entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, reconhecendo nesses casos uma provisão na rubrica do passivo Provisões, para fazer face a essas obrigações. Os ganhos não realizados em transações com entidades associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da entidade nas mesmas, por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similaresmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade. A entidade utiliza o modelo do custo para participações financeiras em outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional, geralmente percentagens de controlo inferiores a 20% do capital social, onde não tem condições para determinar o justo valor de forma flável, designadamente participações financeiras em entidades com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

e) Locações

As locações são classificadas como finanças ou operacionais, consoante a substância dos contratos que lhes está subjacente. Assim, se um contrato transferir substancialmente todos os riscos e vantagens da posse de um ativo para o Grupo Público UMinho, a locação é classificada como financeira. Caso contrário, a locação é classificada como operacional. Decorrente do exposto, e considerando que a descrição dos fenómenos económicos observa a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, que nem sempre é coincidente com a sua forma legal, os ativos adquiridos, através de contratos de locação financeira, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, contabilizando-se as respetivas depreciações e as liquidações dos valores das rendas. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que se referem. Os ativos fixos tangíveis com contratos de locação são depreciados durante o prazo de locação ou durante a sua vida útil, dependendo do critério que apresentar o período mais curto (§30 e 31 NCP 6).

f) Imparidade de Ativos

Em cada data de relato o Grupo Público UMinho analisa se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fiavelmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indício de que os mesmos poderem estar em imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine a existência da necessidade do reconhecimento de alguma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrente do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida em gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente. Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando se conclui que tais perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido, sendo reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados por naturezas do período. Contudo, tal reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

g) Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros. O Grupo Público UMinho reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado e apresentados no balanço, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses pasivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir todos os seus passivos.

h) Rendimentos e Gastos

O Grupo Público UMinho aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações tendo em conta o prescrito na NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e na NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

**Vendas e prestações de serviços**

As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias, ao regime de acréscimo.

Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- O rendimento possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo Público UMinho;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da compra forem transferidos para o comprador;
- A entidade não mantenha qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O rendimento possa ser favelmente mensurado;
- Seja provável que fluirão para o Grupo Público UMinho benefícios económicos associados à transação;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- Os gastos sejam mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

**Impostos e taxas**

Na contabilidade da entidade-mãe, UMinho, o valor total das propinas referente ao ano letivo é reconhecido como dívida do estudante (crédito da UMinho) no momento da sua inscrição, sendo que, 4/12 (setembro a dezembro) são reconhecidos como rendimentos do período (ano de inscrição) e, os restantes 8/12, são diferidos e reconhecidos como rendimento do ano seguinte, em consonância com o ano letivo e de acordo com o regime de acréscimo.

**Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo Público UMinho cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do OE é atribuída anualmente e reconhecida numa base mensal como rendimento do Grupo Público.

As transferências e subsídios obtidos no âmbito de projetos de I&D, de acordo com o exposto na FAQ 42, emitida a 22 de dezembro de 2020, são reconhecidas no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida.
Grupo Público UMinho
Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2020

Ainda, tendo em consideração a FAQ 42, as transferências e subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são reconhecidos no património líquido aquando da aquisição destes ativos, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas (“Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) na proporção das respetivas depreciações e amortizações, durante a vida útil dos respectivos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não deprecianíveis, são mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências e subsídios reembolsáveis são contabilizados no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Os gastos com os fornecimentos e serviços externos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços. No que diz respeito aos ativos adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu rendimento é mensurado e reconhecido pelo seu justo valor à data de aquisição.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas à data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Grupo Público UMinho não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo, caso considere como prováveis os benefícios económicos que daí possam resultar. Quando a sua realização for praticamente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j) Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, assim como, outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados, classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o regime de acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vencem os respetivos direitos.

k) Partes relacionadas

O Grupo Público UMinho identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação sobre as transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho;
- O Conselho de Gestão da UMinho;
- O Fiscal Único da UMinho; e
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Grupo Público UMinho, nomeadamente o Ministério das Finanças e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como o Tribunal de Contas, a UniLEO e a Comissão de Normalização Contabilística.

l) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a entidade-mãe, UMinho, e os SASUM, gozam de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS. Consequentemente, estas entidades não estão obrigadas a entregar a declaração anual de rendimentos, modelo 22 do IRC.
2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram consideradas as demonstrações financeiras separadas de cada entidade controlada, nas quais foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos pelo seu Órgão de Gestão que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Grupo Público UMinho aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o Órgão de Gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público UMinho;
- Refletem a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes; e
- Sejam completas em todos os seus aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Reconhecimento de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes; e
- Especializações diversas.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir dos livros e registos das entidades que integram o Grupo Público UMinho, numa perspetiva de continuidade da atividade, pois não existe por parte do Órgão de Gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

O Grupo Público UMinho continua a acompanhar em permanência a evolução da pandemia, através dos órgãos competentes, seguindo as recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), assim como de outras entidades com responsabilidade para o efeito. Todavia, face ao atual cenário de incerteza e à rápida evolução da pandemia, em virtude do surgimento de novas variantes, não é possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo, os quais, a existirem, é nossa convicção que não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais o Grupo Público UMinho poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que todas as estimativas desenvolvidas refeitem o melhor critério, dada a informação disponível.

3. Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

Os ativos intangíveis do Grupo Público UMinho compreendem, essencialmente, programas de computador e sistemas de informação.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.
a) Vida útil e métodos de amortização

Nos termos do referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos intangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

Importa referir que à data de relato existem fichas de cadastro actualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta informação relativa à sua vida útil ou taxa de amortização, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

b) Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Variação das amortizações

Durante o período económico de 2020, a decomposição da quantia escriturada e das amortizações dos ativos intangíveis é apresentada na Tabela 46.

Tabela 46 - Ativos intangíveis – Variação da quantia escriturada acumuladas, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Início do período</th>
<th>Final do período</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Quantia bruta</td>
<td>Amortizações acumuladas</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos Intangíveis</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Proj. de desenvolvimento</td>
<td>175 967,91</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Prog. comp. e sist. inf.</td>
<td>4 692 563,74</td>
<td>282 802,56</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos intang. em curso</td>
<td>73 768,71</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>4 942 300,36</strong></td>
<td><strong>4 585 729,09</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Gastos/Reversões de amortizações

Os gastos referentes às amortizações dos ativos intangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada, totalizando um montante de 229.586,78 € em 2020, conforme identificado no ponto seguinte.

e) Quantia escriturada e variações do período

A variação da quantia escriturada dos ativos intangíveis verificada no período económico de 2020 do Grupo Público UMinho, justifica-se pelas aquisições, no montante de 658.402,26 €, e amortizações do período, no montante de 229.586,78 €, conforme evidenciado na Tabela 47.

Tabela 47 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Quantia escriturada inicial</th>
<th>Variações</th>
<th>Quantia escriturada final</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Adições</td>
<td>Amortizações do período</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos Intangíveis</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Programas computador e sistemas de informação</td>
<td>282 802,56 €</td>
<td>397 927,85 €</td>
<td>-229 586,78 €</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos intangíveis em curso</td>
<td>73 768,71 €</td>
<td>260 474,41 €</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>356 571,27 €</strong></td>
<td><strong>658 402,26 €</strong></td>
<td><strong>-229 586,78 €</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

De referir que as adições respeitante a ativos intangíveis, efetuadas pelo Grupo Público UMinho em 2020, referem-se a compras ocorridas no período, bem como a ativos intangíveis em curso.

3.5. Outras divulgações de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Público UMinho utilizava na sua atividade programas de computador, no montante de cerca de 4,2 M€, apesar de se encontrarem totalmente amortizados.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. De referir que o custo de aquisição compreende o custo de compra e quaisquer outros custos necessários e diretamente atribuíveis para colocar o ativo a funcionar da forma pretendida pelo Órgão de Gestão, podendo ainda incluir custos necessários para proceder ao seu desmantelamento e remoção, no final da vida útil.
Relativamente aos gastos subsequentes com os ativos fixos tangíveis, em consonância com o exposto na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, estes poderão ser reconhecidos no ativo, ou diretamente nos resultados do período, dependendo dos benefícios económicos ou potencial de serviço, que o Grupo Público UMinho irá obter com os mesmos.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Tal como referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos fixos tangles, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

Importa referir que à data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo fixo tangível, consta a informação relativa à sua vida útil ou taxa de depreciação, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações

Na Tabela 48 apresenta-se a variação da quantia escriturada respeitantes aos ativos fixos tangíveis, observada no período económico de 2020.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Início do período</th>
<th>Final do período</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Quantia bruta</td>
<td>Depreciações acumuladas</td>
</tr>
<tr>
<td>Bens de domínio público, pat. histórico, art. e cultural</td>
<td>431 091,97</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Edif. e outras construções</td>
<td>320 201,35</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Pat. Hist., artist, e cultural</td>
<td>751 293,32</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros ativos fixos tangíveis</td>
<td>10 374 029,27</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos e rec. naturais</td>
<td>184 522 619,98</td>
<td>50 362 368,34</td>
</tr>
<tr>
<td>Equip. de transporte</td>
<td>10 939 147,96</td>
<td>57 869 285,76</td>
</tr>
<tr>
<td>Equip. de transporte</td>
<td>510 218,24</td>
<td>496 668,23</td>
</tr>
<tr>
<td>Equip. administrativo</td>
<td>7 275 111,10</td>
<td>25 876 823,17</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>10 830 888,44</td>
<td>9 969 174,62</td>
</tr>
<tr>
<td>AFT em curso</td>
<td>277 965,22</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>281 313 082,21</td>
<td>144 574 320,12</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Quantia escriturada inicial</th>
<th>Adições</th>
<th>Variações (modelo custo)</th>
<th>Diminuições</th>
<th>Quantia escriturada final</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Bens de domínio público, patrimonio histórico, artístico e cultural</td>
<td>431 091,97</td>
<td>17 013,37</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>448 105,34</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>320 201,35</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>320 201,35</td>
</tr>
<tr>
<td>Pat. histórico, artístico e cultural</td>
<td>751 293,32</td>
<td>17 013,37</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>768 306,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros ativos fixos tangíveis</td>
<td>10 374 029,27</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>10 374 029,27</td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos e recursos naturais</td>
<td>114 160 253,64</td>
<td>630 316,71</td>
<td>-5 031 903,43</td>
<td>0,00</td>
<td>111 288 666,92</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento básico</td>
<td>10 069 862,20</td>
<td>8 499 965,79</td>
<td>-4 030 457,20</td>
<td>0,00</td>
<td>11 889 370,79</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento de transporte</td>
<td>13 550,01</td>
<td>45 640,00</td>
<td>-10 953,00</td>
<td>-24 750,00</td>
<td>23 487,01</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento administrativo</td>
<td>981 387,93</td>
<td>191 173,25</td>
<td>-562 172,64</td>
<td>0,00</td>
<td>610 388,54</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>861 713,82</td>
<td>96 467,63</td>
<td>-167 085,69</td>
<td>0,00</td>
<td>790 375,76</td>
</tr>
<tr>
<td>AFT em curso</td>
<td>277 965,22</td>
<td>2 611 128,81</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>2 889 094,03</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>137 490 055,41</td>
<td>9 441 705,53</td>
<td>-8 273 291,96</td>
<td>-24 750,00</td>
<td>138 633 719,01</td>
</tr>
</tbody>
</table>

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

As variações ocorridas na quantia escriturada do ativo fixo tangível do Grupo Público UMinho no período de 2020, estão evidenciadas na Tabela 49.
Conforme evidenciado na Tabela 50, as adições de ativos fixos tangíveis registadas pelo Grupo Público UMinho, no período económico de 2020, totalizaram 9.441.705,56 €, não se verificando qualquer aquisição de ativos fixos tangíveis em regime de locação financeira.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Adições</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Compra</td>
</tr>
<tr>
<td>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</td>
<td>17.013,37</td>
</tr>
<tr>
<td>Património histórico, artístico e cultural</td>
<td>630.316,71</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento básico</td>
<td>5.849.965,79</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento de transporte</td>
<td>45.640,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento administrativo</td>
<td>191.173,25</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>96.467,63</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis em curso</td>
<td>2.611.128,81</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>9.441.705,56</td>
</tr>
</tbody>
</table>

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

No período de 2020, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, referentes ao Grupo Público UMinho, ascenderam ao montante de 8.273.291,96 €, tendo sido reconhecidas nos resultados do período, na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidados.

5.6. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis

No período de 2020, o Grupo Público UMinho utilizou na sua atividade os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados constantes na Tabela 51.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Quantia escriturada líquida</th>
<th>Pagamentos efetuados pelo locatário (2020)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Período</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2020</td>
</tr>
<tr>
<td>Chiller, Ed. 3 e 12 Lote II Azurém</td>
<td>58.001,36</td>
<td>33.477,94</td>
</tr>
<tr>
<td>Chiller, Ed. 7 Gualtar</td>
<td>133.654,74</td>
<td>74.471,48</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>254.382,68</td>
<td>144.221,35</td>
</tr>
</tbody>
</table>
À data de relato, o Grupo Público UMinho, como locador, uma vez que os riscos e vantagens da posse do ativo permanecem no locador.

6.2. Locações operacionais – locatários

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Público UMinho classificou os bens presentes na Tabela 55 em regime de locação operacional, uma vez que os riscos e vantagens da posse do ativo permanecem no locador.

6.4. Locações operacionais – locadores

A data de relato, o Grupo Público UMinho, como locador, dispõem dos bens presentes na Tabela 56, como locação operacional (presentes nas divulgações da entidade mãe).
8. Propriedades de investimento

8.1. Divulgações relativas às propriedades de investimento

As divulgações da presente nota são um complemento às informações da nota 6 – locações, onde se encontram identificados todos os contratos de locação celebrados relativamente às propriedades de investimento que o Grupo Público UMinho tinha reconhecidas no seu ativo.

O Grupo Público UMinho possui propriedades de investimento que compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

8.2. Modelo aplicado

No reconhecimento das propriedades de investimento, o Grupo Público UMinho utiliza o modelo do custo. Ou seja, estes ativos são inicialmente mensurados pelo seu custo de aquisição, sendo reconhecidos no balanço consolidado, deduzidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade.

8.6. Propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo

a) Métodos de depreciação usados

O método de depreciação usado pelo Grupo Público UMinho nas propriedades de investimento é o das quotas constantes em regime duodecimal.

b) Vidas úteis ou taxas de depreciação

A vida útil das propriedades de investimento encontra-se em conformidade com a definida pelo CC2 do SNC-AP. De referir que todas as propriedades de investimento são identificadas por uma ficha de cadastro, a qual se encontra permanentemente atualizada e de onde consta informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, ao valor de aquisição, à depreciação acumulada, ao valor líquido, de entre outro tipo de informação.

c) Propriedades de investimento – Variação das depreciações

Durante o período económico de 2020, a quantia escriturada das propriedades de investimento e depreciações acumuladas do Grupo Público UMinho registaram a variação presente, na Tabela 57.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Início do período</th>
<th>Final do período</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Quantia bruta</td>
<td>Depreciaç.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>acumuladas</td>
</tr>
<tr>
<td>Propriedades de Investimento</td>
<td>286 449,07</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos e recursos naturais</td>
<td>930 336,67</td>
<td>267 694,58</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>1 216 785,74</td>
<td>267 694,58</td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Propriedades de investimento – Quantia escriturada e variações do período

Na Tabela 58 identificam-se as variações registadas na quantia escriturada das propriedades de investimento do Grupo Público UMinho, durante o período económico de 2020.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Quantia escriturada inicial</th>
<th>Depreciaç. do período</th>
<th>Quantia escriturada final</th>
<th>Rendas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Propriedades de Investimento</td>
<td>286 449,07</td>
<td>0,00</td>
<td>286 449,07</td>
<td>225 510,39</td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos e recursos naturais</td>
<td>662 642,09</td>
<td>-20 433,79</td>
<td>642 208,30</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>949 091,16</td>
<td>-20 433,79</td>
<td>928 657,37</td>
<td>225 510,39</td>
</tr>
</tbody>
</table>

e) Justo valor de propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Público UMinho encontram-se mensuradas ao modelo de custo, uma vez que não foi determinado o seu justo valor com recurso a avaliação efetuada por um perito avaliador qualificado e independente. No entanto, atendendo ao disposto no ponto 1.3.13 da 2.ª versão do Manual de Implementação do SNC-AP, o "VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Conceitual".
Assim, uma vez que o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho considera o VPT como um indicador que proporciona informação semelhante ao justo valor, divulgá-se na Tabela 59, o VPT das propriedades de investimento:

**Tabela 59 - VPT das propriedades de investimento, em euros**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Propriedades de Investimento</th>
<th>VPT em 2020</th>
<th>VPT em 2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fração CDE Ed. Navegador</td>
<td>111 642,10</td>
<td>111 642,10</td>
</tr>
<tr>
<td>Fração DB Ed. Navegador</td>
<td>237 650,95</td>
<td>237 650,95</td>
</tr>
<tr>
<td>Fração HBA Ed. Navegador</td>
<td>154 158,20</td>
<td>154 158,20</td>
</tr>
<tr>
<td>Prédio Avenida Elias Garcia, nº 43</td>
<td>7 105,00</td>
<td>7 105,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Prédio Avenida Elias Garcia, nº 47</td>
<td>7 105,00</td>
<td>7 105,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Prédio Avenida Elias Garcia, nº 54</td>
<td>1 976 306,50</td>
<td>1 976 306,50</td>
</tr>
<tr>
<td>Ed. R. Francisco Man. Melo</td>
<td>1 207 283,40</td>
<td>1 207 283,40</td>
</tr>
<tr>
<td>Fração D - Lordelo do Ouro</td>
<td>54 786,17</td>
<td>54 786,17</td>
</tr>
<tr>
<td>Fração E - Lordelo do Ouro</td>
<td>49 800,87</td>
<td>49 800,87</td>
</tr>
<tr>
<td>Fração BM – Cedofeita</td>
<td>43 532,73</td>
<td>43 532,73</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>3 849 370,92</strong></td>
<td><strong>3 849 370,92</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

10. **Inventários**

Relativamente aos inventários reconhecidos no Balanço Consolidado do Grupo Público UMinho, apresenta-se nas Tabelas 60 e 61 a sua desagregação e movimentos dos períodos de 2019 e 2020.

**Tabela 60 - Inventários, em euros**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Quantia bruta 2020</th>
<th>Imparidade Acumulada a 31/12/2020</th>
<th>Quantia Escriturada 2020</th>
<th>Quantia Escriturada 2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Mercadorias</td>
<td>59 706,29</td>
<td>0,00</td>
<td>59 706,29</td>
<td>66 538,90</td>
</tr>
<tr>
<td>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</td>
<td>166 713,47</td>
<td>0,00</td>
<td>166 713,47</td>
<td>172 864,85</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>226 419,76</strong></td>
<td><strong>0,00</strong></td>
<td><strong>226 419,76</strong></td>
<td><strong>239 403,75</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Tabela 61 - Movimentos do período, em euros**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Quantia escriturada inicial</th>
<th>Compras Líquidas</th>
<th>Consumos/gastos</th>
<th>Outras reduções de inventários</th>
<th>Quantia escriturada final</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Mercadorias</td>
<td>66 538,90</td>
<td>304 672,26</td>
<td>-296 707,15</td>
<td>-14 709,22</td>
<td>59 794,79</td>
</tr>
<tr>
<td>Matérias-primas, subs. e de consumo</td>
<td>172 864,85</td>
<td>566 581,76</td>
<td>-514 167,73</td>
<td>-58 653,91</td>
<td>166 624,97</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>239 403,75</strong></td>
<td><strong>-871 254,02</strong></td>
<td><strong>-810 874,88</strong></td>
<td><strong>-73 363,13</strong></td>
<td><strong>226 419,76</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Ano 2019**

| Mercadorias                           | 62 185,42                   | 887 641,12       | -879 811,07     | -3 476,57                     | 66 538,90                 |
| Matérias-primas, subs. e de consumo   | 163 352,37                  | 1 302 452,46     | -1 234 723,76   | -58 216,22                    | 172 864,85                |
| **Total**                             | **225 537,79**              | **2 190 093,58** | **-2 114 534,83** | **-61 692,79**               | **239 403,75**            |

13. **Rendimentos de Transações com Contraprestação**

Apresenta-se na Tabela 62 a quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação reconhecida em 2020, pelo Grupo Público UMInho.

**Tabela 62 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>2020</th>
<th>2019 (reexpresso)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Vendas</td>
<td>733 938,58</td>
<td>1 992 378,43</td>
</tr>
<tr>
<td>Prestações de serviços e concessões</td>
<td>8 206 422,81</td>
<td>10 498 843,18</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros rendimentos e ganhos</td>
<td>932 713,70</td>
<td>1 123 291,17</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</td>
<td>324,12</td>
<td>304,34</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>9 873 399,21</strong></td>
<td><strong>13 614 817,12</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

14. **Rendimentos de Transações sem Contraprestação**

Na Tabela 63, apresenta-se o montante de rendimentos de transações sem contraprestação reconhecidos pelo Grupo Público UMInho, durante os períodos de 2019 e 2020, por classes principais de rendimentos.
As taxas, multas e outras penalidades são reconhecidas em rendimentos no ano econômico em que o serviço é prestado ou que se verifica a infração, independentemente da ocorrência do pagamento.

O valor presente na rubrica de transferências sem condição corresponde ao valor transferido do Orçamento do Estado, enquanto a rubrica de subsídios sem condição compreende o valor de subsídios ao investimento que foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano. Este tipo de subsídio é imputado a rendimentos consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes.

O montante presente na rubrica de subsídios com condição reflete os subsídios à exploração que estão relacionados com projetos de I&D. Estes são reconhecidos no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida, tendo em consideração a FAQ 42, emitida pela CNC a 22 de dezembro de 2020, conforme referido na nota 2.

Reforça-se, ainda, o exposto na nota mencionada no parágrafo anterior, pois se os pedidos de pagamento não foram submetidos no mesmo exercício econômico em que foram incorridas as despesas, existirá um desfasamento entre o reconhecimento do gasto e do rendimento, associado ao projeto de I&D.

A rubrica de outros rendimentos compreende, sobretudo, rendimentos que não se enquadram nas outras rubricas, assim como, rendimentos que deveriam ter sido reconhecidos em períodos anteriores.

**15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

**15.1. Provisões**

Em consonância com o exposto na nota 2.1., o Grupo Público UMinho apenas reconhece provisões quando os seus montantes forem fiavelmente mensuráveis e seja provável existir um exfuxe futuro de meios líquidos (caixa). Pelo exposto, no período de 2020 foram constituídas provisões relativas a processos judiciais em curso, no montante de 194.428,75 €, conforme evidenciado na Tabela 64:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Quantia Escriturada Inicial (31/12/2019)</th>
<th>Aumentos</th>
<th>Quantia Escriturada Final (31/12/2020)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Processos judiciais em curso</td>
<td>582 820,21</td>
<td>194 428,75</td>
<td>777 248,96</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>582 820,21</td>
<td>194 428,75</td>
<td>777 248,96</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**15.2. Identificação das provisões**

Da tabela constante do ponto anterior conclui-se que o Grupo Público UMinho tem constituídas provisões num total de 777.248,96 €, as quais estão identificadas na Tabela 65:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição do litígio</th>
<th>Valor proposto das ações</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso</td>
<td>60 002,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Direitos contratuais</td>
<td>1 828,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Direitos laborais</td>
<td>594 785,50</td>
</tr>
<tr>
<td>Impugnação de sanção disciplinar</td>
<td>60 002,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Inimpugnabilidade do ato administrativo</td>
<td>30 000,01</td>
</tr>
<tr>
<td>Oposição a execução fiscal pagamento da propina</td>
<td>15 667,51</td>
</tr>
<tr>
<td>Reconhecimento de habilitações</td>
<td>14 963,94</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>777 248,96</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**15.3. Passivos contingentes**

Na Tabela 66 apresentam-se os passivos contingentes do Grupo Público UMinho, referentes a processos judiciais em curso, os quais, não cumprindo os requisitos para o reconhecimento como provisões, devido ao baixo risco de perda das ações em tribunal, foram apenas alvo de divulgação.
16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 2020, o Grupo Público UMinho contabilizou diferenças de câmbio relativas a divisas a receber de entidades estrangeiras, expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, tendo sido registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de relato, os valores a pagar em moeda estrangeira foram atualizados para a taxa de câmbio em vigor.

17. Acontecimentos Após a Data de Relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão no dia 11 de junho de 2021, pelo Conselho de Gestão da UMinho. De referir que as mesmas serão apreciadas em Conselho Geral no dia 25 de junho de 2021, não existindo no Grupo Público outro órgão deliberativo com poder para alterar as demonstrações financeiras consolidadas.

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras consolidadas são autorizadas para emissão, o Grupo Público UMinho avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas. Neste âmbito, e à data, não são conhecidos quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material para serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do período económico de 2020.

Contudo, em consonância com o descrito na nota 2.4. “Principais pressupostos relativos ao futuro”, importa salientar que o Grupo Público UMinho continua a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes, procurando minimizar os possíveis riscos associados à pandemia da Covid-19. Assim, apesar de este facto não ter qualquer reconhecimento nas presentes demonstrações financeiras, importa divulgar na presente nota que não é possível mensurar com fiabilidade o(s) impacto(s) desta pandemia no período económico de 2021.

Por fim, e apesar de todos os constrangimentos que esta pandemia possa provocar no ano económico de 2021 e seguintes, o Grupo Público tem perspetivado a continuidade da sua atividade, ainda que adaptada a todas as medidas já decretadas e a decretar pela Tutela, pela Direção-Geral da Saúde e por outras instituições públicas, tendo em vista a mitigação da pandemia, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

18. Instrumentos financeiros

A) Investimentos financeiros


A Tabela 68 apresenta informação sobre a aplicação do MEP às entidades associadas do Grupo Público UMinho, divulgando-se, ainda, a quantia escriturada em 31 de dezembro de 2019 e 2020 e o valor das participadas, desagregando o Resultado Líquido do Período (RLP) dos fundos patrimoniais.
B) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No período de 2020 a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público UMinho registou uma variação positiva no montante de 900 210,71 € resultante, essencialmente, do aumento do reconhecimento no período, do direito a receber dos subsídios não reembolsáveis.

Tabela 69 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019 Reexpresso</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis</td>
<td>10 697 790,80</td>
<td>9 797 580,09</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>10 697 790,80</td>
<td>9 797 580,09</td>
</tr>
</tbody>
</table>

C) Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou no período de 2020 o montante de 21.879.924,35 €, evidenciando uma diminuição de 2.189.099,13 € face ao período de 2019, essencialmente decorrente do reconhecimento de perdas por imparidade, da cobrança de propinas aos alunos, mas também da diminuição do valor da propina estabelecida para o ano letivo de 2020/2021, cujo reconhecimento do direito a receber ocorre no momento da emissão da fatura, ou seja, aquando da respetiva inscrição do aluno, sendo o fluxo económico periodizado de acordo com o regime de acréscimo.

Tabela 70 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Clientes, contrib. e utentes</td>
<td>27 070 276,81</td>
<td>21 879 924,35</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>27 070 276,81</td>
<td>21 879 924,35</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A Tabela 71 divulga o montante de perdas por imparidade e as reversões das mesmas do Grupo Público UMinho, tendo em consideração as rubricas de clientes, contribuintes e utentes.

Tabela 71 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas</th>
<th>Imparidade Acumulada 31/12/2019</th>
<th>Variações do Período</th>
<th>Quantia Bruta</th>
<th>Quantia Recuperável</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Constituição Perda por Imparidade</td>
<td>Reversão Perda por Imparidade</td>
<td>Imparidade Acumulada 31/12/2020</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Clientes</td>
<td>883 927,47</td>
<td>350 513,27</td>
<td>15 095,21</td>
<td>3 919 697,13</td>
</tr>
<tr>
<td>Utentes</td>
<td>2 697 354,56</td>
<td>1 425 266,24</td>
<td>151 613,87</td>
<td>3 971 006,93</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>3 581 282,03</td>
<td>1 775 779,51</td>
<td>166 709,08</td>
<td>5 190 352,46</td>
</tr>
</tbody>
</table>

D) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica evidenciava o saldo da conta de devedores por acréscimos de rendimentos no montante de 465 644,48 €, outros devedores no valor de 136 449,62 € e cauções entregues a terceiros no montante de 2 047,50€.

Tabela 72 - Outras contas a receber, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Outras contas a receber</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Acréscimos de rendimentos</td>
<td>465 644,48</td>
<td>707 079,06</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros devedores</td>
<td>136 449,62</td>
<td>72 455,73</td>
</tr>
<tr>
<td>Cauções entregues a terceiros</td>
<td>2 047,50</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>604 141,60</td>
<td>779 534,79</td>
</tr>
</tbody>
</table>
E) Caixa e depósitos

Conforme evidenciado na alínea e) da nota 1.2. “Referencial contabilístico e demonstrações financeiras”, a 31 de dezembro de 2020, o saldo do caixa e depósitos do Grupo Público UMinho apresenta, o montante de 16.990.811,77 € (17.194.091,02 € em 31 de dezembro de 2019), sendo desagregados conforme Tabela 73.

Tabela 73 - Caixa e depósitos, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Caixa e depósitos</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Caixa</td>
<td>5 926,77</td>
<td>4 343,22</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos à ordem</td>
<td>16 557 294,62</td>
<td>16 736 261,38</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos a prazo</td>
<td>200 190,63</td>
<td>203 503,75</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos consignados</td>
<td>79 293,03</td>
<td>63 029,11</td>
</tr>
<tr>
<td>Depósitos de garantias e cauções</td>
<td>148 106,72</td>
<td>186 953,56</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>16 990 811,77</strong></td>
<td><strong>17 194 091,02</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

F) Património líquido

Apresenta-se na Tabela 74 o património líquido do Grupo Público UMinho, à data de 31 de dezembro de 2020, o qual evidencia uma diminuição no montante de 1.574.452,30 € face ao ano de 2019. O Grupo Público UMinho apresentou em 2020 um resultado líquido negativo de 1.129.971,21 €, refletindo uma diminuição de 2.264.192,64 € relativamente a 2019, bem como uma diminuição nas rubricas outras variações no património líquido, excedentes de revalorização e interesses que não controlam. A diminuição verificada nestas duas rubricas não foi compensada pelo aumento ocorrido nas rubricas de ajustamentos em ativos financeiros no montante de 2.009.837,07 €.

De referir que as variações no património líquido decorrem da agregação das rubricas de capital próprio das entidades controladas, assim como da aplicação do método da equivalência patrimonial às participações detidas em entidades associadas.

Tabela 74 - Património líquido, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019 (reexpresso)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Património/Capital</td>
<td>140 621 464,39</td>
<td>140 621 464,39</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultados Transitados</td>
<td>-68 279 641,64</td>
<td>-68 736 475,84</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajustamentos em Ativos Financeiros</td>
<td>5 154 061,43</td>
<td>3 144 224,36</td>
</tr>
<tr>
<td>Excedentes de Revalorização</td>
<td>3 975,46</td>
<td>98 569,09</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras Variações no Património Líquido</td>
<td>68 531 723,96</td>
<td>70 142 597,11</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado Líquido do Período</td>
<td>-1 129 971,21</td>
<td>1 134 221,44</td>
</tr>
<tr>
<td>Interesses que não controlam</td>
<td>906 502,74</td>
<td>977 966,88</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>145 808 115,13</strong></td>
<td><strong>147 382 567,43</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

G) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos do Grupo Público UMinho apresentam em 31 de dezembro de 2020, um total agregado de 331.051,07 € (262 772,31 € em 31 dezembro de 2019), os quais são essencialmente referentes a locações financeiras nos termos da NPC 9 - Locações. A rubrica de financiamentos obtidos é desagregada no balanço consolidado conforme tabela seguinte.

Tabela 75 - Património líquido, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Financiamentos obtidos correntes</td>
<td>292 405,41</td>
<td>120 713,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Financiamentos obtidos não correntes</td>
<td>38 645,66</td>
<td>142 059,01</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>331 051,07</strong></td>
<td><strong>262 772,31</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

H) Fornecedores e fornecedores de investimentos

A rubrica de fornecedores do Grupo Público UMinho evidenciou em 31 de dezembro de 2020, uma diminuição no montante de 1.611.341,21 €, comparativamente ao ano de 2019, e a rubrica de fornecedores de investimentos registou um aumento relativamente à data de relato do ano transato, no valor de 837.367,21 €.

Tabela 76 - Fornecedores, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fornecedores c/c</td>
<td>2 098 315,93</td>
<td>3 709 657,14</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecedores de investimento</td>
<td>1 669 106,37</td>
<td>831 739,16</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>3 767 422,30</strong></td>
<td><strong>4 541 396,30</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Importa referir que as dívidas de fornecedores que transitaram de ano, à data de emissão do presente relatório, já se encontram totalmente liquidadas.
I) Estado e outros entes públicos

O saldo refletido na rubrica estado e outros entes públicos apresenta a seguinte desagregação.

Tabela 77 - Estado e outros entes públicos, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Estado e outros entes públicos -</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativo</td>
<td>2 793,31</td>
<td>5 828,91</td>
</tr>
<tr>
<td>Estado e outros entes públicos -</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Passivo</td>
<td>3 841 282,72</td>
<td>3 546 067,96</td>
</tr>
</tbody>
</table>

J) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de outras contas a pagar do Grupo Público UMinho registou um aumento, no montante de 1.207.130,56 € face ao período homólogo, tal como evidenciado na tabela infra.

Tabela 78 - Outras contas a pagar, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>31/12/2020</th>
<th>31/12/2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Outras contas a pagar – corrente</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Remunerações a pagar ao pessoal</td>
<td>21 797 671,68</td>
<td>20 554 102,56</td>
</tr>
<tr>
<td>Credores por acréscimos de gastos</td>
<td>342 768,85</td>
<td>915 765,64</td>
</tr>
<tr>
<td>Cauças recebidas de terceiros</td>
<td>17 089 599,86</td>
<td>16 099 258,10</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros credores</td>
<td>164 476,38</td>
<td>204 123,16</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras contas a pagar - não corrente</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>100 994,60</td>
<td>137 433,16</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>21 898 666,28</td>
<td>20 691 535,72</td>
</tr>
</tbody>
</table>

K) Outros ativos financeiros

A rubrica de outros ativos financeiros do balanço do Grupo Público UMinho não evidenciou qualquer valor em 2020, em virtude dos mesmos se encontrarem reconhecidos em investimentos financeiros ao custo.

L) Ativos por imposto diferidos

Os ativos por impostos diferidos resultam da diferença temporal entre os créditos de cobrança duvidosa constituídos e aqueles que são aceites fiscalmente. De referir que estes ativos em 2020 ascenderam a 2.183,34€, verificando-se uma variação positiva de 224,02 €, relativamente a 31 de dezembro de 2019 (1.959,32€).

M) Acionistas/sócios/associados

O montante de 2.500,00 € reconhecido na rubrica de acionistas/sócios/associados, deve-se a capital subscrito mas ainda não realizado, na entidade CVR.

N) Outros passivos financeiros

O montante de 3.796,91€ encontra-se reconhecido numa das entidades consolidantes do Grupo Público UMinho e respeita a outras dívidas de curto prazo, não enquadráveis noutras rubricas.


O Grupo Público UMinho não possui planos de benefícios definidos. Na tabela seguinte apresenta-se a agregação dos valores auferidos pelos trabalhadores do Grupo Público UMinho. Da sua análise observa-se um aumento das remunerações e dos encargos sobre remunerações dos trabalhadores do Grupo Público, decorrente, fundamentalmente, da contratação de investigadores, bem como de PTAG’s.

Tabela 79 - Benefícios dos empregados, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2020</th>
<th>2019</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Remunerações</td>
<td>82 197 020,93</td>
<td>78 693 000,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Indemnizações</td>
<td>262 367,78</td>
<td>126 403,45</td>
</tr>
<tr>
<td>Encargos sobre remunerações</td>
<td>18 525 850,52</td>
<td>17 679 743,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros encargos sociais</td>
<td>282 120,47</td>
<td>284 097,02</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>101 267 359,70</td>
<td>96 783 245,29</td>
</tr>
</tbody>
</table>

De referir que os gastos com o pessoal reportados, respeitam aos 2.696 trabalhadores do Grupo Público UMinho (2.655 em 2019).

20. Divulgações de Partes Relacionadas

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e a UMinho, divulga-se nas Tabelas 80, 81, 82, 83 e 84, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.
No que respeita às entidades CVR e TecMinho, apesar dos direitos de voto da UMinho serem inferiores a 50%, a Universidade detém o controlo das mesmas, por via dos seus órgãos sociais.

Relativamente à entidade CeNTI, a presença da UMinho nos seus Órgãos Sociais confere-lhe influência significativa, apesar dos seus direitos de voto serem inferiores a 20%.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação</th>
<th>Sede</th>
<th>% Controlo</th>
<th>Controlo Final (%)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Direto</td>
<td>Indireto</td>
</tr>
<tr>
<td>ACPM5</td>
<td>Campus de Gualtar, 4810-057 Braga</td>
<td>90,00</td>
<td>90,00</td>
</tr>
<tr>
<td>B'ACIS</td>
<td>Campus de Gualtar, 4810-057 Braga</td>
<td>90,00</td>
<td>90,00</td>
</tr>
<tr>
<td>APsi</td>
<td>Campus de Gualtar, 4810-057 Braga</td>
<td>80,00</td>
<td>80,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CVR</td>
<td>Rua de Francos, N.º 350, Azurém, 4800-058 Guimarães</td>
<td>1,18</td>
<td>1,18</td>
</tr>
<tr>
<td>TECMINHO</td>
<td>Campus de Azurém da Universidade do Minho, 4800-058 Guimarães</td>
<td>12,50</td>
<td>12,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tabela 81 - Listagem de entidades associadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação</th>
<th>Sede</th>
<th>% Controlo</th>
<th>Controlo Final (%)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Direto</td>
<td>Indireto</td>
</tr>
<tr>
<td>2CA-Braga</td>
<td>Hospital Privado de Braga - Sete Fontes – São Victor 4710-243 Braga</td>
<td>50,00</td>
<td>50,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>Universidade do Minho, Campus de Azurém, ed. 14, 4800-058 Guimarães</td>
<td>49,42</td>
<td>49,42</td>
</tr>
<tr>
<td>IDEGUI</td>
<td>R. da Ramada, 4810-531 Guimarães</td>
<td>34,09</td>
<td>34,09</td>
</tr>
<tr>
<td>CCVG</td>
<td>R. da Ramada, 4810-445 Guimarães</td>
<td>33,33</td>
<td>33,33</td>
</tr>
<tr>
<td>PIEP</td>
<td>Universidade do Minho Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães</td>
<td>31,39</td>
<td>31,39</td>
</tr>
<tr>
<td>IDITE MINHO</td>
<td>Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4710-911 Braga</td>
<td>25,45</td>
<td>25,45</td>
</tr>
<tr>
<td>CEJUR</td>
<td>Campus de Gualtar, 4810-057 Braga</td>
<td>25,00</td>
<td>25,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CeNTI</td>
<td>R. Fernando Mesquita, Vila Nova de Famalicão</td>
<td>19,05</td>
<td>19,05</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tabela 82 - Listagem de outras entidades relacionadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação</th>
<th>Sede</th>
<th>% Controlo</th>
<th>Controlo Final (%)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Direto</td>
<td>Indireto</td>
</tr>
<tr>
<td>SPINPARK</td>
<td>Zona Indust. da Gandra, S. Cláudio do Barco, 4805-017 Guimarães</td>
<td>14,29</td>
<td>14,29</td>
</tr>
<tr>
<td>BLC3</td>
<td>R. Nossa Senhora da Conceição, 3405-155 Oliveira do Hospital</td>
<td>14,29</td>
<td>14,29</td>
</tr>
<tr>
<td>AVEPARK</td>
<td>Lugar Da Gandra, 4805-017 Barco</td>
<td>10,61</td>
<td>10,61</td>
</tr>
<tr>
<td>IGAP</td>
<td>R. de Belos Ares n° 160, 4100-108 Porto</td>
<td>9,09</td>
<td>9,09</td>
</tr>
<tr>
<td>TECMIRD</td>
<td>R. Fernando Mesquita, n° 2785, 4760-034</td>
<td>8,33</td>
<td>8,33</td>
</tr>
<tr>
<td>Lab2Ptt</td>
<td>R. da Ponte Romana, Guimarães</td>
<td>8,33</td>
<td>8,33</td>
</tr>
<tr>
<td>B2E</td>
<td>Av. da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira</td>
<td>7,69</td>
<td>7,69</td>
</tr>
<tr>
<td>DTX</td>
<td>Campus de Azurém, ed. 1, 4800-058 Guimarães</td>
<td>7,58</td>
<td>7,58</td>
</tr>
<tr>
<td>CEOlab</td>
<td>R. Nossa Senhora da Conceição, 3405-155 Oliveira do Hospital</td>
<td>7,14</td>
<td>7,14</td>
</tr>
<tr>
<td>ProChildColab</td>
<td>Campus de Azurém, 4804-533 Guimarães</td>
<td>6,67</td>
<td>6,67</td>
</tr>
<tr>
<td>AFTEBRI</td>
<td>R. Conselheiro Joaquim Pessoa 11, Covilhã</td>
<td>6,35</td>
<td>6,35</td>
</tr>
<tr>
<td>INESC TEC</td>
<td>R. Doutor Roberto Frias, 4200-465 Porto</td>
<td>5,26</td>
<td>5,26</td>
</tr>
<tr>
<td>Colab4Food</td>
<td>R. de Lagidos polo de Vairão, 4485-655 - Vila Conde</td>
<td>4,62</td>
<td>4,62</td>
</tr>
<tr>
<td>BIORF - Lab. Col. Biorefinarias</td>
<td>Rua Amieira Apartado 1089, 4466-901 - S. Mamede</td>
<td>5,00</td>
<td>5,00</td>
</tr>
<tr>
<td>BUILT Colab</td>
<td>R. Álvares Cabral, 4050-040 Porto</td>
<td>5,00</td>
<td>5,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação CER</td>
<td>Praça do Obradoiro, s/n - 15782 Santiago de Compostela</td>
<td>3,57</td>
<td>3,57</td>
</tr>
<tr>
<td>ISPAG - Instituto do Petróleo e Gás</td>
<td>R. Tomás da Fonseca - Torre C - 1600-209 Lisboa</td>
<td>3,34</td>
<td>3,34</td>
</tr>
<tr>
<td>APCPT</td>
<td>R. Alfred Aten. 455/461, 4200-135 Porto</td>
<td>2,94</td>
<td>2,94</td>
</tr>
<tr>
<td>AEOAVE</td>
<td>R. Capitão Alfredo Guimarães, n° 1, Ed. Arvore 4800-019 GMR</td>
<td>2,00</td>
<td>2,00</td>
</tr>
<tr>
<td>INTEGRALAR - Portugal Foods</td>
<td>R. Eng.* Frederico Ulrich, 2650 - 4470-605 Moreira da Maia</td>
<td>0,86</td>
<td>0,86</td>
</tr>
<tr>
<td>TICE.PT</td>
<td>Campus Universitário de Santiago (IT) - 3810-193 Aveiro</td>
<td>1,19</td>
<td>1,19</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficina Inovação - BIC Minho</td>
<td>Av. João XXI 627 Lº Andar, 4715-035 Braga</td>
<td>1,00</td>
<td>1,00</td>
</tr>
<tr>
<td>OPEN</td>
<td>Zona Industrial da Marinha Grande, Rua da Bélgica, Lote 18</td>
<td>0,98</td>
<td>0,98</td>
</tr>
<tr>
<td>POOL-NET</td>
<td>Zona Industrial da Marinha Grande</td>
<td>0,98</td>
<td>0,98</td>
</tr>
<tr>
<td>VARD 2015</td>
<td>R. Capitão Alfredo Guimarães, n°1 - Edifício Amare</td>
<td>0,57</td>
<td>0,57</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRAVE</td>
<td>Av. 25 de Abril 634, 4760-202 Vila Nova de Famalicão</td>
<td>0,44</td>
<td>0,44</td>
</tr>
<tr>
<td>CITEVE</td>
<td>R. Fernando Mesquita 2785, Vila Nova de Famalicão</td>
<td>0,15</td>
<td>0,15</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação Bienal de Cerveira</td>
<td>Av. Comunidades Portuguasas, S/N 4920-275 Vila Nova de Cerveira</td>
<td>0,08</td>
<td>0,08</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação Portugal África</td>
<td>R. do Infante D. Henrique 61, 4050-296 Porto</td>
<td>0,06</td>
<td>0,06</td>
</tr>
<tr>
<td>ADVID</td>
<td>Parque de Ciência e Tecnologia, 5000-033, Vila Real</td>
<td>&lt;20,00</td>
<td>&lt;20,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tabela 83 - Listagem de serviços e fundos autónomos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação</th>
<th>Sede</th>
<th>% Controlo</th>
<th>Controlo Final (%)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Direto</td>
<td>Indireto</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar</td>
<td>100,00</td>
<td>100,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Tabela 84 - Listagem das unidades diferenciadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação</th>
<th>Sede</th>
<th>% Controlo</th>
<th>Controlo Final (%)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>BLCS</td>
<td>R. de São Paulo 1, 4700-042 Braga</td>
<td>50,00</td>
<td>50,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IC</td>
<td>Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar</td>
<td>50,00</td>
<td>50,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CS</td>
<td>Largo Martins Sarmento, 51, 4800-432 Guimarães</td>
<td>33,33</td>
<td>33,33</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações, entre partes relacionadas com a entidade mãe.

### Tabela 85 - Transações entre partes relacionadas, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Entidade Relacionada</th>
<th>Natureza do Relacionamento</th>
<th>Transação</th>
<th>Saldo no fim do período</th>
<th>Transação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Tipo</td>
<td>Quantia</td>
<td>Proporção</td>
</tr>
<tr>
<td>2CA Braga</td>
<td>Associada</td>
<td>Prest. Serv.</td>
<td>10 000,00</td>
<td>0,26%</td>
</tr>
<tr>
<td>2CA Braga</td>
<td>Associada</td>
<td>FSE</td>
<td>-215 478,84</td>
<td>1,01%</td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>Associada</td>
<td>Taxas</td>
<td>11 000,00</td>
<td>0,05%</td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>Associada</td>
<td>FSE</td>
<td>-18 266,46</td>
<td>0,21%</td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>Associada</td>
<td>Transf. - Concedidas</td>
<td>-242 842,69</td>
<td>1,26%</td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>Associada</td>
<td>Transf. - Concedidas</td>
<td>-6 501,77</td>
<td>0,03%</td>
</tr>
<tr>
<td>CCVG</td>
<td>Associada</td>
<td>Outros - Despesa</td>
<td>-2 500,00</td>
<td>0,09%</td>
</tr>
<tr>
<td>CCV</td>
<td>Associada</td>
<td>Aq. Part.</td>
<td>-7 500,00</td>
<td>12,10%</td>
</tr>
<tr>
<td>CEFJR</td>
<td>Associada</td>
<td>FSE</td>
<td>-215 478,84</td>
<td>1,01%</td>
</tr>
<tr>
<td>CENTI</td>
<td>Associada</td>
<td>Taxas</td>
<td>2 500,00</td>
<td>0,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>PISP</td>
<td>Associada</td>
<td>Outros - Despesa</td>
<td>-150,00</td>
<td>0,01%</td>
</tr>
<tr>
<td>PISP</td>
<td>Associada</td>
<td>Prest. Serv.</td>
<td>14 526,73</td>
<td>0,37%</td>
</tr>
<tr>
<td>PISP</td>
<td>Associada</td>
<td>FSE</td>
<td>-74 828,66</td>
<td>0,35%</td>
</tr>
<tr>
<td>AFTEBI</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Prest. Serv.</td>
<td>4 982,70</td>
<td>0,13%</td>
</tr>
<tr>
<td>APCTP</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>FSE</td>
<td>-177 338,43</td>
<td>0,83%</td>
</tr>
<tr>
<td>Associação CECoLab</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Aq. Part.</td>
<td>-5 250,00</td>
<td>8,47%</td>
</tr>
<tr>
<td>Associação Integralar</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Outros - Despesa</td>
<td>-150,00</td>
<td>0,05%</td>
</tr>
<tr>
<td>BUILT CoLAB</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Aq. Part.</td>
<td>-12 500,00</td>
<td>20,16%</td>
</tr>
<tr>
<td>DTX</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Outros - Despesa</td>
<td>-4 500,00</td>
<td>0,16%</td>
</tr>
<tr>
<td>IGAP</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>FSE</td>
<td>-1 130,00</td>
<td>0,01%</td>
</tr>
<tr>
<td>INESC TEC</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Outros - Receita</td>
<td>37 587,90</td>
<td>0,52%</td>
</tr>
<tr>
<td>INESC TEC</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Prest. Serv.</td>
<td>47 054,12</td>
<td>0,04%</td>
</tr>
<tr>
<td>INESC TEC</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Transf. - Concedidas</td>
<td>-35 462,22</td>
<td>0,03%</td>
</tr>
<tr>
<td>INESC TEC</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Transf. - Concedidas</td>
<td>-10 253,39</td>
<td>0,05%</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Colab</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Outros - Despesa</td>
<td>-500,00</td>
<td>0,02%</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Colab</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Aq. Part.</td>
<td>-1 500,00</td>
<td>2,42%</td>
</tr>
<tr>
<td>Prochild - Prochild</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Prest. Serv.</td>
<td>3 202,95</td>
<td>0,88%</td>
</tr>
<tr>
<td>Prochild - Prochild</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Taxas</td>
<td>8 250,00</td>
<td>0,04%</td>
</tr>
<tr>
<td>Prochild - Prochild</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Aq. Part.</td>
<td>-2 500,00</td>
<td>4,03%</td>
</tr>
<tr>
<td>POOL - NET</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Outros - Despesa</td>
<td>-12 500,00</td>
<td>20,16%</td>
</tr>
<tr>
<td>SPINPARK</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Suprimento</td>
<td>-30 000,00</td>
<td>48,39%</td>
</tr>
<tr>
<td>TECMEAT</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Outros - Despesa</td>
<td>-200,00</td>
<td>0,01%</td>
</tr>
<tr>
<td>TECMEAT</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Aq. Part.</td>
<td>-500,00</td>
<td>0,81%</td>
</tr>
<tr>
<td>TICE PT</td>
<td>Outras Entidades</td>
<td>Outros - Despesa</td>
<td>-2 500,00</td>
<td>0,09%</td>
</tr>
<tr>
<td>Casa da Sarmento</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>Transf. - Concedidas</td>
<td>-30 000,00</td>
<td>0,16%</td>
</tr>
<tr>
<td>Casa da Sarmento</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>Transf. - Concedidas</td>
<td>-20 105,82</td>
<td>0,10%</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Confúcio</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>FSE</td>
<td>-10,00</td>
<td>0,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Confúcio</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>Transf. - Concedidas</td>
<td>-50 250,00</td>
<td>0,26%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
21. Relato por segmentos

O Grupo Público UMinho proporciona uma grande variedade de serviços aos utentes e clientes em diferentes regiões geográficas. Desde logo, a entidade mãe executa os seus serviços através de três campi: o campus de Gualtar, em Braga e os campi de Azurém e de Couros, ambos em Guimarães. Refira-se ainda, que neste concelho localiza-se também o i3B, o IDEGUI e a CS.

O campus de Gualtar representa o pólo de maior dimensão do Grupo Público UMinho, sendo que nele estão situadas as Escolas de Ciências, de Direito, de Economia e Gestão, de Psicologia, de Medicina, os Institutos de Ciências Sociais, de Educação e de Letras e Ciências Humanas, assim como, parte da Escola de Engenharia. Neste campus encontram-se ainda localizadas as seguintes entidades filhas: os SASUM, a ACMP5, a B’ACIS, a APsi e o IC.

A BLCS e o 2CA-Braga também estão sediados na cidade de Braga.

O campus de Azurém está sediado na cidade de Guimarães, onde se encontram quase todos os cursos da Escola de Engenharia, da Escola de Arquitetura e alguns cursos da Escola de Ciências e do Instituto de Ciências Sociais. Neste campus estão também sediadas as seguintes entidades filhas: CVR, TecMinho, CCG, PIEP e parte do departamento alimentar e alojamentos dos SASUM.

Ainda em Guimarães está localizado o campus de Couros, o qual tem em funcionamento o Centro Avançado de Formação Pós-graduada, a Licenciatura em Teatro do Instituto de Letras e Ciências Humanas, a Unidade Operacional em Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas e o Instituto de Design de Guimarães. Este é o campus da criatividade, aberto à interação entre a UMinho e a sociedade.

Por fim, em Vila Nova de Famalicão está localizado o CeNTI.

Apesar das áreas geográficas distintas do Grupo Público UMinho, são definidas como atividades, em conformidade com o art.º 13.º dos Estatutos da UMinho, o Ensino, a Investigação e a Interação com a Sociedade, procedendo-se em seguida ao apuramento dos resultados pelas mesmas.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Entidade Relacionada</th>
<th>Natureza do Relacionamento</th>
<th>Transação</th>
<th>Saldo no fim do período</th>
<th>Transação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Tipo</td>
<td>Quantia</td>
<td>Proporção</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Confúcio</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>Prest. Serv.</td>
<td>300,00</td>
<td>0,01%</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>Outras - Receita</td>
<td>33,20</td>
<td>0,00%</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>Prest. Serv.</td>
<td>1 326,00</td>
<td>0,03%</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>Transf. Obtidas</td>
<td>18 780,24</td>
<td>0,02%</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>FSE</td>
<td>-120 334,87</td>
<td>0,56%</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>SFAutónomos</td>
<td>Transf. - Concedidas</td>
<td>-604 067,02</td>
<td>3,14%</td>
</tr>
<tr>
<td>Totais</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Tabela 86: Resultado da atividade de ensino, em euros**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidades</th>
<th>Rendimentos</th>
<th>Gastos</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>EA</td>
<td>2 458 252,99</td>
<td>2 369 583,19</td>
<td>88 669,80</td>
</tr>
<tr>
<td>EC</td>
<td>13 707 602,82</td>
<td>13 362 392,73</td>
<td>345 210,09</td>
</tr>
<tr>
<td>ED</td>
<td>4 194 536,81</td>
<td>3 924 313,34</td>
<td>270 223,47</td>
</tr>
<tr>
<td>EE</td>
<td>29 153 558,68</td>
<td>27 896 099,16</td>
<td>1 257 459,52</td>
</tr>
<tr>
<td>EEG</td>
<td>9 097 164,45</td>
<td>8 642 547,69</td>
<td>454 616,76</td>
</tr>
<tr>
<td>EM</td>
<td>9 695 443,24</td>
<td>10 916 647,79</td>
<td>-1 221 204,55</td>
</tr>
<tr>
<td>EP</td>
<td>2 996 619,80</td>
<td>2 841 404,43</td>
<td>155 215,37</td>
</tr>
<tr>
<td>ESE</td>
<td>4 034 523,08</td>
<td>4 035 393,23</td>
<td>-870,15</td>
</tr>
<tr>
<td>ICS</td>
<td>5 206 137,05</td>
<td>5 051 087,42</td>
<td>155 049,63</td>
</tr>
<tr>
<td>IE</td>
<td>5 586 479,60</td>
<td>4 874 687,31</td>
<td>711 792,29</td>
</tr>
<tr>
<td>ILCH</td>
<td>5 464 319,85</td>
<td>5 281 867,97</td>
<td>182 451,88</td>
</tr>
<tr>
<td>i3B</td>
<td>265 642,11</td>
<td>482 907,34</td>
<td>-217 265,23</td>
</tr>
<tr>
<td>Total UMinho</td>
<td>91 860 280,47</td>
<td>89 678 931,61</td>
<td>2 181 348,86</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Tabela 87 - Resultado da atividade de investigação, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidades</th>
<th>Rendimentos</th>
<th>Gastos</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>EA</td>
<td>118 548,93</td>
<td>0,00</td>
<td>118 548,93</td>
</tr>
<tr>
<td>EC</td>
<td>5 052 180,71</td>
<td>5 384 395,86</td>
<td>-332 215,16</td>
</tr>
<tr>
<td>ED</td>
<td>156 595,08</td>
<td>91 406,46</td>
<td>65 188,61</td>
</tr>
<tr>
<td>EE</td>
<td>21 691 659,03</td>
<td>22 467 555,05</td>
<td>-775 896,02</td>
</tr>
<tr>
<td>EEG</td>
<td>470 928,51</td>
<td>619 465,18</td>
<td>-148 536,66</td>
</tr>
<tr>
<td>EM</td>
<td>4 444 937,20</td>
<td>4 631 159,93</td>
<td>-186 222,72</td>
</tr>
<tr>
<td>EP</td>
<td>472 158,06</td>
<td>805 871,03</td>
<td>-333 712,97</td>
</tr>
<tr>
<td>ESE</td>
<td>69 411,98</td>
<td>21 866,07</td>
<td>47 545,91</td>
</tr>
<tr>
<td>ICS</td>
<td>483 386,96</td>
<td>1 194 822,65</td>
<td>-711 435,69</td>
</tr>
<tr>
<td>IE</td>
<td>321 563,71</td>
<td>430 330,96</td>
<td>-108 767,24</td>
</tr>
<tr>
<td>ILCH</td>
<td>145 695,61</td>
<td>182 830,28</td>
<td>-37 134,67</td>
</tr>
<tr>
<td>iBs</td>
<td>252 915,06</td>
<td>3 057 430,96</td>
<td>-2 771 801,08</td>
</tr>
<tr>
<td>Rt+US+UCI+UD</td>
<td>13 440 976,08</td>
<td>10 639 545,23</td>
<td>2 801 430,85</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total UMinho</strong></td>
<td><strong>50 491 906,19</strong></td>
<td><strong>52 154 868,48</strong></td>
<td><strong>-1 662 962,28</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tabela 88 - Resultado da atividade de interação com a sociedade, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidades</th>
<th>Rendimentos</th>
<th>Gastos</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>EA</td>
<td>12 412,72</td>
<td>52 649,61</td>
<td>-40 236,89</td>
</tr>
<tr>
<td>EC</td>
<td>68 870,67</td>
<td>106 514,96</td>
<td>-37 643,29</td>
</tr>
<tr>
<td>ED</td>
<td>39 642,30</td>
<td>24 227,52</td>
<td>15 414,78</td>
</tr>
<tr>
<td>EE</td>
<td>223 132,52</td>
<td>397 468,35</td>
<td>-174 335,83</td>
</tr>
<tr>
<td>EEG</td>
<td>355 256,27</td>
<td>1 243 728,18</td>
<td>-687 471,91</td>
</tr>
<tr>
<td>EM</td>
<td>351 097,65</td>
<td>425 103,20</td>
<td>-74 005,55</td>
</tr>
<tr>
<td>EP</td>
<td>7 389,34</td>
<td>21 825,42</td>
<td>-14 436,08</td>
</tr>
<tr>
<td>ESE</td>
<td>77 453,29</td>
<td>113 947,29</td>
<td>-36 493,99</td>
</tr>
<tr>
<td>ICS</td>
<td>35 097,55</td>
<td>86 889,02</td>
<td>-51 791,46</td>
</tr>
<tr>
<td>IE</td>
<td>235 901,09</td>
<td>268 873,58</td>
<td>-32 972,48</td>
</tr>
<tr>
<td>ILCH</td>
<td>40 158,47</td>
<td>30 753,94</td>
<td>9 404,54</td>
</tr>
<tr>
<td>iBs</td>
<td>4 496 125,68</td>
<td>3 020 453,36</td>
<td>1 475 672,32</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>5 241 530,40</td>
<td>6 442 984,85</td>
<td>-1 201 454,45</td>
</tr>
<tr>
<td>ACMP5</td>
<td>29 088,18</td>
<td>10 731,56</td>
<td>18 356,62</td>
</tr>
<tr>
<td>B’ACIS</td>
<td>-19 220,98</td>
<td>-42 361,54</td>
<td>23 140,57</td>
</tr>
<tr>
<td>APsi</td>
<td>135 698,68</td>
<td>135 746,35</td>
<td>-47,67</td>
</tr>
<tr>
<td>CVR</td>
<td>856 232,34</td>
<td>805 106,48</td>
<td>51 125,86</td>
</tr>
<tr>
<td>TEMINHO</td>
<td>2 209 890,73</td>
<td>2 329 571,76</td>
<td>-119 681,03</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Confúcio</td>
<td>11 743,15</td>
<td>0,00</td>
<td>11 743,15</td>
</tr>
<tr>
<td>Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva</td>
<td>8 976,04</td>
<td>0,00</td>
<td>8 976,04</td>
</tr>
<tr>
<td>Casa Sarmento</td>
<td>215,05</td>
<td>0,00</td>
<td>215,05</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total UMinho</strong></td>
<td><strong>14 781 840,61</strong></td>
<td><strong>15 958 790,38</strong></td>
<td><strong>-1 176 949,77</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

As fontes de financiamento, conforme prescrito no parágrafo 12 da NCP 25, constituem outro segmento da UMinho, sendo agrupadas em receitas gerais, receitas próprias, fundos europeus e outros fundos.

Em síntese, na tabela infra apresenta-se, resumidamente, a execução do orçamento do Grupo Público UMinho, relativo ao ano de 2020, por grupo de fonte de financiamento.

Informa-se que o Grupo Público UMinho, no que diz respeito à consolidação orçamental, é apenas constituído pela UMinho e pelos SASUM, já que de acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24) são as únicas entidades que integram o OE.

Tabela 89 - Execução do orçamento por grupo de fonte de financiamento, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Fonte de Financiamento</th>
<th>Receita cobrada (€)</th>
<th>Despesa paga (€)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Receitas gerais</td>
<td>85 816 386,82</td>
<td>77 410 025,95</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas da União Europeia</td>
<td>42 512 094,93</td>
<td>40 074 279,29</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas próprias</td>
<td>39 751 675,97</td>
<td>34 660 270,40</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros fundos</td>
<td>322 911,82</td>
<td>174 780,01</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total UMinho</strong></td>
<td><strong>168 403 069,54</strong></td>
<td><strong>152 319 355,65</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
22. Interesses em Outras Entidades

22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público UMinho, foram os seguintes:

- **Entidades controladas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho está exposta ou tem direitos a benefícios variáveis, decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais a UMinho detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.

Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público UMinho pela aplicação do **método de consolidação integral**, o qual consiste, suavemente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam.

- **Entidades associadas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando a UMinho detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa, ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
  - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
  - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
  - Transações materiais entre o investidor e a participada;
  - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
  - Prestação de informação técnica essencial.

Estas entidades foram incluídas na consolidação, através da aplicação do **método da equivalência patrimonial**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.

A UMinho, enquanto entidade-mãe, cumpre a definição de entidade investidora, na medida em que detém participações noutras entidades, as quais lhe conferem controlo e influência significativa nas mesmas. Porém, no Grupo Público UMinho, mesmo sem participações noutras entidades, verifica-se a existência de controlo e influência significativa sobre as mesmas, salientando-se o caso de entidades públicas que não possuem detentores de capital.

b) No Grupo Público UMinho existem os seguintes interesses em entidades:

- **Entidades controladas**, nas quais se aplicou o **método de consolidação integral**:
  - **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM)** - Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os SASUM, que gozam de autonomia administrativa e financeira. Prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no Campus de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Nos termos dos Estatutos dos SASUM homologados pelo Despacho n.º 1642/2019, publicados no Diário da República n.º 31, 2.ª série, de 13 de fevereiro, a gestão financeira é assegurada por um Conselho de Gestão, órgão colegial com competências em matérias administrativas e financeiras, o qual é presidido pelo Reitor da UMinho.
  - **Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5)** - É uma organização sem fins lucrativos, que resulta de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM), e a Alumni Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Tem como objetivo principal a promoção das melhores práticas de saúde preventiva e a melhor monitorização e gestão de doença crónica, bem como o apoio especializado aos cuidados de saúde primários, numa abordagem holística, suportada por tecnologias digitais que promovam o envolvimento e a centralidade das pessoas/doentes.
Associação Ciências, Inovação e Saúde - Braga (B’ACIS) - É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado da parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), e a Alumni Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho, tendo por objetivo o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação, através do fomento de atividades científico-tecnológicas no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.

Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APsI) - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2016, com o estatuto de utilidade pública. Presta serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia, entendida como garante máximo do desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados, e com os Municípios de Braga e Guimarães, devido à sua proximidade com a comunidade local. Desenvolve atividades como: consultas psicológicas, perícias forenses, avaliações psicológicas e formação e consultadoria.

Centro para a Valorização de Resíduos (CVR) - É uma instituição privada sem fins lucrativos, em atividade desde 2002, prestando serviços de investigação, análise científica e aplicação de soluções reais na área da valorização de resíduos da economia circular e da preservação do ambiente. Independentemente da área da atividade industrial, o CVR tem as competências necessárias para apoiar projetos e iniciativas relacionadas com uma ampla gama de resíduos industriais. Tem as suas instalações no Campus de Azurém da UMinho, em Guimarães.

TecMinho - Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento - É uma associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 1990, tendo tido como promotores a Universidade do Minho e a Associação dos Municípios do Vale do Ave (AMAVE). Enquanto interface da Universidade do Minho, o TecMinho tem como missão a valorização e a transferência de conhecimento para o tecido empresarial e demais atores econômicos e sociais, contribuindo para a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento das competências das organizações e das pessoas, sobretudo nas vertentes da ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento regional através da melhoria da competitividade das organizações e aumento das competências dos indivíduos. As suas principais linhas de intervenção são: apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias/produtos/processos e a respetiva transferência para as empresas; a conceção e implementação de actividades de educação e formação (presencial e e-learning), de desenvolvimento organizacional e de mobilidade transnacional de recursos humanos; o apoio ao empreendedorismo universitário e à criação de empresas inovadoras, com especial relevo para os spin-offs académicos.

Entidades associadas, nas quais se aplicou o método de equivalência patrimonial (MEP):

- Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS) - É uma biblioteca pública que surgiu de uma parceria entre a UMinho e o Município de Braga, tendo em vista a adesão à Rede Nacional de Leitura Pública. Está vocacionada e equipada segundo os mais modernos padrões internacionais, tendo como objetivo principal a dinamização da leitura e a atração de novos públicos, bem como a criação de estruturas conducentes à concretização de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Braga.

- Instituto Confúcio (IC) – O IC é uma unidade diferenciada da UMinho, criado em associação com o Hanban, com o objetivo de difundir a língua e cultura chinesa, através da promoção de uma série de atividades didáticas e culturais, vocacionado para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses na UMinho e na região envolvente. Iniciou as suas atividades, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006, tendo as suas instalações no Campus de Gualtar, em Braga.

- Centro Clínico Académico de Braga (2CA-Braga) - É uma associação sem fins lucrativos que resultou de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto. Encontra-se sediado no Hospital de Braga, tendo como objetivo o desenvolvimento e aprofundamento da investigação clínica, a nível nacional e internacional, bem como, a promoção e a produção de conhecimento, melhorando a qualidade e eficiência assistencial.

- Centro de Computação Gráfica (CCG) - Fundado em 1993, o CCG, sediado desde 2001 no Campus da UMinho, em Azurém, Guimarães, é uma associação de investigação, desenvolvimento e consultoria, de natureza privada e sem fins lucrativos. Dedica a sua atividade à investigação e desenvolvimento aplicado, nos domínios da computação gráfica, das tecnologias da informação, comunicação e eletrónica, bem como às suas aplicações, em contexto nacional e internacional. Concebe e executa projetos I&DT, assumindo uma postura de interface entre a UMinho e o setor empresarial e público.

- Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI) - Constituído em 2012, o IDEGUI é uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, localizada em Guimarães. Enquadra-se no projeto de reabilitação da zona de Couros – o projeto Campurbis – cujos promotores foram a UMinho e o Município de Guimarães. Este instituto promove as ligações entre o design, a arquitetura e a engenharia, tornando possível uma efetiva articulação entre a criatividade e a tecnologia.
Centro Ciência Viva de Guimarães (CCVG) – Esta é uma associação técnico-científica, sem fins lucrativos, fundada em 2019, instalada na cidade de Guimarães. A associação tem como objetivo a promoção da cultura científica e tecnológica, designadamente ao nível da educação e fomenta a motivação para a aprendizagem científica que decorre no contacto precoce com conhecimento científico, seus agentes e processos.

Casa de Sarmento (CS) - É uma unidade diferenciada da UMinho, instituída com base num protocolo de cooperação que a UMinho celebrou com o Município de Guimarães e a SMS. As suas principais finalidades são estabelecer a ligação mais estreita entre a UMinho e Guimarães; tratamento, catalogação e divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS ou de outros, bem como a valorização destes acervos, através do desenvolvimento ou colaboração em projetos de investigação.

Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) – O PIEP é uma associação privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo o reforço da competitividade da indústria de plásticos e moldes, através do desenvolvimento de projetos de I&D e do trabalho próximo com empresas nacionais. Foi criado em 2001, em colaboração com a UMinho, através do Departamento de Engenharia de Polímeros e do IAPMEI. A sua interação tem sido extensiva a outros departamentos da UMinho, como os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Eletrónica Industrial, tendo em consideração a multidisciplinaridade e complexidade dos projetos em que o PIEP participa.

Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR) – É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 1993 e encontra-se situada na cidade de Braga. O CEJUR tem como objetivo o desenvolvimento dos estudos jurídicos, realização de trabalhos de investigação, conferências e seminários, mantendo ligações com outras instituições congêneres nacionais e estrangeiras promovendo ações de intercâmbio.

Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI) – É um instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, resultado de uma parceria de três Universidades, na qual se inclui a UMinho, dois centros tecnológicos e um instituto de novas tecnologias. O CeNTI tem como objetivo o desenvolvimento de novos produtos de elevado valor acrescentado e/ou a incorporação novas tecnologias em produtos e mercados tradicionais, por isso aposta na inovação e atividades de I&D, participando em diversos projetos que evidenciam o seu compromisso e missão no apoio e dinamização da infraestrutura tecnológica, industrial e empresarial nacional.

Interesses de propriedade não quantificáveis, as quais não integram o perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, dada a inexistência de influência significativa (ou interesses encontram-se reconhecidos nas demonstrações financeiras ao custo):

Associação SPINPARK – Centro de Incubação de Base Tecnológica (SPINPARK) - É uma associação privada sem fins lucrativos, criada em 2006 por iniciativa da UMinho, do AVEPARK e da APCTP. É um centro de incubação de base tecnológica que promove e apoia atividades de tecnologia avançada, intensivas em conhecimento, servindo simultaneamente de plataforma ao lançamento e difusão da inovação no contexto da economia do conhecimento. Esta associação atualmente encontra-se em processo de insolvência.

Campus de Tecnologia e Inovação (BLC3) – É uma associação sem fins lucrativos, fundada em maio de 2010, com um novo modelo de desenvolvimento de atividades de investigação e intensificação tecnológica de excelência, incubação de ideias e empresas e apoio ao tecido económico em regiões interiores e rurais. A associação desenvolve as suas atividades de biotecnologia industrial numa dimensão nacional e internacional. Desenvolve, ainda, atividades locais e regionais de implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento ligadas à fixação de massa crítica e valorização dos recursos endógenos e património genético do território.

Parque de Ciência e Tecnologia, S.A (AVEPARK) - Inaugurado em 2008, o AVEPARK constitui uma infraestrutura de excelência funcional para a instalação de empresas de grande intensidade em conhecimento científico e tecnológico, com posicionamento estratégico nas áreas geográficas do Ave e confinantes.

Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP) – É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública, com sede no Porto. Os seus objetivos são a conceção, promoção, organização e realização de projetos formativos, colóquios, seminários e sessões de informação técnica tendo em vista a sensibilização, atualização, aperfeiçoamento ou especialização dos trabalhadores da Administração Pública Central Desconcentrada e Autárquica, bem como dos Eletos Locais.

TECMREAT – Centro de Competências do Agroalimentar para o Setor das Carnes - É uma associação criada em novembro de 2018, por iniciativa do Município de Vila Nova de Famalicão, com o objetivo de implementar esta estrutura, considerada estratégica para o concelho e que congrega 16 instituições da região e do país.

Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E) – É um laboratório colaborativo, constituído em 2019, e sediado no Porto. Tem como objetivo promover a Bioeconomia Azul, contribuir para novos usos
e valorização dos recursos vivos naturais marinhos, assim como estimular a criação de emprego qualificado gerador de valor económico e social em Portugal – nos setores da Biotecnologia e Aquacultura.

- **Associação Laboratório da Paisagem** - É uma associação sem fins lucrativos de natureza privada, sediada em Guimarães, com o objetivo de promover o conhecimento, a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável.


- **Collaborative Laboratory Towards Circular Economy (CECoLab)** – A associação é uma instituição privada, sem fins lucrativos, fundada em 2020, sediada em Oliveira do Hospital. Tem na sua essência o processo de reconhecimento de excelência da iniciativa nacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, denominada por CoLAB. Esta iniciativa tem como objetivo contribuir para a criação de emprego científico qualificado, orientado para a investigação e inovação com criação de valor ambiental, económico e social.

- **ProChild Colab** – É uma associação, criada em dezembro de 2018, que reúne 17 associados, dos quais se destacam Universidades, Empresas, Fundações e Autarquias, envolvendo mais de 60 investigadores e 15 Centros de Investigação. Está organizado em torno de 4 eixos estratégicos de intervenção social, cada um dos quais com projetos específicos: (1) Saúde e bem-estar; (2) Desenvolvimento e educação; (3) Participação social, cidadania e igualdade de gênero; (4) Proteção contra a violência, exploração, abuso e negligência. Estes eixos articulam-se com uma área estratégica transversal de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, nas áreas do Digital e da Nanotecnologia.

- **Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI)** - É uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, sediada em Castelo Branco, Guarda, Pombal, Trancoso, Vouzela e Vila Nova de Farnalica. Constituída para dar corpo a uma das maiores Escolas Tecnológicas atualmente em funcionamento no país, tem como objetivo formar pessoas e capacitar as empresas, em áreas tecnológicas.

- **INESC TEC** - É uma instituição privada de investigação sem fins lucrativos, sediada no Porto. A sua atividade está vocacionada para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, consultoria e formação avançada e pré-incubação de novas empresas de base tecnológica. A instituição opera na interface do mundo académico e empresarial, aproximando a academia, as empresas, a administração pública e a sociedade.

- **Colab4Food** - **Laboratório Colaborativo para a Inovação da Indústria Agroalimentar** – É uma associação, criada em abril de 2019, que tem como missão ser um catalisador da inovação centrada nas necessidades do consumidor e da indústria agroalimentar, através da investigação colaborativa.

- **BIOREF** – **Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em abril de 2019, que junta nove entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e onze empresas interessadas em procurar novos processos e tecnologias avançadas que utilizem a biomassa como matéria-prima e a transformem em produtos comercializáveis. O CoLAB BIOREF pretende contribuir para uma economia de baixo carbono e/ou carbono zero para Portugal (Horizonte 2030), gerando novas cadeias de valor, criação de emprego qualificado e impulsionando a bioeconomia nacional.

- **BUILT CoLAB** – É um laboratório colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, fundado em 2020, e sediado no Porto. Os seus objetivos baseiam-se no desenvolvimento de atividades de investigação, inovação e transferência de conhecimento, tendo em vista o aumento da produtividade, competitividade e crescimento sustentável do ecossistema do setor AEC – Arquitectura, Engenharia e Construção, promovendo a transição digital e climática dos edifícios e infraestruturas, tornando-os adaptáveis, inteligentes, resilientes e sustentáveis.

- **Fundação Centro de Estudos Euro-Regionais Galiza – Norte de Portugal (CEER)** - É uma instituição sem fins lucrativos, constituída pelas Universidades de Santiago de Compostela, Vigo, Corunha, Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro. Tem como principal objetivo a procura de sinergias e complementariedades nos eixos académicos universitários, procurando reforçar as relações entre as Universidades da Galiza e o Norte de Portugal.

- **Instituto do Petróleo e Gás (ISPG)** - É uma associação sem fins lucrativos resultante de uma parceria entre a Galp Energia e as seis maiores universidades portuguesas, onde se enquadrá a UMinho. Tem como finalidades principais: desenvolver projetos de investigação e de formação avançada e, competências
diferenciadoras no setor do petróleo e gás, bem como contribuir para a consolidação e desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia em países lusófonos.

- **Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (APCTP)** - É uma associação cujo objetivo é a promoção, instalação e lançamento de um Parque de Ciência e Tecnologia, através de vários pólos situados, nomeadamente, nas regiões do Porto, Santa Maria da Feira e Vale do Ave, contribuindo para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico do país. A associação promove um ambiente favorável à inovação e à concretização das medidas de política científica e tecnológica, industrial, educativa e de formação profissional, na media em que acolhe empresas de alta intensidade tecnológica, unidades de investigação de empresas, incubadoras, organismos de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino superior.

- **Agência de Energia do Ave (AEDOAVE)** - É uma cooperativa de direito privado sem fins lucrativos que presta serviços de assessoria técnica aos Municípios do Vale do Ave, tendo por missão contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional de energia e dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes.

- **Associação INTEGRALAR - Portugal Foods** - É uma associação criada em 2008 por entidades que compõe o setor agroalimentar português. Tem como missão reforçar a competitividade das empresas através do aumento do seu índice tecnológico, promovendo a produção, transferência, aplicação e valorização do conhecimento orientado para a inovação.

- **Associação TICE.PT** - Constituído em 2008, com sede em Aveiro, é uma plataforma de concertação que garante e promove interfaces entre o mundo académico e o mundo empresarial. Tem como objetivo fomentar e alavancar as estratégias de rede para o setor tecnológico, entre as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento.

- **Oficina Inovação - BIC Minho** - É uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Braga, tendo como objetivo atuar na região Norte de Portugal, através da promoção do empreendedorismo, da inovação e da internacionalização, apoiando a criação de novas empresas e a modernização e internacionalização de PME’s.

- **Associação OPEN** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituida em 2002, onde se englobam participações públicas e privadas, tendo como missão contribuir para a promoção da inovação, do empreendedorismo e a criação de emprego, através do lançamento de empresas com conceitos inovadores e do estímulo à cooperação empresarial, com impacto na produtividade e na competitividade regional e nacional.

- **Associação POOL-NET – Portuguese Tooling & Plastics Network (POOL-NET)** - É uma associação fundada por 40 entidades, onde se identificam empresas, associações empresariais, centros tecnológicos e de formação, universidades e institutos politécnicos. Tem como missão a dinamização do cluster de competitividade engineering & tooling nomeadamente através da implementação da estratégia de eficiência coletiva, criada para a indústria portuguesa de moldes e ferramentas especiais.

- **Vale do Ave Região Digital (VARD 2015)** - É uma cooperativa de interesse público, com a finalidade de promover a conceção, criação e gestão do programa "Vale do Ave Região Digital", com a constituição de uma comunidade digital. Esta agrega todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos do conjunto dos Municípios do Vale do Ave.

- **Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A. (ADRAVE)** - Criada a 15 de setembro de 1998, como uma plataforma de cooperação, entre os setores público e privado, para o desenvolvimento do espaço regional, a Agência intervém nos domínios do desenvolvimento económico, da inovação e modernização organizacional, da valorização e requalificação do património, da promoção da cultura, da organização do turismo e da qualificação dos recursos humanos.

- **Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE)** - É uma organização privada sem fins lucrativos, constituída em 1989, sediada em Vila Nova de Famalicão. Possui uma estrutura que inclui ensaios laboratoriais, certificação de produtos, consultoria técnica e tecnológica, I&D, formação, moda e design.

- **Fundação Bienal de Arte de Cerveira** - Tem como fundadores um conjunto de instituições e pessoas individuais de prestígio e experiência em setores de cariz tão diversificada como o ensino superior, a administração autárquica, artistas, instituições financeiras e empresas. A fundação tem como missão “Promover a arte contemporânea no plano nacional e internacional, através da programação anual multidisciplinar, da organização das bienais de arte, da gestão e conservação do espólio da Fundação, da criação do Museu da Bienal de Cerveira e do apoio ao empreendedorismo criativo”.

- **Fundação Portugal África** - Constituída em 1995, a fundação tem como objetivo a realização de ações de caráter cultural e educacional, a desenvolver entre Portugal e África, designadamente junto dos Países
**Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre estes países.**

- **Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense (ADVID)** – É uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1982, sediada em Vila Real. O seu principal objetivo é contribuir para a modernização da viticultura da região demarcada do Douro e de Portugal, contribuindo para a melhoria da qualidade e rentabilidade dos vinhos e das vinhas nacionais.

### 22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público UMinho elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 90 – Perímetro de consolidação</th>
<th>Entidade</th>
<th>Natureza do interesse</th>
<th>% de participação</th>
<th>% de controlo</th>
<th>Tipo de controlo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CVR</td>
<td>Entidade Controlada</td>
<td>56,25</td>
<td>1,18</td>
<td>Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TecMinho</td>
<td>Entidade Controlada</td>
<td>56,30</td>
<td>12,50</td>
<td>Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>APsi</td>
<td>Entidade Controlada</td>
<td>80,00</td>
<td>80,00</td>
<td>Entidade controlada</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B'ACIS</td>
<td>Entidade Controlada</td>
<td>90,00</td>
<td>90,00</td>
<td>Entidade controlada</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ACMP5</td>
<td>Entidade Controlada</td>
<td>90,00</td>
<td>90,00</td>
<td>Entidade controlada</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>Entidade Controlada</td>
<td>-</td>
<td>100,00</td>
<td>Entidade controlada</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>Associada</td>
<td>35,96</td>
<td>49,42</td>
<td>Influência significativa</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PIEP</td>
<td>Associada</td>
<td>31,39</td>
<td>31,39</td>
<td>Influência significativa</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2CA-Braga</td>
<td>Associada</td>
<td>40,00</td>
<td>50,00</td>
<td>Influência significativa</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CeNTI</td>
<td>Associada</td>
<td>19,05</td>
<td>19,05</td>
<td>Tem influência significativa, pois a UMinho está representada nos órgãos sociais, mas sem capacidade de controlo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IDEGUEI</td>
<td>Associada</td>
<td>0,72</td>
<td>34,09</td>
<td>Influência significativa</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BLCS</td>
<td>Associada</td>
<td>50,00</td>
<td>50,00</td>
<td>Acordo conjunto</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IC</td>
<td>Associada</td>
<td>50,00</td>
<td>50,00</td>
<td>Acordo conjunto</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CS</td>
<td>Associada</td>
<td>33,33</td>
<td>33,33</td>
<td>Acordo conjunto</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CCGV</td>
<td>Associada</td>
<td>7,14</td>
<td>33,33</td>
<td>Influência significativa</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IDITE-Minho</td>
<td>Associada</td>
<td>25,45</td>
<td>25,45</td>
<td>Influência significativa</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CEJUR</td>
<td>Associada</td>
<td>78,99</td>
<td>25,00</td>
<td>Influência significativa</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Apesar de a UMinho não deter uma participação de capital nos SASUM, os mesmos foram incluídos no perímetro de consolidação como entidade controlada, uma vez que a UMinho obtém o seu controlo através da presença de membros da Universidade nos seus órgãos de gestão, nomeadamente o Reitor. Em sintonia com o anteriormente exposto, conclui-se que a UMinho controla em 100% os SASUM, uma vez que possui o direito de definir e orientar as suas políticas financeiras e operacionais.

Relativamente à BLCS, ao IC e à CS, foram incluídos no perímetro de consolidação como entidades associadas, tal como no ano de 2019, devido a existir controlo partilhado com outras entidades, nomeadamente:

- O Município de Braga, no caso da BLCS;
- A Hanban, no que respeita ao IC; e
- O Município de Guimarães e a SMS, relativamente à CS.

Apesar de a UMinho deter uma participação de 25,45% na IDITE Minho e de 14,29% na SPINPARK, estas participadas não foram incluídas no perímetro de consolidação, uma vez que foram constituídas perdas por imparidade, correspondentes à totalidade do valor das participações, em virtude de ambas as entidades se encontrarem em situação de insolvência com um plano especial de revitalização.

### 22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, a UMinho não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

**22.6. Interesses em entidades controladas**

a) Composição do Grupo Público

Em consonância com o divulgado na nota 22.3, o Grupo Público UMinho tem as seguintes entidades controladas:

- CVR;
- TecMinho;
- APsi;
- B'ACIS;
- ACMP5; e
- SASUM.

b) Interesse que as entidades que não controlam detêm nas atividades e nos fluxos de caixa do Grupo Público UMinho.

A tabela seguinte evidencia os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho, nas suas entidades controladas.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Entidade Controlada</th>
<th>Interesses não controlados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Entidade</td>
</tr>
<tr>
<td>CVR</td>
<td>TecMinho</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Ferespe - Fundição Ferro e Aço, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Funfrap - Fundição Portuguesa, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Continental Mabor – Indústria de Pneus, SA.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Quimitécnica Ambiente, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CIN - Corporação Industrial do Norte, SA.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Resen - Resíduos Industriais, SA.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Cerâmica Salvadorinho</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Mabera Acabamentos Têxteis, SA.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Kupper &amp; Schmidt, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Portucel Viana, SA.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Fusag - Fundição e Serralharia, SA.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alumínios Navarra</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Fucoli - Somepal Fundição de Ferro, SA.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Metalsa - Ref. Portug. Alumínio, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>FDO-S.G.P.S., SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Infineon Technologies, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Cruz, Giovani &amp; Lima, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Semural - Soc. Emp. Urbanos, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Polo Produtos Ótcos, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Ricasil-Ribeiro C. &amp; Silva, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Industrias Pachancho, S.G.P.S., SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aguas do Douro e Paiva, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Granitos Urbanos, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Nogueira &amp; Monteiro, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Fabricas Jerónimo Pereira &amp; Filhos, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GRE-Exportação de Granito, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Fundilusa-Fund. Portuguesas, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C. F. Duarte &amp; C’., Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Fundição de Mounquim, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alumínios Ibérica, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Comp. de Cartões do Câvado, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ISQ - Instituto da Soldadura e Qualidade</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Resulima, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Associação Portuguesa Fundição</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>AIM – Associação Industrial do Minho</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Intrabol-Ind.Trans Borrachas, Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Greentrading-Com. Internacional</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GRIN, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Braval, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Maquiceram, SA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Godilac, Lda.</td>
</tr>
</tbody>
</table>


<table>
<thead>
<tr>
<th>Entidade Controlada</th>
<th>Interesses não controlados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Entidade</td>
</tr>
<tr>
<td>Ambipombal, Lda.</td>
<td>0,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Recautahagem Nortenha, SA</td>
<td>0,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Fapricela - Ind.de Trefilaria, Lda.</td>
<td>0,06</td>
</tr>
<tr>
<td>REFER-Rede Ferroviária Nacional EP</td>
<td>0,59</td>
</tr>
<tr>
<td>Manuel Marques Herdeiros, SA</td>
<td>0,06</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Guimarães</td>
<td>4,38</td>
</tr>
<tr>
<td>Nogueira &amp; Martins, Lda.</td>
<td>3,55</td>
</tr>
<tr>
<td>CJR - Cândido José Rodrigues, Lda.</td>
<td>0,06</td>
</tr>
<tr>
<td>CCG-Centro de Computação Gráfica</td>
<td>0,59</td>
</tr>
<tr>
<td>ENDUTEX - Revestimentos Têxteis, SA</td>
<td>2,25</td>
</tr>
<tr>
<td>CUPRUM-Comércio de Metais, Lda.</td>
<td>0,24</td>
</tr>
<tr>
<td>Sardalla Espanola, SA</td>
<td>1,78</td>
</tr>
<tr>
<td>PIZARRO-Energias Renováveis, SA</td>
<td>0,12</td>
</tr>
<tr>
<td>DST-Domingos da Silva Teixeira, SA</td>
<td>0,59</td>
</tr>
<tr>
<td>Construções Gabriel A. S. Couto, SA</td>
<td>0,06</td>
</tr>
<tr>
<td>Sensu, Lda.</td>
<td>1,18</td>
</tr>
<tr>
<td>Vimasol - Energias Renováveis, Lda.</td>
<td>0,59</td>
</tr>
<tr>
<td>Superintendentes de Lopes &amp; Filhos, Lda.</td>
<td>0,41</td>
</tr>
<tr>
<td>Casais - Engº e Construção, SA</td>
<td>0,59</td>
</tr>
<tr>
<td>J.P. Sousa - Estamparia Têxtil, Lda.</td>
<td>0,06</td>
</tr>
<tr>
<td>Delta - Soc. Técnica Eletricidade</td>
<td>1,18</td>
</tr>
<tr>
<td>Guimaweb-Serviços de Internet, Lda.</td>
<td>0,06</td>
</tr>
<tr>
<td>José Augusto Marques Unipessoal, Lda.</td>
<td>0,47</td>
</tr>
<tr>
<td>SORCIAL-Soc. de Óleos e Rações, SA</td>
<td>0,59</td>
</tr>
<tr>
<td>AVICASAL-Sociedade Avícola, SA</td>
<td>0,59</td>
</tr>
<tr>
<td>ZX Consultores, SA</td>
<td>0,41</td>
</tr>
<tr>
<td>Metalvalor-Gestão Valor T. Tipo Res</td>
<td>0,18</td>
</tr>
<tr>
<td>Tempo Magnético, Unipessoal, Lda.</td>
<td>0,06</td>
</tr>
<tr>
<td>W2V, SA</td>
<td>1,78</td>
</tr>
<tr>
<td>Supermatéria Biocombustíveis e Rec</td>
<td>0,36</td>
</tr>
<tr>
<td>Representações Júlia Rocha, Lda.</td>
<td>0,47</td>
</tr>
<tr>
<td>Tequimaq - Máq. Ind. Quim Corticeira, Lda.</td>
<td>0,41</td>
</tr>
<tr>
<td>Criolab - Equip. Criogênico e de Lab.</td>
<td>0,06</td>
</tr>
<tr>
<td>M.J. Amaral - Equipamentos Industriais</td>
<td>0,18</td>
</tr>
<tr>
<td>Carmona, SA</td>
<td>0,12</td>
</tr>
<tr>
<td>Euro Separadora-Gestão Resíduos, Lda.</td>
<td>0,12</td>
</tr>
<tr>
<td>MJC-Metais Jaime Dias, SA</td>
<td>0,52</td>
</tr>
<tr>
<td>MYSOFT-Business Software Solutions</td>
<td>0,12</td>
</tr>
<tr>
<td>Lena Ambiente –Gestão de Resíduos, SA</td>
<td>0,06</td>
</tr>
</tbody>
</table>

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato, ou seja, de 01/01/2020 a 31/12/2020.

22.8 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do preceituado na NCP 1 no Grupo Público UMinho, os interesses não controlados em cada entidade controlada do Grupo Público UMinho, são detidos por outras entidades, as quais não exercem influência significativa nas mesmas.

Ou seja, tal como demonstrado na nota 22.4, os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho são detidos por outras entidades, mas sem que exista influência significativa.
Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubricas do Balanço</th>
<th>CVR</th>
<th>TECMINHO</th>
<th>APsi</th>
<th>B’ACIS</th>
<th>ACMP5</th>
<th>SASUM</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ATIVO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativo não corrente</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos atípicamente</td>
<td>835 564,94</td>
<td>300 603,71</td>
<td>4 411,38</td>
<td>3 370,64</td>
<td>5 788,15</td>
<td>16 044 573,43</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos intangíveis</td>
<td>76 804,12</td>
<td>4 399,99</td>
<td>2 092,50</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>3 797,54</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos financeiros</td>
<td>7 274,50</td>
<td>75 772,63</td>
<td>356,78</td>
<td>25 778,31</td>
<td>1 067,17</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos por impostos diferidos</td>
<td>0,00</td>
<td>2 183,34</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>** Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros**</td>
<td>919 643,56</td>
<td>382 959,67</td>
<td>6 860,66</td>
<td>29 148,95</td>
<td>6 855,32</td>
<td>16 048 370,97</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ativo Corrente</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Inventários</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>226 419,76</td>
</tr>
<tr>
<td>Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis</td>
<td>1 494 441,71</td>
<td>1 053 477,58</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Clientes, contribuintes e utentes</td>
<td>87 377,14</td>
<td>793 125,59</td>
<td>29 494,52</td>
<td>46 778,13</td>
<td>54 231,00</td>
<td>158 198,62</td>
</tr>
<tr>
<td>Estado e outros entes públicos</td>
<td>0,00</td>
<td>2 793,31</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Acionistas/sócios/associados</td>
<td>2 500,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras contas a receber</td>
<td>722,01</td>
<td>793 125,59</td>
<td>29 494,52</td>
<td>46 778,13</td>
<td>54 231,00</td>
<td>158 198,62</td>
</tr>
<tr>
<td>Diferimentos</td>
<td>7 132,14</td>
<td>3 571,69</td>
<td>238,91</td>
<td>1 121,98</td>
<td>463,90</td>
<td>15 820,23</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e depósitos</td>
<td>558 690,25</td>
<td>80 734,37</td>
<td>63 376,21</td>
<td>23 716,32</td>
<td>411 628,93</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Património/Capital</td>
<td>848 000,00</td>
<td>39 951,92</td>
<td>25 000,00</td>
<td>50 000,00</td>
<td>50 000,00</td>
<td>2 301 872,93</td>
</tr>
<tr>
<td>Reservas</td>
<td>300 049,56</td>
<td>928 821,48</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultados transitados</td>
<td>-123 988,22</td>
<td>-162 133,74</td>
<td>27 766,09</td>
<td>9 846,18</td>
<td>-36 637,92</td>
<td>5 574 860,44</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajustamentos em ativos financeiros</td>
<td>381 111,70</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Excedentes de revalorização</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>3 975,46</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras variações no património líquido</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>10 454 009,62</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultado líquido do período</td>
<td>77 582,91</td>
<td>-291 440,82</td>
<td>-238,33</td>
<td>71 726,15</td>
<td>76 561,23</td>
<td>-1 228 848,71</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PASSIVO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Passivo não corrente</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras contas a pagar</td>
<td>100 994,60</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total do Passivo</strong></td>
<td>1 482 755,95</td>
<td>515 198,84</td>
<td>52 527,76</td>
<td>131 572,33</td>
<td>89 923,31</td>
<td>17 105 869,74</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total do Património Líquido e Passivo</strong></td>
<td>3 070 506,81</td>
<td>2 420 299,96</td>
<td>99 970,30</td>
<td>205 911,63</td>
<td>191 963,71</td>
<td>17 865 963,48</td>
</tr>
</tbody>
</table>
tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

As entidades associadas foram incluídas nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

### Tabela 93 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidade Monetária: Euro</th>
<th>RENDIMENTOS E GASTOS</th>
<th>CVR</th>
<th>TECMINHO</th>
<th>APsI</th>
<th>B’ACIS</th>
<th>ACMPS</th>
<th>SASUM</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Vendas</td>
<td>0,00</td>
<td>169,38</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>716,854,53</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Prestações de serviços</td>
<td>484 934,99</td>
<td>2 040 842,92</td>
<td>139 866,34</td>
<td>176 214,51</td>
<td>348 883,06</td>
<td>1 887 902,56</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Transl. correntes e subsídios correntes obtidos</td>
<td>384 824,37</td>
<td>300 719,98</td>
<td>13 313,97</td>
<td>0,00</td>
<td>38 443,35</td>
<td>2 792 933,73</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Custo das merc. Vend. e das mat. consumidas</td>
<td>-4 166,45</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>-806 708,43</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecimentos e serviços externos</td>
<td>-281 965,21</td>
<td>-995 469,61</td>
<td>-101 933,63</td>
<td>-51 518,46</td>
<td>-135 446,07</td>
<td>-1 123 411,24</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos com pessoal</td>
<td>-446 702,97</td>
<td>-1 055 022,61</td>
<td>-44 775,45</td>
<td>-93 155,84</td>
<td>-160 675,64</td>
<td>-1 130 818,51</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências e subsídios concedidos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>-259 479,09</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Prestações Sociais</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>5 883,68</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Imp. de divisas a receber (perdas/reversões)</td>
<td>-6 875,70</td>
<td>-15 830,82</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>-17 222,10</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Aumentos/reduções de justo valor</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>73,49</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros rendimentos e ganhos</td>
<td>40 484,99</td>
<td>3 654,89</td>
<td>0,00</td>
<td>57 863,80</td>
<td>17,69</td>
<td>441 445,96</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros gastos e perdas</td>
<td>-5 311,27</td>
<td>-391 351,53</td>
<td>-894,96</td>
<td>-1,33</td>
<td>-1 263,67</td>
<td>-24 467,66</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Result. antes de dep. e gastos de financ.** 165 222,75 | -112 287,40 | 5 596,27 | 89 412,68 | 89 958,72 | -528 780,44 |

**Gastos/reversões de depreciação e amortização** -70 760,67 | -169 963,01 | -5 826,56 | -1 718,58 | -2 696,99 | -700 063,97 |

**R. Operac. (antes de gastos de financ.)** 94 462,08 | -282 250,41 | -230,29 | 87 694,10 | 87 261,71 | -1 228 844,41 |

**Resultado antes de impostos** 94 766,25 | -283 762,21 | -238,33 | 87 694,10 | 87 261,73 | -1 228 848,71 |

**Imposto sobre o rendimento** -17 183,34 | -7 678,61 | 0,00 | -15 967,95 | -10 700,50 | 0,00 |

**Resultado liquido do período** 77 582,91 | -291 440,82 | -238,33 | 71 726,15 | 76 561,23 | -1 228 848,71 |

### 22.11 Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

### 22.18 Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31/12/2020, a UMinho tinha interesse nas associadas identificadas na Tabela 94.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 94 – Entidades associadas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Associada</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
</tr>
<tr>
<td>PIEP</td>
</tr>
<tr>
<td>2CA-Braga</td>
</tr>
<tr>
<td>CeNTI</td>
</tr>
<tr>
<td>IDEGUI</td>
</tr>
<tr>
<td>BLCS</td>
</tr>
<tr>
<td>IC</td>
</tr>
<tr>
<td>CS</td>
</tr>
<tr>
<td>CCGV</td>
</tr>
<tr>
<td>CEJUR</td>
</tr>
</tbody>
</table>

As entidades associadas foram incluídas nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, através da aplicação do MEP.
Tabela 95 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>35,96</td>
<td>682 356,79</td>
<td>10 618 057,63</td>
<td>1 274 397,02</td>
<td>9 343 660,61</td>
<td>138 791,79</td>
<td>3 359 980,36</td>
</tr>
<tr>
<td>PIEP</td>
<td>31,39</td>
<td>580 000,00</td>
<td>6 555 112,00</td>
<td>4 337 684,00</td>
<td>2 217 428,00</td>
<td>143 308,00</td>
<td>696 050,65</td>
</tr>
<tr>
<td>2CA-Braga</td>
<td>40,00</td>
<td>35 000,00</td>
<td>2 058 456,30</td>
<td>1 460 269,96</td>
<td>598 186,34</td>
<td>33 485,08</td>
<td>239 274,54</td>
</tr>
<tr>
<td>CeNTI</td>
<td>19,05</td>
<td>100 000,00</td>
<td>21 619 270,15</td>
<td>15 646 674,47</td>
<td>5 972 595,68</td>
<td>210 847,65</td>
<td>1 137 779,48</td>
</tr>
<tr>
<td>IDEGUI</td>
<td>0,72</td>
<td>1 000,00</td>
<td>57 138,60</td>
<td>45 872,53</td>
<td>11 266,07</td>
<td>44 060,38</td>
<td>81,12</td>
</tr>
<tr>
<td>CCGV</td>
<td>7,14</td>
<td>5 000,00</td>
<td>85 803,13</td>
<td>31 961,91</td>
<td>53 841,22</td>
<td>-28 421,12</td>
<td>3 844,26</td>
</tr>
<tr>
<td>CEJUR</td>
<td>78,99</td>
<td>24 939,89</td>
<td>144 398,05</td>
<td>20 427,10</td>
<td>123 970,95</td>
<td>49 818,31</td>
<td>97 924,65</td>
</tr>
<tr>
<td>BLCS</td>
<td>50,00</td>
<td>0,00</td>
<td>108 877,25</td>
<td>0,00</td>
<td>108 877,25</td>
<td>17 952,08</td>
<td>54 438,63</td>
</tr>
<tr>
<td>IC</td>
<td>50,00</td>
<td>0,00</td>
<td>151 746,44</td>
<td>0,00</td>
<td>151 746,44</td>
<td>23 486,29</td>
<td>75 873,22</td>
</tr>
<tr>
<td>CS</td>
<td>33,33</td>
<td>0,00</td>
<td>75 188,05</td>
<td>2 965,35</td>
<td>72 222,70</td>
<td>645,21</td>
<td>24 071,83</td>
</tr>
</tbody>
</table>

22.19 Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato (de 01/01/2020 a 31/12/2020).

Na continuidade do verificado em 2019, e como anteriormente referido, as contas consolidadas do Grupo Público UMinho em 2020, não refletem as variações patrimoniais da associada IDITE Minho, uma vez que já foi constituída uma perda por imparidade, referente à totalidade da participação detida pela entidade-mãe.

22.21 Interesses de propriedade não-quantificáveis

A 31/12/2020 a UMinho tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa na Tabela 96.

Tabela 96 – Percentagem de interesse em outras entidades

<table>
<thead>
<tr>
<th>Entidade</th>
<th>Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>SPINPARK</td>
<td>14,29</td>
</tr>
<tr>
<td>BLC3</td>
<td>14,29</td>
</tr>
<tr>
<td>AVEPARK</td>
<td>10,61</td>
</tr>
<tr>
<td>IGAP</td>
<td>9,09</td>
</tr>
<tr>
<td>TECMEAT</td>
<td>8,33</td>
</tr>
<tr>
<td>Lab2Pi</td>
<td>8,33</td>
</tr>
<tr>
<td>B2E</td>
<td>7,69</td>
</tr>
<tr>
<td>DTX</td>
<td>7,58</td>
</tr>
<tr>
<td>CECoLab</td>
<td>7,14</td>
</tr>
<tr>
<td>ProChild Colab</td>
<td>6,67</td>
</tr>
<tr>
<td>AFTEBI</td>
<td>6,35</td>
</tr>
<tr>
<td>INESC TEC</td>
<td>5,26</td>
</tr>
<tr>
<td>Colab4Food</td>
<td>4,62</td>
</tr>
<tr>
<td>BIOREF – Lab. Col. Biorrefinarias</td>
<td>5,00</td>
</tr>
<tr>
<td>BUILT CoLAB</td>
<td>5,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação CEER</td>
<td>3,57</td>
</tr>
<tr>
<td>ISPG - Instituto do Petróleo e Gás</td>
<td>3,34</td>
</tr>
<tr>
<td>ACPCTP</td>
<td>2,94</td>
</tr>
<tr>
<td>AEDOAVE</td>
<td>2,00</td>
</tr>
<tr>
<td>INTEGRALAR - Portugal Foods</td>
<td>0,86</td>
</tr>
<tr>
<td>TICE.PT</td>
<td>1,19</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficina Inovação - BIC Minho</td>
<td>1,00</td>
</tr>
<tr>
<td>OPEN</td>
<td>0,98</td>
</tr>
<tr>
<td>POOL-NET</td>
<td>0,98</td>
</tr>
<tr>
<td>VARD 2015</td>
<td>0,57</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRAVE</td>
<td>0,44</td>
</tr>
<tr>
<td>CITEVE</td>
<td>0,15</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação Bienal de Cerveira</td>
<td>0,08</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundação Portugal África</td>
<td>0,06</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os investimentos financeiros detidos nas entidades e identificados na tabela anterior, foram incluídos nas contas consolidadas ao custo de aquisição.

Informação complementar

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Conceitual presente no Anexo I do DL nº 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas da UMinho, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público UMinho foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 e no CIBE (para os bens adquiridos até 31/12/2017, com exceção dos edifícios e outras construções) para o caso da UMinho e dos SASUM. Para as restantes entidades incluídas naconsolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, as quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público UMinho e pelos SASUM, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio àconsolidação relativamente a este ponto.

Decorrente do facto de no período de relato as entidades do setor público incluídas no perímetro de consolidação adotarem o SNC-AP, e as entidades do setor privado adotarem os normativos SNC/SNC-ESNL, dispensou-se qualquer necessidade de se proceder a alguns ajustamentos prévios à consolidação nas suas participadas.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, a UMinho procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação, como é disso exemplo o caso da IDITE Minho, AVEPARK, SPINPARK e VARD 2015, uma vez que a sua quantia escriturada era nula.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derrogada qualquer norma de consolidação, constante do SNC-AP.

No período de relato em análise, não existem restrições quanto à comparabilidade, entre períodos, das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no património líquido/capital próprio verificado nas entidades associadas, pela aplicação do MEP, sendo a sua desagregação a seguinte:

- Rendimentos: 209 057,37 € (CCG, PIEP, 2CA-Braga, CeNTI, IDEGUI, CEJUR, BLCS, IC e CS);
- Gastos: 2 029,27 € (CCVG).

23. Outras divulgações

A) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica agrega custos de natureza diversa relacionados com a aquisição de bens e prestação de serviços do Grupo Público UMinho, nomeadamente, energia, comunicações, trabalhos especializados e combustíveis. Em 2020 apurou-se um total de gastos desta natureza de 33.231.171,67 €, verificando-se um décimo de 6.887.636,15 € em relação ao período homólogo (30.208.807,82 €).

B) Diferimentos

A conta de rendimentos a reconhecer expressa na rubrica de diferimentos no passivo, evidenciou um aumento no montante de 1.529.011,51 €, o qual se justifica, essencialmente, pelo reconhecimento de transferências a efetuar para parceiros no âmbito da atividade de I&D.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tabela 97 – Diferimentos, em euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Descrição</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Diferimentos - Ativo</td>
</tr>
<tr>
<td>Diferimentos - Passivo</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

C) Transferências e Subsídios Concedidos

D) Prestações Sociais

As prestações sociais do Grupo Público UMinho corresponderam em 2020 ao montante de 5.883,68€, sendo que no período homólogo haviam totalizado 9.842,90€.

E) Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportado, respeita essencialmente a encargos de depósitos à ordem suportados pelo Grupo Público UMinho, tendo registado em 2020 o valor de 174.946,31 €, traduzindo-se num aumento no montante de 166.449,87 €, face ao ano de 2019 (8.496,44 €).

F) Imposto sobre o rendimento

A rubrica do imposto sobre rendimento apresentou em 2020 o montante de 51.530,40 €, registando-se uma variação positiva de 36.152,24 €, quando comparada com o período homólogo (15.378,16 €).

G) Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na NCP 27, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos gastos, dos rendimentos e dos resultados das atividades, conforme Tabela 98.

Acrece informar que, na entidade-mãe, são considerados como rendimentos e gastos diretos às Unidades, aqueles que são efetuados através dos centros de responsabilidade das UO, Reitoria, Unidades Culturais (UC), Unidades Diferenciadas (UD) e Unidades de Serviços (US), os quais podem não ser imputados diretamente a uma atividade.

Neste sentido, são considerados como objetos de custeio de primeira linha, os rendimentos e gastos realizados nas dimensões que são imputadas diretamente às atividades, nomeadamente:

- Na atividade ensino são imputados diretamente os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de:
  - Pós-Graduações (PG);
  - Ações de Formação (AF);
  - Funcionamento das Unidades Orgânicas de Ensino; e
  - Unidades de serviços que prestam apoio direto ao ensino (USAAE, USGA e GPA).

  É ainda considerado rendimento da atividade de ensino a dotação do OE, a qual é imputado às diversas Unidade de Ensino através do peso do aluno equivalente.

- Na atividade de investigação são imputados diretamente os rendimentos e gastos das dimensões carregados no módulo de gestão de projetos, e ainda da Unidade de Serviço de Apoio a Projetos de Investigação (USAPI);

- Na atividade de interação com a sociedade são imputados diretamente os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de prestações de serviços especializados à comunidade (PSEC), prestações serviços técnicos especializados (PSET) e unidades de serviço que prestam apoio diretamente à comunidade (tais como: USDB, BPB, ADB, BLCS, UF, CC). Nesta atividade ainda se incluem os rendimentos e gastos relativos a parques, a aluguer de espaços, da Loja UMinho e entidades participadas.

Para os rendimentos e gastos não imputados diretamente a uma atividade, procedeu-se à definição das seguintes bases de rateio:

- GG 0001 - Elétricidade: KWh;
- GG 0002 - Gás: área;
- GG 0003 - Água: área;
- GG 0004 - Licenças: n° trabalhadores;
- GG 0005 - Comunicação: n° trabalhadores;
- GG 0006 - Limpeza e higiene: área;
- GG 0007 - Vigilância e segurança: área;
- GG 0008 - Segurança e saúde: n° trabalhadores;
- GG 0009 - Contratos de manutenção: área;
- GG 0010 - Manutenção dos campt: área;
- GG 0011 - Requalificação campt: área;
- GG 0012 - Complexos pedagógicos: área;
- GG 0013 - Manutenção dos campt: área;
- GG 0015 - HSST (Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho): n° trabalhadores;
- GG 0016 - Manutenção espaços verdes: área;
- GG 0017 - Empreitadas DCM: área;
- GG 0018 - Complexos pedagógicos: área;
- RP0042 - Frota UM: peso dos gastos diretos;
- RP0046 - Processos Judiciais: peso dos gastos diretos;
RP0055 - Seguros UMinho: peso dos gastos diretos;
RP0043 - Comunicações dirigentes: peso dos gastos diretos;
RP0054 - RT - Investimentos campi: peso dos gastos diretos;
Depreciações Rt+US+UCI+UD dimensões de funcionamento: peso dos gastos diretos;

Tabela 98 - Resultados atividades, em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Atividades</th>
<th>Rendimentos</th>
<th>Gastos</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ensino</td>
<td>91 860 280,47</td>
<td>89 678 931,61</td>
<td>2 181 348,86</td>
</tr>
<tr>
<td>Investigação</td>
<td>50 491 906,19</td>
<td>52 154 868,50</td>
<td>-1 662 962,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Interacção com a Sociedade</td>
<td>14 781 840,61</td>
<td>15 958 790,38</td>
<td>-1 176 949,77</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Subtotal</strong></td>
<td><strong>157 134 027,27</strong></td>
<td><strong>157 792 590,49</strong></td>
<td><strong>-658 563,21</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos Gerais</td>
<td>88 029,73</td>
<td>0,00</td>
<td>88 029,73</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos não incorporados</td>
<td>0,00</td>
<td>586 543,36</td>
<td>-586 543,36</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado antes de impostos</strong></td>
<td><strong>157 222 057,00</strong></td>
<td><strong>158 379 133,85</strong></td>
<td><strong>-1 157 076,84</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Imposto sobre o rendimento -51 530,40

Resultado líquido do período atribuível a:
Detentores do capital da entidade-mãe -1 129 971,21
Interesses que não controlam -78 636,04

-1 208 607,25

Da análise da Tabela 98, o Grupo Público UMinho, obteve em 2020 um montante total de rendimentos de 157,2 M€ e um total de gastos na ordem dos 158,4 M€, perfazendo um resultado antes de impostos negativo de 1,2 M€. De referir que, a atividade de ensino contribui positivamente para o resultado em 2,2 M€, bem como os rendimentos gerais em 88 k€. Por outro lado, as atividades de investigação e de interação com a sociedade pesam negativamente para o resultado do Grupo Público UMinho, no montante de 1,7 M€ e 1,2 M€, respetivamente, assim como, os Gastos não incorporados (587 k€).

Por fim, não foi imputado às atividades o imposto sobre o rendimento das entidades filhas, no montante de 51,5 k€.

H) Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

Na tabela infra encontram-se elencados, o Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas de cada entidade do Grupo Público UMinho, nomeadamente:

Tabela 99 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

<table>
<thead>
<tr>
<th>Entidades</th>
<th>Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Controladas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TecMinho</td>
<td>Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC</td>
</tr>
<tr>
<td>CVR</td>
<td>Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC</td>
</tr>
<tr>
<td>APsi</td>
<td>Não tem auditor externo.</td>
</tr>
<tr>
<td>B’ACIS</td>
<td>António Fernandes, Marta Martins &amp; Associados, SROC Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td>ACMP5</td>
<td>António Fernandes, Marta Martins &amp; Associados, SROC Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td>SASUM</td>
<td>Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.</td>
</tr>
<tr>
<td>Associadas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CCG</td>
<td>Jorge Amorim &amp; Susana Pereira, SROC Lda.</td>
</tr>
<tr>
<td>PIEP</td>
<td>Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC</td>
</tr>
<tr>
<td>CeNTI</td>
<td>Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC</td>
</tr>
<tr>
<td>IDEGUI</td>
<td>Não tem auditor externo.</td>
</tr>
<tr>
<td>IC</td>
<td>Não tem auditor externo.</td>
</tr>
<tr>
<td>BLCS</td>
<td>Não tem auditor externo.</td>
</tr>
<tr>
<td>CS</td>
<td>Não tem auditor externo.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

I) Honorários Fiscal Único

O Fiscal Único do Grupo Público UMinho é atualmente a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representado por Mário da Cunha Guimarães, conforme Despacho n.º 6399/2019, de 16 de julho. Os honorários faturados durante o período de 2020, referem-se exclusivamente a serviços de revisão legal de contas com vista à emissão da Certificação Legal de Contas e ascenderam a 18.081,00€ (IVA incluído).
IV – DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
10. Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Extemamente Sr.(s) membros do Conselho Geral da Universidade do Minho:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar o relatório e parecer sobre o Relatório de Atividades Consolidado e as Contas Consolidadas do GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO (o Grupo Público) apresentados pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho (entidade consolidante), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

2. Durante o período acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Universidade do Minho e das suas principais participadas, verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte de acordo com o normativo contabilístico aplicável e vigíamos pela observância de lei e dos estatutos.

3. No âmbito da consolidação de contas do Grupo Público:
   3.1. Examinámos o processo de consolidação de contas, tendo verificado que os procedimentos de consolidação e o perímetro de consolidação definidos pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho estão em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
   3.2. Relativamente às entidades integradas no perímetro de consolidação, apreciamos os respectivos documentos de prestar de contas do período de 2020 e verificámos a sua conformidade com as disposições legais e estatutárias;
   3.3. Verificámos que as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas, estão preparadas, em todos os aspetos matérias, de acordo com o SNC-AP.

4. Na sequência do exercício da revisão legal de contas do Grupo Público, emitimos a Certificação Legal das Contas Consolidadas em 11 de junho de 2021, com opinião modificada (com uma reserva), com uma ênfase e uma exceção quanto a divulgação no âmbito da contabilidade de gestão constante do capítulo "Sobre a relatório de atividades consolidados", cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido, remetendo-se para a sua leitura. No entanto, entendemos apresentar o seguinte resumo:

4.1. A reserva por limitação de âmbito no trabalho respeita aos ativos fixos tangíveis do balanço consolidado, em virtude de, no que concerne aos bens reconhecidos nas rubricas de equipamento básico, de equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis, os mesmos não se encontram devidamente identificados no inventário de bens. A quantidade escriturada desses ativos no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 ascende a cerca de 6,800,000 euros. Nesta conformidade, não foi emitida opinião sobre a existência, a plenitude e a valorização da rubrica ativos fixos tangíveis do balanço consolidado com referência àquela data.
4.2. A ênfase respeita à reexpressão as demonstrações financeiras consolidadas do período de 2019, em virtude do cumprimento do disposto na FAQ42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos” da Comissão de Normalização Contabilística; e

4.3. No que concerne ao relatório de atividades consolidado, exceto quanto aos passíveis efeitos da matéria referida no ponto 4.1 supra, o mesmo foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coherente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto às divulgações apresentadas relativas ao sistema de contabilidade de gestão, as quais não foram suficientes para dar cumprimento ao exigido na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, do SNCPAP.

5. Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que o Conselho Geral Aprove o Relatório de Atividades Consolidado e as Contas Consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, tal como foram apresentados pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho.

6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Gestão e aos colaboradores da Universidade do Minho com quem contactámos, pela valiosa colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 11 de junho de 2021.

O FISCAL ÚNICO,

[Assinatura]

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na ORNC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por: Mário da Cunha Guimarães, KOC
Registo na ORNC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771
11. Certificação Legal das Contas Consolidadas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditáramos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 196.813.282,05 euros e um total de patrimônio líquido de 145.808.115,13 euros, incluindo um resultado líquido do período negativo de 1.129.971,21 euros), a apresentação dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativas ao período final daquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das polílicas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados relativos ao período final daquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Apesar de iniciado o processo de inventariação dos bens do Grupo Público em anos anteriores, no que concerne aos ativos não reconhecidos nas rubricas de equipamento básico, de equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis, os mesmos não se encontram devidamente identificados no inventário de bens. A quantia escriturada desses ativos no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 ascende a cerca de 6.800.000 euros. Nesta conformidade, não estamos em condições de emitir, nem emitimos, uma opinião sobre a existência, apelitudo e a valorização da rubrica ativos fixos tangíveis do balanço consolidado com referência a 31 de dezembro de 2020.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Sãos independentes do Grupo Público nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÉNFASE

De acordo com o disposto na nota 1,2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de cumprimento do disposto na FAQ 42 “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos” da Comissão de Normalização Contabilística, as demonstrações financeiras consolidadas do período de 2019 foram reexpressas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ORGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidado, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo Público de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis.
c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;

adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando existe. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possam razoavelmente esperar que influenciam decisões econômicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fizemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos, e obtimos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para propor uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Público;

avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significantes sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Portanto, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;

avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a afigurar uma apresentação apropriada;

comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DemonSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo Público que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao período fino em 31 de dezembro de 2020.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES CONSOLIDADO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, o relatório de atividades consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto às divulgações apresentadas relativas ao sistema de contabilidade de gestão, as quais não são suficientes para dar cumprimento ao exigido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, do SNC-AP.

Braga, 11 de junho de 2021.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na RORC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na RORC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771